

Universidade de São Paulo
Instituto de Psicologia

ALEXANDRE AUGUSTO MARTINS MADUENHO

**Nos Limites da Transferência: Dimensões do Intransferível para a Psicanálise
Contemporânea.**

São Paulo

2010

ALEXANDRE AUGISTO MARTINS MADUENHO

**NOS LIMITES DA TRANSFERÊNCIA: DIMENSÕES DO
INTRANSFERÍVEL PARA A PSICANÁLISE CONTEMPORÂNEA.**

*Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo como parte dos requisitos
para obtenção do título de Doutor em Psicologia.*

Orientador: Prof. Dr. Nelson Ernesto Coelho Junior.

São Paulo

2010

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação

Biblioteca Dante Moreira Leite

Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Maduenho, Alexandre A. M.

Nos limites da transferência: dimensões do intransferível para a psicanálise contemporânea / Alexandre A. M. Maduenho; orientador Nelson Ernesto Coelho Junior. -- São Paulo, 2010.

190 f.

Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Experimental) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. Transferência psicoterapêutica 2. Psicanálise 3. Intransferibilidade (psicanálise) 4. Capacidade de simbolização I. Título.

RC504

Folha de Aprovação

Nos Limites da Transferência: Dimensões do Intransferível para a Psicanálise Contemporânea.

ALEXANDRE A. M. MADUENHO

Banca Examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Nelson Ernesto Coelho Junior

Prof. Dra. Ana Maria Loffredo

Prof. Dr. Nelson da Silva Junior

Prof. Dr. Octávio de Almeida Souza

Prof. Dr. Paulo César de Carvalho Ribeiro

Tese defendida e aprovada em ____/____/ 2010

DEDICATÓRIA

*À cura de mais esse passo e a
todos aqueles que me ensinaram a
cuidar.*

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Nelson Ernesto Coelho Junior não apenas pela orientação cuidadosa, precisa e constante deste trabalho, mas também, pela sua generosidade e pela sustentação segura, amigável e companheira de todo o processo, frente aos momentos difíceis e desorientadores destes anos de elaboração da tese. Preciosas qualidades acadêmicas e humanas sem as quais esse projeto certamente não teria acontecido.

A minha família por todo apoio dado aos meus projetos acadêmicos e pela paciência e compreensão pelos infinitos momentos de indisponibilidade dos últimos anos, dedicados à feitura deste trabalho.

Aos Professores Doutores Luis Cláudio Mendonça Figueiredo e Nelson da Silva Junior pelas importantes contribuições, sugestões e críticas ao trabalho realizadas no exame de qualificação.

Aos membros da banca de doutoramento Professores Doutores (as) Ana Maria Loffredo, Octavio de Almeida Souza, Paulo Cesar de Carvalho Ribeiro e Nelson da Silva Junior, pela disponibilidade para a participarem da discussão e avaliação do meu trabalho, nesse momento importante da minha formação.

A Orestes Forlenza Neto, pelos anos de supervisão e aprendizado.

Aos amigos do grupo de orientação do Prof. Dr. Nelson Coelho Junior, com os quais tive a oportunidade de discutir, de forma sempre muito rica, vários textos que compuseram esse trabalho: Adriana Pereira, André de Martini, Camila Junqueira, Carolina Garcia, Elisa Amaral, Érico Campos, Gisele Sene, Karina Barone, Manuela Moreno, Perla Klautau, Pedro Salem, Roberto Preu e Rosana Sigler.

Um agradecimento especial à amiga e colega Carolina Garcia por ter me ajudado sobremaneira na fase final desse projeto.

À amiga e colega Camila Junqueira por sua incrível disponibilidade frente a todas as minhas dúvidas e ligações com relação ao término do trabalho.

A Ilana e Rodrigo pelo trabalho de tradução e revisão.

Aos amigos de muitos anos que, de alguma forma, estiveram presentes durante esse processo.

Ao CNPQ pelo apoio no financiamento desta pesquisa.

*Então, guardei minha caneta e esperei
vários anos, até que tivesse
encontrado de novo a distância
necessária para poder me reler. Isso
ajudou a fazer minha auto-análise.
(André Green)*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
i) Apresentação.....	01
ii) O transferível.....	06
iii) O intransferível.....	09
iv) Os autores e o corpo da tese.....	12
1) METODOLOGIA.....	16
1.1) Observações iniciais.....	16
1.2) Metapsicologia: realidade, ficção e sentido.....	19
2) DELIMITANDO UM CAMPO METAPSICOLÓGICO: O PRINCIPADO DO PRAZER/DESPRAZER, A ESTREMADURA E A TERRA DE NINGUÉM.....	32
2.1) O principado do prazer/desprazer.....	32
2.2) A estremadura.....	48
2.3) A terra de ninguém.....	62
3) A SUBVERSÃO DA ORDEM: HABITANTES PSÍQUICOS PROBLEMÁTICOS E/OU ALHEIOS À ORDENAÇÃO TRANSFERENCIAL.....	71
3.1) Os elementos-beta de Bion.....	74
3.2) Os interjetos de Bollas.....	83
3.3) O superego arcaico kleiniano.....	91
3.4) A cripta, a identificação endocríptica e o fantasma de Nicolas Abraham e Maria Torok.....	99
4) FUNÇÕES E DESCONTINUIDADES: A INTRANSFERIBILIDADE COMO UM ESTADODO SELF.....	111
4.1) Criatividade primária, posse do objeto transicional e função transicional...	113
4.2) Um caso de Winnicott comentado por André Green.....	127
5) OS INTRANSFERÍVEIS E AS INTRANSFERIBILIDADES COMO UM TIPO ESPECIAL DE RELAÇÃO COM O OBJETO PRIMÁRIO: PRESENÇAS E AUSÊNCIAS DESMEDIDAS.....	140
5.1) O trabalho do negativo e a estrutura enquadrante de André Green.....	143
5.2) O objeto primário: ausências e presenças desmedidas.....	157
6) CONSIDERAÇÕES FINAIS	173
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	182

RESUMO

MADUENHO, Alexandre A. M. *Nos Limites da Transferência: Dimensões do Intransferível para a Psicanálise Contemporânea*. São Paulo, 2010, 195 .. Tese (doutorado), Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

Em nossa pesquisa discutimos o tema da impossibilidade transferencial na clínica psicanalítica contemporânea e suas conseqüências na direção daquilo que sugerimos como o intransferível. Quando Freud iniciou suas discussões sobre a transferência, nos Estudos Sobre a Histeria e na Interpretação dos Sonhos, estava instituindo um dos conceitos que demarcaria a especificidade da psicanálise. Seus esforços se desenvolveram no sentido de trazer a transferência para o primeiro plano tanto da técnica, quanto da teoria psicanalítica, pois, seu estatuto clínico e metapsicológico definia uma idéia de sintoma neurótico e uma abordagem clínica que, assim como a proposição do inconsciente, caracterizava a singularidade da psicanálise. Entretanto, com o avanço das reflexões freudianas e, em seguida, com a contribuição dos trabalhos pós-freudianos em psicanálise, cada vez mais foram descobertas outras formas de acontecer psíquico que não dispunham de todos os recursos elaborados que a transferência pressupunha. Nesse sentido, propomos com esse trabalho a díade transferível/intransferível como forma de demarcarmos um limite e nos empenharmos na seguinte questão da nossa tese: se, de acordo com o avanço dos estudos psicanalíticos, é possível reconhecermos o estatuto do que é transferido na transferência em termos de elementos e funções, o que seria possível dizer contemporaneamente dos elementos ou estados intransferíveis? Dedicamo-nos aos estudos de tais elementos ou estados, averiguando três fontes didaticamente distintas, porém, absolutamente interligadas em suas ocorrências: as características das formações psíquicas que estão em questão no intransferível, as funções e disfunções que presidem as situações de intransferibilidades e as especificidades das histórias relacionais objetais que determinam tais impossibilidades. Para esse desenvolvimento, trabalhamos a metapsicologia freudiana proposta nos textos *Formulações Sobre os Dois Princípios do Acontecer Psíquico* e o *Além do Princípio do Prazer* e autores posteriores a Freud, com destaque especial para Green, Winnicott e Bion. Nessa escolha nos preocupamos em dar continuidade às pesquisas e ao legado de Freud deixado a nós, situado além do princípio do prazer.

Palavras-chave: Transferência, intransferível, intransferibilidade, simbolização, psicanálise contemporânea.

ABSTRACT

MADUENHO, Alexandre A. M. *In the limits of the transference: dimensions of the non-transferable for contemporary psychoanalysis*. São Paulo, 2010, 195. Tese (doutorado), Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

In our research we discuss the theme of the impossibility of transference in the contemporary psychoanalytic clinic and its consequences in the direction of that which we consider as the intransferable. When Freud started his discussions about transference, in the *Studies in Hysteria* and in the *Interpretation of Dreams*, he was instituting one of the concepts that would delimit the specificity of psychoanalysis. His efforts developed in the sense of bringing the notion of transference to the first level of the technique and of the psychoanalytic theory. This is due to its clinic and metapsychologic status of the transference, which defined an idea of neurotic symptom and a clinical approach that, as the proposal of the unconscious, characterised the singularity of psychoanalysis. However, with the development of the Freudian thinking and, next, with the contribution of the studies of pos-Freudians, each time more were discovered other forms of psychic happening that did not have all the elaborated resources that the transference required. In this way, we suggest with this study a transferible/intransferable dyad as a way to demark a limit and to focus on the following question of our thesis: if with the development of the psychoanalytic studies, it is possible to recognise the status of that which is transferred in the transference in terms of elements and functions, what would it be possible to say nowadays about intransferable elements or states? We focus on the studies of those elements or states, analysing three sources didactically distinct, but, absolutely interconnected in its occurrences: the characteristics of the psychic formations that are in question in the intransferable, the functions and disfunctions that are in the situations of the intransferabilities and the specificities of the object relations stories that determine those impossibilities. For this development we elaborate on the Freudian metapsychology proposed in the studies *Formulations on the Two Principles of Mental Functioning* and *Beyond the Pleasure Principle* and on pos-freudian authors, specially Green, Winnicott and Bion. In this choice of authors we aim to give continuity to the legacy of Freud, situated beyond the pleasure principle.

Key words: Transference, intransferable, intransferability, symbolization, contemporary psychoanalysis.

INTRODUÇÃO

i) Apresentação

Quando Freud iniciou as discussões sobre a transferência, ainda nos Estudos Sobre a Histeria (FREUD, 1895) e na Interpretação dos Sonhos (FREUD, 1900), não sabia que estava instituindo um dos conceitos que demarcaria a especificidade da psicanálise. Parece-nos que Freud nesse início de seus trabalhos também não se dava conta da profundidade e da extensão que seus comentários sobre essa espécie de “deslocamento” atingiriam no decorrer da sua obra e, também, para as gerações futuras de psicanalistas. As primeiras aparições do conceito surgiram no campo teórico relativo aos desejos proibidos, a uma sexualidade vivida como impossibilidade moral, ao interjogo passado/presente, às ligações de afetos retidos e às conexões falsas (FREUD, 1895). Com a publicação do trabalho A Interpretação dos Sonhos (FREUD, 1900), o campo é enriquecido, transformado e a transferência aparece ligada às representações, ao sistema inconsciente, pré-consciente, consciente e aos mecanismos do aparelho psíquico proposto, então, por Freud: o deslocamento, a condensação, os processos primários, os processos secundários e o recalque.

Não por acaso a transferência aparece já em seu início atrelada aos processos psíquicos do inconsciente e será assim por toda a obra de Freud, exceção feita a sua aparição em Além do Princípio do Prazer (FREUD, 1920), obra na qual ela é emparelhada ao conceito de compulsão à repetição, ocorrendo aí uma necessidade de discriminação sobre qual seria a gênese específica da repetição presente na transferência e da repetição presente na compulsão à repetição. Contudo, a transferência será na quase totalidade das

vezes apresentada por Freud como um produto do inconsciente, como um de seus frutos, assim como o ato falho, o sintoma, o sonho, o lapso etc.

André Green inicia o prefácio do seu livro *Narcisismo de Vida, Narcisismo de Morte* (GREEN, 1988) definindo dessa forma o que seria a prática psicanalítica:

Analisar é submeter a massa compacta e frequentemente confusa de fatos – e ainda mais por termos renunciado a percebê-los sob a unidade aparente do discurso – à prova de uma diferenciação segundo eixos que deveriam revelar uma outra composição de objeto – esta inaparente – através do que revelar-se-ia sua verdadeira natureza. (p. 10).

Essa definição, ainda que restrita, aponta para o fenômeno de desencaixe e descentramento do sujeito em relação a si mesmo¹ exigida no processo de análise. Encontrar em si “outros” que lhe interrogarão, que abalarão o império instituído do Eu, verificar a fragilidade de ancorá-lo a partir de uma auto-imagem constituída por uma lógica identitária, fixa e egóica, abrir-se para a escuta do inconsciente, são condições necessárias para uma análise pensada, então, nesses moldes. Essa idéia da prática psicanalítica pressupõe uma possibilidade aguda de maleabilidade e de versatilidade psíquicas, em encontrar-se “outro” – ou, num “outro”, pela própria ação da transferência – e saber-se recuperado, reconhecido e identificado não pela rigidez de uma definição dura, mas, justamente, pela familiarização da ação contínua desses processos. Desta forma falamos de certo estado de liberdade psíquica consciente (em termos de autorização do trabalho analítico, por exemplo) e inconsciente em termos de certas manifestações psíquicas (por exemplo, determinados processos oníricos e a transferência). Essa liberdade e essa versatilidade já se encontram prontas na metapsicologia freudiana antes de 1920, são

¹ Ver também sobre esse tema Ogden (1996).

prerrogativas do próprio aparelho anímico que (sob o signo de Eros) dentre suas produções a partir das formações do inconsciente, apresenta a transferência.

Essa raiz, ligada aos processos do inconsciente, será o denominador comum das aparições do conceito de transferência na obra de Freud: nas falsas conexões (FREUD, 1895); num tipo especial de deslocamento (FREUD, 1900); nas reimpressões a serem despertadas em uma análise (FREUD, 1905 [1901]); na via dolorosa da transferência que fez com que o Homem dos Ratos descobrisse em sua relação com seu pai um ponto central de seu complexo inconsciente (FREUD, 1909); nos clichês estereotípicos, nas astúcias resistenciais do inconsciente, no paradoxo dificultador/facilitador da própria transferência em relação ao processo analítico (FREUD, 1912); na transferência como palco possível da ação do psicanalista, nas idéias de transformações da neurose comum numa neurose de transferência ou na zona intermediária entre a doença real e sua atualização na figura do médico (FREUD, 1914); na redescoberta da dimensão da sugestão no fenômeno transferencial e sua característica universal apenas acentuada na neurose (FREUD, 1916-1917). Enfim, vão estar presentes nesses exemplos, e em tantos outros que poderíamos listar, as noções de transporte e reedição de algo da história infantil em termos econômicos, relacionais e representacionais, de imagos paternas e maternas, de fragmentos da vida erótica precoce que seriam assim revividos e reencenados transferencialmente. A transferência como uma das principais portadoras da chave do sintoma, do núcleo patológico inconsciente, coloca-os, por seu movimento centrífugo, num campo compartilhado, intersubjetivo, no qual esse sintoma ou núcleo patológico pode ser atualizado, reinscrito e transformado. Ela promove uma saída da clausura do si mesmo, do solipsismo do sintoma fechado sobre si, não endereçado e sem apelo ao outro.

Para Freud, no estabelecimento de qualquer sintoma ou qualquer formação do inconsciente, há sempre uma solução de compromisso. No contexto mais específico da primeira tópica freudiana, todos os esforços para que certos impulsos continuem no terreno inconsciente, toda a vigilância, todas as riquíssimas possibilidades de jogos e atrações que podem remetê-los para o sistema pré ou consciente, geram a sofisticação de um sistema no qual desejos, fantasias, sonhos, sublimações em termos de cultura, as produções subjetivas do homem, a transferência, tudo é o tempo todo produzido. Essas manifestações seguem contando e recontando para o indivíduo sua própria história, sua própria dimensão trágica. Há uma intensa narrativa operante no psiquismo nesse momento em que Freud apresenta os registros, as inscrições, as representações como os elementos que se articulam nas instâncias psíquicas embebidos em pulsões, desejos, afetos, relações objetais que darão vida a esses elementos. Aquilo que percorre o aparelho anímico de Freud nessa época, aquilo que o povoa e que ele reconhece, já pertence ao campo do sentido e da significação, gerando combinações que só podem dar-se no terreno simbólico.

Antes de qualquer coisa, o sujeito freudiano proposto nesse período, muito ou pouco distante de si pela qualidade de seu recalque, inseriu-se na riqueza de uma tragédia constitutiva da subjetividade: o inconsciente. A partir desse inconsciente, interroga a si mesmo com um sintoma, um sonho, um ato falho, pressente a presença de um outro dentro de si que lhe atira para fora dos limites de sua imagem familiar e, assim, o expande. Suas experiências são capturadas, longe ou perto, em uma malha significativa, historicizante, revelada e recalçada. Elas repousam, ou melhor, habitam (pois tudo o que não fazem é repousar) uma área sensível e afeita à palavra, às formações de sentido, por mais que forças resistenciais as mantenham distantes. Ele possui um aparelho psíquico dado, que gera seus produtos, um deles é a transferência. Resta saber porque nem todos os elementos de uma

subjetividade alcançam esse desenvolvimento ou porque nem todos os acontecimentos de uma vida chegam a ganhar tal tratamento.

Nesse trabalho, propomos uma pesquisa sobre os elementos intransferíveis em uma análise, aqueles que de alguma forma não alcançaram esse estatuto intrapsíquico e intersubjetivo, que não se dispuseram para o sujeito no campo de seu próprio devir transferencial. Como isso ocorre? Quais são as especificidades destes elementos ou destes acontecimentos? De quais formas eles já apareceram na literatura psicanalítica? Como é possível ingressarem ou serem reinstalados no terreno da criatividade psíquica?

Freud no artigo Recordar Repetir e Elaborar (FREUD, 1914) afirma que:

Tornamos essa compulsão inócua e, na verdade, aproveitável, se lhe concedermos o direito de ser tolerada em certo âmbito: oferecemos à compulsão a transferência como um campo no qual será permitido desenvolver-se com liberdade quase total e onde se lhe ordenará que especifique para nós tudo sobre o pulsional patogênico que permanecia escondido na vida anímica do analisando. Contanto que o paciente nos mostre ao menos a complacência para respeitar as condições necessárias do tratamento (...). A transferência cria, assim, uma região intermediária entre a doença e a vida real, em virtude do qual se realiza a transição de uma para a outra. (p. 156, grifos nossos)

Para Winnicott (1971, p. 38):

A psicoterapia acontece na sobreposição de duas áreas do brincar, aquela do paciente e aquela do terapeuta. A psicoterapia trata de duas pessoas que brincam juntas. O corolário disso é que onde o brincar não é possível, o trabalho efetuado pelo terapeuta é dirigido no sentido de trazer o paciente de um estado em que ele não é capaz de brincar para um estado no qual ele é capaz de brincar.

Ainda seguindo Winnicott: “(...) e, finalmente, a psicanálise foi desenvolvida como uma forma altamente especializada do brincar, a serviço da comunicação com o próprio self e com os outros.” (idem, p. 41). Mas o autor também salienta, assim como Freud, que “(...) análise é para aqueles que a querem, necessitam e podem tolerá-la.” (WINNICOTT, 1962,

p. 169). Então nos perguntamos: o que é que não entra espontaneamente no campo transferencial freudiano (no qual haveria liberdade para expressar-se), e na área do brincar winnicottiana? Seriam os mesmos elementos? Quais situações não suportariam ou não tolerariam esse “desenvolver-se em liberdade quase total”? Tentaremos abordá-los sob a rubrica do intransferível, tentando compreendê-los como elementos fundamentais para pensarmos uma psicanálise contemporânea que Freud nos deixou como legado, localizada além do princípio do prazer.

ii) O Transferível

Hanns (1996) discute a tradução do termo alemão *Übertragung* como “transferência” e trabalha com algumas concepções deste conceito na obra de Freud. Segundo Hanns, *Übertragung* está indissociavelmente ligado à noção de maleabilidade e reversibilidade:

Cabe ressaltar que ao longo de todo o percurso teórico freudiano o termo mantém as características linguísticas descritas acima: ‘interligar a origem e a chegada, o passado e o presente, o longe e o perto’; ‘maleabilidade e reversibilidade’; e ‘manter o material intato’ (rigidez do esquema transposto). (p. 419).

Essa maleabilidade e reversibilidade são exigidas no jogo transferencial no qual o desvão metafórico criado pelo desejo transferencial, atualizado na figura do analista (nesga que deixa entrever a dimensão do inconsciente e onde se encaixam as nossas interpretações), se apresenta como palco privilegiado da análise.

Qual maleabilidade específica é, então, exigida do psiquismo (a) em termos de liberdade intrapsíquica? (b) Em termos de relações de objeto? Ao falarmos de transferência,

ou seja, que um objeto inicial do desejo possa dar notícias de si através de um objeto substituto desse desejo, entremostrando-se no charme transferencial, temos que partir de uma série de pressupostos. O desejo é a possibilidade de um self em devir, “(...) é o movimento pelo qual o sujeito é descentrado, isto é, que a busca do objeto de satisfação, do objeto que falta, faz o sujeito viver a experiência de que seu centro não está mais nele mesmo, que está fora de si (...)” (GREEN, 1988, p. 21). Ele (o desejo) estabelece-se quando as relações primordiais foram suficientemente satisfatórias, necessita de objetos primários saudáveis o bastante para desempenharem suas funções e, também, se retirarem, abrirem espaço para a busca dos próximos objetos. Igualmente, será necessário contar com um sujeito que seja capaz de deixá-los partir, abandoná-los para se atirar em sua busca de um outro, os objetos secundários, seu devir transferencial. Isso aparece descrito na passagem de *ser* para *ter* (FREUD, 1921). A transferência inscreve-se, assim, na problemática da própria constituição do psiquismo abordado desde as primeiras demandas pulsionais, falando inicialmente de um sujeito capaz de conviver e se responsabilizar por elas (WINNICOTT, 1952, 1954, 1955-6, 1960, entre outros trabalhos). Essas demandas pulsionais, vividas dentro de um corpo constituído, podem lograr êxito na articulação de seus circuitos de modo suficiente para se instaurar: uma experiência de satisfação, uma frustração, uma possibilidade de regulação econômica interna, uma alucinação, um reconhecimento do outro como único apelo e primeiro objeto hostil (FREUD, 1895), o reconhecimento de uma falta, um desejo, objetos e representações ligados a esses desejos, uma interdição, o recalque, um inconsciente e a transferência. As demandas pulsionais continuarão, mas este estatuto atingido pelas funções de convocação e articulação dos circuitos pulsionais efetuada pelos objetos primordiais, desenharam as possibilidades dessas experiências serem

significáveis. Vamos nos aproximar de uma definição de objeto primário de Bollas (2000, p.13):

Em um estado de liberdade inconsciente, o objeto primário é mais uma tela branca; é algo que precisamos ou desejamos ser naquele momento – um espaço aberto e útil para a objetificação dos desejos momentâneos, memórias, necessidades, reflexões, planos e teorias, típicos de cada momento da vida.

Nessa definição e em tantas outras que veremos, encontramos a tese de que o objeto primário deve, concomitantemente a suas funções primárias, constituir um vazio seguro e habitável no qual se iniciarão as projeções do início da nossa vida simbólica e transferencial. Então, no jogo do devir transferencial, novas transferências serão sempre efetuadas a partir deste psiquismo em estado de abertura, rico e dinâmico. É quase possível falarmos de um circuito transferencial no qual os elementos de uma subjetividade ingressam e ganham um tratamento específico. Essa maleabilidade e reversibilidade, contidas na noção do *übertragung*, estão presentes no fazer híbrido da experiência simbólica, necessária à transferência. Em outras palavras, no duplo estatuto do analista como sendo e não sendo o objeto de partida e chegada do desejo, no passado e presente convivendo ao mesmo tempo, nos objetos primários e secundários, constituindo-se e atualizando-se mutuamente e transpondo-se nas dimensões externas e internas. Essas dimensões, ao se confundirem e se discriminarem, se interrogam, se reexperimentam e se inscrevem num terreno de novas possibilidades de significações.

O campo analítico apresenta do ponto de vista transferencial, quando isso é alcançado, seu caráter mais metafórico e eludível. A fala remetida ao analista diz respeito a um outro, o qual deve ser buscado driblando-se a transferência que, dentre as astúcias do inconsciente, se apresenta como uma das mais elaboradas. Nesse sentido, a transferência

pressupõe quase todas as outras artimanhas psíquicas (por exemplo, deslocamento, condensação, busca de satisfação pulsional pela via rápida, solução de compromisso, resistência etc.). Há uma trama histórica em que o sujeito lançou mão de defesas próprias para lidar com o que lhe era revelado por seu desejo. A trama, de alguma forma, se tornou inscrita. O fio a ser puxado pelas escapadas do inconsciente (ato falho, lapso, sonho, entre outros) irá revelar a riqueza de sua novela pessoal. A narrativa tem uma função primordial junto a esses elementos deste campo psíquico freudiano: a interpretação, a rememoração, a palavra como busca de si mesma e a regra fundamental desenrolam um nó conflituoso e histórico, mostrando sua plena aplicabilidade.

Mas e aquilo que resiste à história? Que resiste à palavra e que habita um terreno não afeito a ela, aquilo que é a-histórico (se assim pudéssemos escrever), que não se constituiu enquanto trama, enquanto romance, enquanto conflito, que não se organizou enquanto enredo, que está para além deste plano e, entretanto, tem existência própria e não cansa de anunciar-se? Aquilo que, mesmo quando apontado pelo trabalho clínico analítico, não realizará nenhuma transformação e resultará em uma escuta indiferente ou irritada do paciente não apenas em termos de resistência ou transferência negativa, mas também em termos de uma clínica do vazio, do branco, da despersonalização. Aquilo que, quando reinserido no campo histórico, quando cortejado pela narrativa psicanalítica irá retirar-se, permanecerá ileso, infenso à fala e ao sentido, e a palavra, o trabalho interpretativo, tenderá ao cansaço e à frustração.

iii) O Intransferível

Qual a pertinência de pensarmos em “intransferíveis” em psicanálise? Inicialmente nos propusemos discutir os limites do princípio do prazer em suas consequências metapsicológicas e técnicas, porém, percebemos que faltava um foco que pudesse delimitar mais claramente qual seria o recorte a partir do qual desenvolveríamos nosso projeto nessa área. Parecia necessário, então, escolhermos um elemento ao qual nos dedicaríamos para ficar mais claro sobre o que falaríamos nesse trabalho. Elegemos, dessa forma, a díade Transferível/Intransferível em psicanálise para definir mais nossa discussão e, assim, gradualmente regularmos nossa lente em busca do nosso foco.

Para André Green a “(...) progressão da obra de Freud o levou a reconhecer a existência de modos de pensamentos cada vez mais extraordinários do que poderia esperar quando propôs sua primeira hipótese sobre o inconsciente.” (GREEN, 2001, p. 31). Não é difícil encontrarmos na obra de Freud processos psíquicos ou “modos de pensamentos” que diferem dos processos primários, secundários, do recalque, da condensação, o deslocamento, a sublimação, a transferência ou a identificação, territórios próprios do princípio do prazer. Parece-nos que, ao falar de um avanço nas investigações de Freud, Green está se referindo provavelmente aos processos de identificação primária no narcisismo, às compulsões à repetição guiadas pela pulsão de morte, à defusão pulsional, à recusa presente no fetichismo e às clivagens do ego como defesa. Estes últimos processos não necessariamente respeitam a ordenação de desenvolvimento psíquico dos primeiros e não são necessariamente redutíveis aos jogos do conflito psíquico inconsciente, operados pelo recalque. Nessa citação de Green podemos entrever, também, a progressão realizada pelas contribuições pós-freudianas que pesquisaram esse território além do princípio do prazer, encontrando elementos e estados indiferentes e insubmissos aos principais processos organizadores da experiência psíquica. São elementos que estariam operando

prioritariamente fora do circuito transferencial conforme tentamos abordar no item anterior. De que forma, então, eles se dispõem à transferência? O que deles permaneceria intransferível? Nossa pesquisa indagará sobre a qualidade e a existência de tais elementos, objetos ou processos psíquicos intransferíveis presentes numa subjetividade (atuantes e alheios a essa subjetividade), tentando conceder-lhes um estatuto metapsicológico que auxilie nossa prática. O intransferível delimitaria o limite do analisável? Como deveríamos nos situar frente a ele no campo teórico e prático?

Pelo que vimos sobre a maleabilidade, versatilidade, sobre o devir e a riqueza da transferência, o intransferível deve falar de um estado de paralisia psíquica, não necessariamente de sua totalidade, mas de certos elementos ou regiões da subjetividade. Elementos ou estados que não utilizam o outro (em termos de transferência, de apelo e identificações), não utilizam de todos os recursos intrapsíquicos (em termos de não efetuar as transformações disponíveis ao psiquismo em seus processos de elaboração e simbolização) e não utilizam a linguagem (na medida em que permanecem majoritariamente não anunciados, não tocados pela palavra), entretanto permanecem atuantes e determinantes das possibilidades desta subjetividade. Um estado em que possibilidades de crescimento e enriquecimento psíquico através de novos sentidos e novas significações para a experiência se encontram, no mínimo, seriamente comprometidos.

Parece haver alguma semelhança entre as formas como Freud concebe compulsão, divisão do ego, fetichismo, identificação primária, elaborações freudianas que, assim como a intuição presente em Além do princípio do Prazer (FREUD, 1920), apontariam para uma “(...) força quase autônoma, força que seria diferente das energias que circulam precisamente no aparelho psíquico.” (LAPLANCHE, 1998, p. 171) e elaborações pós-freudianas que tangenciam uma dimensão fora do princípio do prazer. Desta forma,

poderíamos pensar nos elementos-beta de Bion (1962 e 1963), os interjetos de Bollas (2000 e 2003), a incorporação e os objetos em estado de cripta de Abraham e Torok (1995), as cisões e o superego arcaico kleiniano (KLEIN, 1927, 1928 entre outros e, principalmente, 1958), o não transicional e as angústias impensáveis de Winnicott (1951, 1971, 1988, 1963, entre outros), os processos de clivagem e o traumático de Ferenczi (1923, 1930, 1932a, 1932b, 1933, entre outros). Apesar de muito diferentes entre si, esses conceitos podem nos dar uma pista daquilo que investigamos. Seguiremos pela seara aberta por esses conceitos de forma a pensarmos a instauração de algo intransferível presente no psiquismo e na situação analítica; algo que falaria de uma outra forma de alienação de si mesmo que não corresponderia totalmente ao inconsciente recalcado. Esses processos ou elementos devem guardar uma relação singular com o inconsciente recalcado, assim como uma relação com os processos de transferência podendo, segundo nossa hipótese, gerar elementos intransferíveis e, desta forma, seguindo Freud (1914), elementos não exatamente acessíveis ao trabalho do psicanalista em suas determinações técnicas orientadas pela regra fundamental.

iv) Os autores e o corpo da tese

A especificidade do nosso tema e a presença de Freud e dos autores pós-freudianos que escolhemos, com grande destaque para Winnicott, Bion e Green, foram definidas pelas preocupações atuais da clínica psicanalítica. Parece-nos absolutamente necessário compreendermos certas noções em psicanálise que diferem das implicadas pelo princípio do prazer de Freud, para que possamos nos instrumentalizar para uma demanda psicanalítica implicada com nosso tempo, com a contemporaneidade. Isso se verifica nas

constantes produções de trabalhos falando sobre estruturas não neuróticas em psicanálise, que estão entre as obras escolhidas para o nosso debate. Optamos inicialmente por Freud pela importância de sua obra para o nosso tema e por apostarmos na sempre frutífera retomada, nos trabalhos psicanalíticos, do seu gesto inaugural, reascendendo o diálogo com sua obra e com sua metapsicologia. No caso dos outros autores, eles se mostraram de extrema importância para compreendermos a instalação de uma dimensão intransferível no psiquismo, através de seus estudos e contribuições sobre as vicissitudes das descontinuidades do self (eu) – como Freud tangenciou no final de seus trabalhos (FREUD, 1940 [1938],). Para Balint (1993), as controvérsias entre Freud e Ferenczi geraram um trauma no seio psicanalítico que teve como efeito produzir uma clivagem posterior no campo teórico/clínico desta disciplina. Tanto que só recentemente a obra de Ferenczi passou a ser considerada como elemento fundamental para estudiosos de estruturas formadas pela ação do trauma ou estudos sobre formas de paralisação psíquica e de desenvolvimentos de elementos autônomos dentro do psiquismo, em contraste com as defesas geradas no contato com o desejo inconsciente. Nesse sentido as obras de Winnicott, Bion e Green, de imensa valia para nosso tema, encontram-se (assim como a obra de Abraham e Torok, Balint, Bollas, Melanie Klein e tantos outros), na esteira da herança deixada por Ferenczi. Sobre esse tema Mezan (2002) afirma:

Pois talvez não seja exagerado dizer, como o faz André Green, que Ferenczi é o fundador da psicanálise moderna, se por psicanálise moderna entendemos o tipo de trabalho centrado na análise minuciosa do aqui agora, na investigação das sutilezas transferenciais e no acompanhamento detalhado do funcionamento das relações de objeto. (...) É nesse sentido – e sem precisar por isso minimizar a importância decisiva de Freud – que não soa descabida a afirmação de André Green segundo a qual de Ferenczi descendemos todos os psicanalistas atuais – ainda que, como convém a uma filiação psicanalítica, esta também tenha permanecido por tanto tempo ignorada ou, quem sabe, reprimida. (p. 156 e 172)

É nossa intenção seguir a tendência atual de não reproduzir esse trauma e trazermos para a pauta a obra desses autores, entendendo-as como uma contribuição essencial para as discussões que faremos sobre nosso tema. Salientamos que esta opção metodológica também se inscreve como um posicionamento claro, contrário às grandes dicotomias político-teóricas em psicanálise: as que dizem respeito à oposição entre uma teoria estrutural pulsional e a teoria das relações de objeto, entre uma psicanálise do intrapsíquico e outra do intersubjetivo, sobre uma ética da responsabilização pelas escolhas inconscientes versus uma ética do cuidado, uma psicanálise da falha básica oposta à outra do desejo, entre o sujeito culpado psicanalítico e o sujeito trágico, uma psicanálise do mito narcísico e outra do mito edípico, uma escola inglesa, outra francesa², outra de Budapeste etc³.

Teceremos, então, no capítulo 1, nossas considerações metodológicas centrando nossa atenção sobre um questionamento a respeito da ética da leitura em psicanálise e, principalmente, sobre utilidade e função da metapsicologia freudiana nos dias de hoje. Isso nos preparará para nossa indagação, no capítulo 2, sobre o texto *Além do Princípio do Prazer* (FREUD, 1920), qual seja, se elementos intransferíveis ou intransferibilidades podem ser percebidos nesse trabalho estado latente ou manifesto. Não estamos pensando em termos apenas de um recalco do texto, queremos colher idéias, intuições e pistas que possam nos ajudar na construção do nosso argumento. No capítulo seguinte, discutiremos de forma mais direta elementos propostos pela teoria psicanalítica, pós-Freud, que não se adequam ou simplesmente não respondam ao funcionamento e elaborações transferências.

² Entretanto, achamos necessária uma nota que esclarecesse a ausência da obra lacaniana em nosso trabalho. Sabemos que nossas inquietações e hipóteses nessa tese encontrariam um auspicioso eco e reverberação nos textos de Lacan. Seria possível, inclusive, uma pesquisa do nosso tema apenas em seus seminários, livros e artigos. Contudo, não seria possível abordá-lo nos limites desse trabalho sem nos arriscarmos ao perigo de uma grande superficialidade. Resolvemos, então, deixá-lo de fora de nossas reflexões, deixando a oportunidade para alguém mais apto que possa se interessar pelo tema.

Esperamos com esses autores que se seguirão demonstrar que falamos de algo específico (os intransferíveis e as intransferibilidades) dentro de uma área há muito investigada pelos mais diversos autores psicanalíticos. Nesse capítulo, estaremos tratando mais de elementos psíquicos do que de estados de impossibilidade transferencial, o que se invertera no capítulo 4 quando apresentaremos a intransferibilidade com um estado do self, próximo à impossibilidade do brincar winnicottiano. No capítulo 5, nos dedicaremos às contribuições de André Green para tentarmos demonstrar os intransferíveis ou as intransferibilidades como resultantes diretos de uma problemática relação objetal com o objeto primário. Ao final, pretendemos apresentar sob o título de “Considerações Finais” (capítulo 6) nossos pensamentos sobre o que aprendemos e colhemos com nossa trajetória, quais horizontes percebemos abertos com nosso debate e quais são os desenvolvimentos seguintes que nos sentimos incitados a continuar perseguindo.

³ Sobre essas grandes divisões ver Figueiredo (2009), Greenberg e Mitchell (1994), Green (2003 e 1988),

1) METODOLOGIA.

1.1) Observações iniciais

Tratando-se de uma pesquisa teórica em psicanálise nosso eixo metodológico estará centrado na análise de textos. Os textos analisados dos autores pós-freudianos serão cotejados entre si tendo como pano de fundo a produção freudiana, mais diretamente, o trabalho *Além do Princípio do Prazer* (FREUD, 1920). Investigaremos as aberturas e os desdobramentos posteriores que trataram desse além-aquém, tanto na obra freudiana como em seus seguidores, que nos sugeriram a impossibilidade de processos mentais que não envolvam concomitantemente eventos do princípio do prazer e outros para além dele.

Por muito tempo os estudos da hermenêutica passaram despercebidos pela lente psicanalítica. Recentemente, encontramos uma tendência à valorização crescente das conquistas desse campo no que diz respeito à sua capacidade de viabilizar nossa instrumentalização e nosso posicionamento ético frente à atividade de interpretação e leitura (MILLER, 1995). Temos visto, também, demonstrações muito felizes da aplicabilidade desse conhecimento nos trabalhos teóricos psicanalíticos, conforme nos demonstrou Figueiredo (1999). Nessa presente produção teórica, vimo-nos constantemente preocupados com uma maior delimitação de nossas formas de leitura, com nossa instrumentalização no tocante às nossas opções metodológicas e com perigos de certas formas de interpretação pouco afeitas ao nosso campo de estudo e ao nosso objeto em psicanálise. Essa tradição hermenêutica será levada em conta nessa tese, nos colocando

Maduenho (2003), De Martini (2006), Souza (2003), Balint (1993), Kohut (1989, 2001).

próximos a uma opção pela desconstrução, por esse método nos parecer o mais fidedigno aos anseios psicanalíticos.

São necessárias, então, algumas distinções, dado que, por características próprias do nosso tema e do nosso campo de estudo, mostrou-se mais adequado propormos uma leitura que não fosse dogmática ou sistematizante. Buscamos uma ética de leitura que garanta que os textos selecionados não sejam apresentados como ferramentas pré-estabelecidas e com uma finalidade única. Tentaremos fazer com que os textos também falem por si e apresentem, além de suas teses centrais, seus desencaixes, seus elementos para além de seus princípios fundamentais, nos auxiliando, desta maneira, a problematizar nosso tema e enriquecer nossa perspectiva. Pensamos ser essa a melhor forma de sondarmos o intransferível em psicanálise, por ser ele justamente aquilo que não se anuncia pelo texto, mas, se presentifica incomunicável, encapsulado em suas próprias linhas. O vértice histórico-conceitual nos garante a possibilidade de análise de conceitos no eixo do tempo. Teceremos esse vértice com a dimensão da epistemologia mais ampla da psicanálise, possibilitando-nos um movimento vertical e horizontal, no qual um aprofundamento nos conceitos será efetuado juntamente com suas ramificações radiais para além do domínio da teoria do próprio autor em questão.

Em outro trabalho (MADUENHO, 2003), defendemos a utilização de uma metodologia de leitura próxima à desconstrução para a dissertação daquele momento, argumentando, principalmente, que ela opera em certos aspectos, alinhada ao trabalho psicanalítico, ou seja, assim como o sujeito psicanalítico é um outro para si mesmo, na desconstrução o texto já contém em si a experiência do estranho (*Unheimliche*). Já se encontra embutido em suas passagens aquilo que opera sua própria desconstrução, que faz com que o texto também seja outro para si próprio. A noção de um sujeito descentrado de si

mesmo, tal qual nos apresentou tantos autores da psicanálise, por exemplo, Ogden (1996) é, nesse posicionamento, percebida no próprio texto que não poderá mais ser trabalhado a partir de uma lógica identitária. A escuta psicanalítica se fará presente em nossa atividade de leitura de uma forma muito parecida e não podemos, nem devemos, evitá-la, como comenta Green (1994, p. 16) “Como age o psicanalista diante de um texto? Procede a uma transformação – na verdade, ele não age assim deliberadamente, pois é uma transformação que se impõe a ele – que faz com que ele não leia o texto, mas o ouça.” Green também reconheceu essa possível aproximação entre o exercício interpretativo da desconstrução⁴ e o trabalho do psicanalista, colocando-a nos termos da nossa área:

O analista, a partir das marcas que permanecem visíveis ao seu olhar-escuta, não lê o texto, ele o desliga. Quebra a secundaridade para encontrar, aquém dos processos de ligação, o desligamento encoberto pela ligação. (...) Certos críticos, defensores do mistério da criação, experimentam sentimento de profanação diante da interpretação psicanalítica. Quanto ao analista, ele continua seu trabalho de desconstrução-construção, muitas vezes sem a menor consideração, e raramente, quando a censura não prejudica suas próprias análises, com grande sucesso. De fato, esse desligamento representa a etapa necessária para uma nova ligação, diferente daquela da obra, ligação essa que obedece à lógica do processo primário (...). (idem p. 18, 19 e 20).

Assim como nos descentramentos e desligamentos psicanalíticos, na metodologia desconstrutiva, não se trata de desconfigurar o texto ao sabor da inventividade ou do utilitarismo que o leitor dele quer fazer uso (como nas leituras pragmáticas), trata-se de colocar em atividade os elementos de desconstrução já presentes e operantes no seu interior (FIGUEIREDO, 1999). Aqui a exegese do texto não é o objetivo, assim como não buscaremos a verdade unívoca dos argumentos dos autores, sua unidade ou seu sentido

⁴ Com isso não podemos desconsiderar a postura de Green sempre contrária àqueles que consideram a psicanálise uma nova ciência da palavra. Em outro momento (GREEN, 2001) o autor considera: “Se coloco acento na interpretação, tratando-se de pacientes ou da obra de Freud, isso não supõe que eu compartilhe da opinião de alguns que vêem na psicanálise um ramo da hermenêutica.”

transcendente; antes, iremos sugerir um dos fundamentos da desconstrução que é a prevalência da diferença sobre a essência.

Apesar dos esforços das traduções brasileiras dos textos psicanalíticos na última década, gerando excelentes trabalhos como o exemplo de Hanns (1996 e as traduções dos trabalhos de Freud, 2004, 2006 e 2007), sabemos da grande carência de boas traduções no campo psicanalítico, principalmente, nas traduções anteriores a essa data. Desta forma, tomaremos uma precaução de trabalharmos com as traduções brasileiras das obras Freud de Luiz Hanns. Para os textos de Freud não traduzidos por Hannz, trabalharemos com a versão em espanhol da Amarrortu. Da mesma forma, na utilização das obras de Winnicott e Bion, conhecidas em nosso meio por traduções problemáticas, trabalharemos com o texto original em inglês. Todas as citações, contudo, tanto da Amarrortu quanto de Winnicott e Bion serão feitas em português, com traduções elaboradas por nós.

1.2) Metapsicologia: realidade, ficção e sentido

Em nossa tese faremos ao leitor um convite à metapsicologia. Quando nos empenharmos no estudo da existência de certos estados/elementos autônomos e estranhos ao psiquismo presentes em seu interior, nos dedicaremos à metapsicologia freudiana e, da mesma forma, à metapsicologia psicanalítica em geral. A ocorrência que mais nos interessa nessas configurações psíquicas, prioritariamente fora da regência do princípio do prazer, é o estado de intransferibilidade. Carregaremos conosco a proposta de Fédida (1998) de lermos a metapsicologia psicanalítica clinicamente, ou seja, é o nosso compromisso com o outro e com o sofrimento do outro que nos guiará. O que se vislumbra é a possibilidade de alguma delimitação metapsicológica comum a esses elementos e estados. Isso sem nenhum objetivo

senão o de contribuirmos para o avanço das pesquisas e da nossa escuta sobre esse campo que chamaremos, generalizando provisoriamente, de além do princípio do prazer. Buscamos a mesma precisão teórica e crítica que conseguimos frente ao campo das neuroses também para esses outros fenômenos que não correspondem integralmente à esfera neurótica, estando além ou aquém dela. Porém, antes dessa pesquisa junto à metapsicologia freudiana e psicanalítica tentaremos, nesse momento, descrever sua função e o uso que faremos dela em nossa tese. Nossa questão metodológica, nesse ponto, recai sobre um questionamento a respeito da metapsicologia: porque em nossas pesquisas atuais, ainda indagaríamos à metapsicologia aproximadamente cem anos após sua invenção? Qual o lugar da metapsicologia na psicanálise contemporânea?

Num diálogo entre Jaques Derrida e Elisabeth Roudinesco, esse autor apresenta sua crítica com relação à metapsicologia:

A grande conceitualidade freudiana provavelmente foi necessária, admito. Necessária para romper com a psicologia num dado contexto da história das ciências. Mas me pergunto se esse aparelho conceitual sobreviverá por muito tempo. Talvez me engane, mas o isso, o eu, o supereu, o eu ideal, o ideal de ego, o processo primário e secundário do recalçamento etc. – em suma, as grandes máquinas freudianas (incluindo o conceito de inconsciente!) – não passam a meus olhos de armas provisórias, utensílios teóricos montados contra uma filosofia da consciência, da intencionalidade transparente e plenamente responsável. Não creio em nada no seu futuro. (...) O ‘amigo da psicanálise’, em mim, desconfia não do saber positivo, mas do positivismo e da substancialização de instâncias metafísicas ou metapsicológicas. As grandes entidades (eu, isso, supereu etc.), mas também as grandes ‘oposições’ conceituais, sólidas demais, e, portanto tão precárias, que se seguiram às de Freud, como por exemplo o real o imaginário e o simbólico etc., ‘a introjeção’ e ‘a incorporação’, me parecem carregadas (e tentei de demonstrar isso mais de uma vez) pela inelutável necessidade de alguma ‘diférance’ que apaga e desloca as suas fronteiras. Priva-as em todo caso de todo rigor. Não estou nunca portanto pronto a seguir Freud e os seus no funcionamento de suas grandes máquinas teóricas, em sua funcionalização. (DERRIDA, J E ROUDINESCO, E. 2004, p. 206, 207, 208 e 209) (itálico do autor).

Frente a essas colocações, Roudinesco responde:

A meu ver, ao contrário, é preciso considerar o recorte efetuado por Freud e continuar a trabalhar *com* a metapsicologia. Pois se cedermos no que o senhor chama de grandes máquinas teóricas, arriscamo-nos a liquidar o próprio princípio da ‘subversão’ freudiana, sua inovação, e voltarmos a velhas noções de inconsciente (cerebral, neural, cognitivo, subliminar etc.). (...) Há uma fragilidade específica da psicanálise que se deve ao seu próprio objeto: o inconsciente, no sentido freudiano, pode ser sempre, evitado, refutado, julgado ‘perigoso’ e por isso banido da consciência e da razão etc. Daí a necessidade, para resguardar a criatividade, de retornar incessantemente ao gesto original de Freud... (Idem, p. 209) (itálico da autora).

Qual é o gesto inaugural de Freud ao qual Roudinesco se refere? Gostaríamos de apontar dois gestos igualmente importantes. Primeiramente, a própria assertiva do inconsciente freudiano provocando fraturas nas instituições sociais, culturais e políticas de sua época. Os ecos desses rompimentos reverberam até os dias. Em segundo lugar, a constituição da metapsicologia. O gesto inaugural e decisivo nesse ponto está na coragem de Freud de se diferenciar da psicologia descritiva de sua época propondo modelos abstratos para fenômenos empiricamente não observáveis (a metapsicologia). Esses modelos abstratos são convidados a participar de suas pesquisas como uma possibilidade de ir além daquilo que a psicologia concreta era capaz de descrever, ou seja, Freud se arrisca para além dos limites delineados pela psicologia e assim, num gesto audacioso, instaura a metapsicologia. Quanto ao primeiro gesto, não é absolutamente necessário defender sua originalidade, no tocante ao segundo, algumas palavras são necessárias. A criação de modelos abstratos como ficções teóricas não é exclusividade de Freud, sobre esse ponto “... filósofos, cientistas e epistemólogos já haviam analisado esse tipo de método de pesquisa, considerando-o não apenas aplicável, mas necessário às ciências naturais”. (FULGÊNCIO, 2003). Aqui poderíamos lembrar a crítica de Politzer (1998) feita ao capítulo VII da *Interpretação dos Sonhos*, delatando um abandono de Freud àquilo que Politzer chamava de psicologia concreta, em prol de especulações e criação de ficções teóricas. Freud, na

verdade, nos apresentava o seu terceiro⁵ modelo topológico psicanalítico no referido capítulo VII, evidenciando que sua estratégia e seu modo de produzir conhecimento já estavam definidos há bastante tempo. Para Politzer, tratava-se de, através de um aporte fenomenológico, exigir que a psicanálise se dedicasse exclusivamente às tramas e aos dramas próprios das vicissitudes da subjetividade. A transposição desses elementos para o campo da metapsicologia era visto como uma perda da riqueza de sentidos do drama encerrado em si próprio.

Na crítica presente na entrevista de Derrida temos alguns pontos parecidos sendo ressaltados: a substancialização dos conceitos, o positivismo artificial gerado pela solidez e incrustação deles, a limitação dos horizontes que esse falso positivismo gera e, também, o recurso à metapsicologia como um “álibi” fácil frente à “(...) o que a crueldade psíquica tem de mais próprio” (DERRIDA E ROUDINESCO, 2004, p. 208, em nota de rodapé). Fomos alertados por Freud (1900) a não tomarmos os andaimes metapsicologia pelo próprio edifício. Apesar de Freud ter que dar conta de conceitos não fenomênicos (pulsão, inconsciente, recalque, resistência), ele nos avisa que não poderíamos fazer de seus modelos abstratos, dados empíricos. Não podemos esquecer que em se tratando de ficções teóricas psicanalíticas elas não possuiriam um referente direto factual, não haveria nunca a substituição destas por um objeto empírico. Desse modo, essas ficções não deveriam ser julgadas em sua pertinência por um critério de verdade por correspondência, mas sim pelo o quanto fica apreensível a estrutura do fenômeno que ela aborda. Ainda assim, parece-nos que não tocamos no ponto central da função da metapsicologia em nosso trabalho. Acreditamos que a dicotomia entre modelos fictícios de uma realidade e os referenciais

⁵ Estamos considerando o primeiro modelo aquele presente nos Estudos Sobre as Afásias (Freud, 1891) e o segundo modelo o rascunho apresentado no Projeto para uma Psicologia Científica (Freud, 1895 [1950]).

empíricos em si (gerando inteligibilidade na extração desses modelos) é apenas uma face do trabalho que a metapsicologia opera. Ademais, acreditamos que essa face não fala do essencial que a metapsicologia tem a colaborar em nosso trabalho psicanalítico. Estamos mais próximos de Fédida (1991, p. 114), para quem:

Trabalhar atualmente no campo da psicanálise é, sem dúvida, praticar clinicamente e é em nada ceder da considerável herança metapsicológica que Freud nos deixou. O que interessa na metapsicologia de Freud é dispor de uma escrita cuja leitura é produtora de *mudanças de lugares* ou, se preferirem, de uma liberdade de pontos de vista e, portanto, de remanejamentos de transformações e de renovações considerando-se a extensão e os progressos da clínica e levando-se em conta mudanças ocorridas particularmente na cultura científica. (grifos do autor).

Nesse ponto de vista a metapsicologia é um outro lugar, uma outra cena que convocamos, produtora de diferenças e reconfigurações. As transformações relatadas pelo o autor são conquistadas pelas inúmeras metáforas geradoras (em suas construções) de mais metáforas; engendradas pelo trabalho clínico ou do texto, colocado em contato com a metapsicologia. Ela mesma é a metáfora conquistada por Freud em suas pesquisas sobre o inconsciente que nos permite falar ao mesmo tempo em que produz outros lugares, outras extensões, outras ressonâncias, quando a convocamos para esse confronto frente às situações psicanalíticas:

O que poderia ser chamado de atividade poética de *metáfora*, caso tal expressão seja considerada conveniente para designar o espaço que a palavra engendra para tomar ressonância daquilo que vê, daquilo que toca e daquilo que sente. Quando a linguagem encontra-se ameaçada pelo domínio da vista, ela só consegue livrar-se desse domínio porque as palavras dispõem da magia das transformações de uma sensação em outra, não por jogo de correspondências, mas por ressonância. (Idem, p. 16 – grifo do autor)

Não está em jogo apenas o quanto de racionalismos e inteligência a metapsicologia será capaz de produzir tomando-a apenas como um modelo fictício extraído de fenômenos

não observáveis, mas o quanto de inventividade e de movimentos ela será capaz de criar. Nesse sentido a metapsicologia é um lugar único: sítio dos movimentos e das metáforas onde nossas construções clínicas ou teórico/clínicas poderão desenredar-se retomando constantemente, em suas articulações e desarticulações, o gesto psicanalítico e apontando, ao mesmo tempo, para suas possibilidades de aberturas e suas limitações.

Pensemos agora no exemplo do fenômeno da dor tal como foi abordado por Freud em Além do Princípio do Prazer (FREUD, 1920). Talvez esse ponto nos ajude a recuperarmos nosso lugar (*ethos*) nessa difícil topologia que trata do factual da clínica psicanalítica, dos seus modelos heurísticos, suas metáforas e dos seus elementos metapsicológicos. Isso nos fará lembrar a origem e o compromisso da psicanálise: ela surge pela tentativa de entendimento e tratamento da dor psíquica. Retomando dois argumentos: vimos, num primeiro momento, que a metapsicologia não se pretende uma realidade, nesse sentido ela é uma ficção que tenta dar conta de uma realidade e sua fecundidade está no quanto ela faz ver, sua utilidade está no quanto ela orienta o psicanalista na sua função ética de perscrutar e tratar a dor do outro. Num passo seguinte vimos também que mais do que uma ficção, deveríamos deixar a metapsicologia nesse “espaço bastardo” (FÉDIDA, 1991) entre a fantasia e o conceito, entre modelo e ficção, deixando-a produzir em nosso fazer psicanalítico novas metáforas, para nossas novas necessidades:

Penso esse sítio como *lugar dos lugares*, como lugar das localidades psíquicas e, de certa forma, é o lugar da *observação psicanalítica*, de descoberta e, portanto, de mudanças de pontos de vista. A condição referencial da situação psicanalítica na metapsicologia dá a entender que toda a proposição, toda hipótese, todo o modelo e todo o conceito é capaz de restituir a situação psicanalítica, de *fazê-la ver em abismo* e, conseqüentemente, está disponível para um pensamento da clínica. (Idem, p. 115 – grifos do autor).

A definição da dor como trabalho da *bindung* (FREUD, 1920) assevera que o que está em jogo na própria raiz da dor e na raiz da tarefa teórica - e prática - da clínica psicanalítica é a noção de vinculações, processos, transformações e passagens do terreno da força para o sentido. Nesse trabalho operaremos substituições, ligações e desligamentos, à procura de palavras, sentidos e modelos para pensarmos nossa própria experiência, uma marcha que em si mesma já trata, concomitantemente, da dissolução da dor e da reconstrução da metapsicologia da psicanálise. A metapsicologia resgata a situação psicanalítica de nossa estupefação infantil, de seu assombro fagocitante sendo, ela mesma (a metapsicologia), o lugar, o meio, o transicional necessário para o movimento psíquico no tratamento da dor. Buscamos meios de contarmos a nós mesmos aquilo que nossa experiência teórica e clínica nos revelaram. Seguindo Fédida (1991, p. 46):

De acordo com o ponto de vista que acabo de enunciar, é à leitura e comentário de textos metapsicológicos ao que deveríamos nos consagrar, já que esses textos são metapsicológicos pela capacidade especulativa/fictícia que comportam, e já que esta capacidade de loucura conceitual é, em sua própria escritura, a atividade clínico-técnica do analista.

Para nós, nesse presente trabalho, a utilização que fazemos da metapsicologia é de justamente confrontá-la com os problemas mais vivos da clínica contemporânea nos campos além e aquém do princípio do prazer. Campos sobre os quais se torna urgente falarmos diariamente mais, dando assim, continuidade ao gesto original freudiano. A dor (como trabalho da *Bindung*) nos guia tanto agora na confecção desse capítulo quanto na prática clínica, lugares que demandam metáforas, diferenciações, aproximações e delimitações das ínfimas nuances teóricas e clínicas da psicanálise atual, operações sem as

quais se torna impossível trabalhar. Isso provoca o fenômeno paradoxal do rejuvenescimento diário da velha bruxa.

Retornemos às críticas: existe a crítica relacionada à desatualização da metapsicologia; as críticas que contrapõe metapsicologia e fenomenologia, ou seja, modelos abstratos para eventos não observáveis e descrições fenomenológicas; outras críticas contrapõem o drama da experiência subjetiva e constructos especulativos, confrontando psicologia concreta e ficções teóricas. Em outros momentos, também, toma-se a crítica à metapsicologia como uma crítica à obra de Freud, ainda que a metapsicologia seja apenas uma parte da produção freudiana, assim como a produção modelos teóricos é sempre uma parte do trabalho de uma ciência.

Nosso aprofundamento na psicanálise, que necessariamente irá versar com o corpo conceitual que essa disciplina já produziu (e, nesse sentido, a metapsicologia), tentará fazer operar novas metáforas, alimento indispensável ao psicanalista em seu trabalho, com a intenção de colocarmos em marcha uma produção metafórica espontânea, uma função-alfa bioniana, conservando-nos a capacidade de pensamento, devaneio e sonho⁶. Aqui vale ressaltar a estratégia de Nicolas Abraham e Maria Torok (1995) que propuseram uma passagem da casca ao núcleo da metapsicologia numa busca das intuições, dos assombros, das inquietações que a geraram e, também, dos rejuvenescimentos que outras contribuições trouxeram à velha bruxa. Caberiam nesse ponto todos os grandes autores constituidores de

⁶ Na exposição dessa nossa forma de ver e trabalhar com a metapsicologia já falamos de transicionalidade winnicottiana e, agora, falamos da função-alfa de Bion. Parece-nos que o que descreve melhor os diferentes aspectos da lide psicanalítica é a própria psicanálise. Nesse ponto lembramos que para Bion a função alfa, como discutiremos nos capítulos posteriores, opera sobre os dados brutos da nossa experiência (por exemplo, a sensorialidade e as moções pulsionais) dando a possibilidade dessas experiências transformarem-se, gerando material para o nosso pensamento e para o nosso sonhar.

escolas em psicanálise⁷ – Ferenczi, Klein, Lacan, Hartmann, Kohut, Winnicott e Bion – que direta ou indiretamente trabalharam a metapsicologia proporcionando novas metáforas, atrações e repulsões frente às suas contribuições originais. Somos, então, remetidos à origem da metáfora de Freud “metapsicologia-bruxa” que surgiu numa carta endereçada à Fliess: se não for possível rejuvenescer utilizando as possibilidades de uma vida saudável, recorra às bruxas⁸. Nesse momento, o “álibi” (metapsicológico no caso da psicanálise) de Derrida se faria notar. Aqui a bruxaria ou a metapsicologia podem parecer mesmo uma clara tentativa de contornar um problema teórico/clínico ao invés de confrontá-lo, como nos lembra Laplanche (2003, p. 118) falando sobre a metapsicologia:

Eu acredito que a metapsicologia é um pensamento rigoroso e não um pensamento mítico como Freud algumas vezes sugeria. Essa idéia da ‘bruxa’ metapsicológica é um pouco perigosa, porque pode levar a pensar que a metapsicologia é a respeito de fantasias.

Ainda segundo Laplanche (2003, p. 111) “Agora, naquilo que diz respeito à teoria e à metapsicologia eu, diria que, efetivamente, o desafio é de extrair todas as consequências da experiência freudiana e, a partir daí, renovar a teoria.”

Nossas pesquisas sobre os mais diversos eventos psíquicos psicanalíticos avançaram. Como poderíamos, então, recuperar as metáforas originais e as intuições que determinaram esses conceitos? Onde ainda podemos encontrar em atividade os movimentos e forças produtoras de novas cenas e novas metáforas? Seguindo Abraham e Torok (1995), a partir da casca dos conceitos, pouco se mostrará em termos dos detalhes a respeito dos

⁷ Além dos criadores de escolas psicanalíticas, houve também os pesquisadores que propuseram novos aportes e novas configurações à metapsicologia. A lista seria enorme. Lembremos apenas os que estão mais próximos das nossas questões nesse trabalho: Green, Laplanche, Fairbairn, Abraham, Torok, Fédida, Piera Aulagnier, Balint, Ogden, Bollas, Brusset.

eventos e dos conceitos a serem tratados. É o núcleo que nos informará e é para ele devemos direcionar nossa lente. Abraham (1995, p. 194) nos indaga sobre a tarefa de efetuarmos essa passagem. “(...) se as teorias de Freud formam a casca protetora de suas intuições, dissimulando-as e revelando-as a um só tempo, o que acontece com o núcleo propriamente dito?” Um pouco à frente o autor, numa crítica escrita a respeito do Vocabulário de Psicanálise (LAPLANCHE e PONTALIS, 2004), complementa:

Sob a égide de suas definições de aparência clássica fingindo, em suas discussões, seguir uma racionalidade extrema, o Vocabulário de Psicanálise põe em evidência, na casca dos vocábulos, a existência de descontinuidades e de emaranhados. Como consequência ele permite entrever aquilo que as palavras não saberiam nomear, o Núcleo transfenomenal dessa não ciência (...) (p. 212).

Será apenas quando remetermos nossa questão à metapsicologia, como esse outro lugar onde concorrerão tanto os deslindamentos via produção de inteligibilidades, como a transfiguração de formas e lugares via produção de metáforas, que tornaremos mais apreensível sobre o que falamos. A metapsicologia é produtora de metáforas e inteligibilidades, lugar onde ainda podemos encontrar em atividade os movimentos do gesto original freudiano. Com sua ajuda poderemos saber ou mesmo nunca saber, nas passagens que ela descreve e nas metáforas que ela coloca em marcha no contato com nossas indagações, se o que falamos se trata sempre do mesmo ou não. Tomemos uma metáfora de Winnicott para ajudar-nos a compreender a distinção entre a casca e o núcleo transfenomenal dos conceitos da metapsicologia. Segundo Winnicott (1971), a teoria seria a roupa com a qual vestimos nossos sonhos e intuições. Aqui a roupa é a casca. Os sonhos e as intuições são o que Nicolas Abraham chamava de núcleo transfenomenal. Uma roupa

⁸ Freud, numa carta a Fliess, relembra “Fausto” de Goethe. Mefistoles, ao ser indagado por Fausto sobre como poderia recuperar sua juventude, lhe indicou o caminho de uma vida regrada e saudável. Dado que Fausto

que não pode ser nem tão apertada que impeça gestos e movimentos e nem tão larga que não de ao corpo forma nenhuma. Sonhos e intuições que carregaram os conceitos de traços, marcas, inscrições e representações ligadas aos conteúdos de suas histórias. Abraham apontou para uma “anassemia” provocada pela fala automatizada dos conceitos. Conceitos ou uma teoria anassêmica, seria aquela que não diz mais nada além do instituído pelas leituras dogmatizantes, sua polissemia já secara como um discurso fadado a sempre repetir mecanicamente a si mesmo. Sobrou apenas a roupa ou somente a casca. Aprofundarmo-nos em nossa tese é recorrer à polifonia dos diálogos entre a metapsicologia freudiana e as obras de autores como Winnicott, Bion, Klein, Green, entre outros, para sabermos não apenas o que já foi falado sobre o tema, mas, principalmente, o que vem sendo sonhado e intuído por nós ultimamente.

A metapsicologia freudiana é um conjunto de conceitos articulados, de modelos e metáforas sobre o aparelho psíquico, é um todo organizado, uma estrutura harmônica com suas regras e seus funcionamentos que geram em mote contínuo, suplementarmente, suas desorganizações, desarticulações e suas desarmonias, quando exposto a um elemento novo. A qualidade das desarticulações e das desarmonias, as novas configurações que poderão se apresentar a partir desse choque, suas novas metáforas, é o que nos interessa. Não se trata, evidentemente, de uma confusão de campos: o fenômeno do qual a psicanálise se ocupa não é a metapsicologia, não é nela que afirmaremos ou não a existência de algo. Nosso compromisso primeiro não é com ela e sim com o sofrimento psíquico e o tratamento dele. Essa confusão entre campos já caiu várias vezes em uma temerária formulação: para afirmar a existência de um fenômeno psicanalítico e a pertinência de seu conceito correlato, checaríamos não a realidade, não nossa clínica, não o sofrimento do homem dos nossos

recusa esse oneroso caminho, Mefistoles lhe aconselha, então, recorrer às bruxas, suas poções e suas magias.

dias, mas, sim, a obra de Freud. Se for possível encontrar esse fenômeno ou seu conceito lá, na obra de Freud, em estado latente e/ou manifesto isso prova a sua verdade e sua existência. Assim como a lógica presta contas apenas a ela mesma, num limite de formalização ou de cristalização dos conceitos, as nossas produções teóricas prestariam contas apenas a teoria estabelecida mesma, no caso a metapsicologia e, por extensão, à obra de Freud. Freud deixou várias vezes muito claro que a metapsicologia deveria estar em movimento:

Sugiro chamar toda a descrição do processo psíquico que envolva as relações *dinâmicas, tópicas e econômicas* de descrição *metapsicológica* (...) Tais representações pertencem à superestrutura especulativa da psicanálise. E cada parte pode ser, sem prejuízos, nem remorsos, sacrificada ou substituída por uma outra logo que sua insuficiência seja demonstrada. (FREUD, 1915)

Não há nada menos psicanalítico do que uma teoria fechada e acabada em si mesma. Nossos novos achados, na nossa produção teórica ou clínica, só possuem sentido se transbordarem para além de suas páginas ou para além da sala de análise: local onde reencontramos nosso compromisso com o nosso tempo. Somos impelidos a elaborar mais, como condição de sobrevivência. Estamos aqui, no próprio ato de escrever sobre elementos ou estados intransferíveis, nos esforçando para fazer com que algo vire palavra⁹.

Pensemos em um exemplo. Autores como Green (1988) e Brusset (2006) têm colocado em pauta a necessidade de uma terceira tópica em psicanálise a qual, não desconsiderando nem a primeira nem a segunda tópica freudiana, teria condições de nos oferecer um campo maior de inteligibilidade e metáforas frente, justamente, aos estados ou estruturas não-neuróticas (aos quais nos referimos como além do princípio do prazer). Essa terceira tópica “dos vínculos e dos limites”, como acentuou Brusset (2006), fez-se

necessária, entretanto, Brusset e Green estão o tempo inteiro cotejando suas hipóteses frente à metapsicologia freudiana. Certamente não se trata da busca de uma licença de autoridade que nesse caso seria Freud ou sua obra. Não se trata também de checar na metapsicologia se suas hipóteses são validas ou não. Esse cotejamento é feito pela fecundidade do encontro. Partimos da metapsicologia freudiana não por respeito ou submissão a figura mítica de Freud e sua obra, mas sim pela fecundidade e pela incrível operacionalidade de seus conceitos, na tarefa de colocar em palavra, inclusive, aquilo que encontramos de mais anassêmico, incomunicável, irrepresentável e intransferível no psiquismo.

Sobre a delimitação metapsicológica proposta para o trabalho Além do Princípio do Prazer (FREUD, 1920), iremos dividi-la em três fases principais: em primeiro lugar, o princípio do prazer/desprazer, ou seja, tentaremos reconhecer a qual campo nos referimos quando levamos em conta esse princípio. Num segundo momento, tentaremos demonstrar um intransferível ou uma intransferibilidade não tão estranhos ao próprio psiquismo, porém, em estado de estase, afastados da possibilidade do devir transferencial. Queremos com isso retratar uma modalidade de presença no aparelho psíquico, com relação ao princípio do prazer – a estremadura: um quase aceito, quase exilado, na fímbria entre as articulações e desarticulações deste princípio, fora e dentro do circuito pulsional e do princípio do prazer/desprazer. Um terceiro ponto é deslindarmos no campo metapsicológico freudiano e nas propostas de autores que seguiram sua indicação de um além do princípio do prazer, o estranho ao psiquismo presente nele próprio, o estranho, inclusive, ao próprio inconsciente recalcado e refratário aos principais processos de funcionamento psíquico - a terra de ninguém.

⁹ Citando a metapsicologia de Bion (1991 [1962] e 2004 [1962a]) presente na Grade.

2) DELIMITANDO UM CAMPO METAPSICOLÓGICO: O PRINCIPADO DO PRAZER/DESPRAZER, A ESTREMADURA E A TERRA DE NINGUÉM

*O tempo passa?
Não passa no abismo co coração.
(Carlos Drummond de Andrade)*

2.1) O principado do prazer/desprazer

Quando Freud iniciou suas tentativas de definição do princípio de prazer, apresentava-o a partir da díade prazer/desprazer. Nesse momento, as definições pareciam simples: o princípio de prazer regia o aparelho psíquico impulsionando-o a funcionar evitando o desprazer (aumento das excitações no aparelho psíquico) e buscando prazer (enquanto descarga de excitações). Inicialmente, Freud chamava-o de princípio de desprazer (FREUD, 1900), depois surgiu a formulação princípio do prazer/desprazer (FREUD, 1911) e, em seguida, consagrou-se a expressão “princípio do prazer”.

Para nossa discussão gostaríamos de ressaltar noção de princípio. Interessa-nos pensá-la em seus significados específicos: como lei, norma, regra, causa primeira, proposição que dará ordenação para todas as outras. Tentaremos trabalhar essa noção a ponto de podermos representá-la numa dimensão espacial, uma área – daí a idéia de um principado¹⁰. Teríamos desta forma o princípio do prazer como um campo delimitado por uma regência específica que coloca em ação uma série de transformações psíquicas específicas. Assim, nos parece que será mais fácil visualizarmos outras topologias psíquicas possíveis que não pertencem a esse campo.

¹⁰ Uma pequena derivação para demonstrar nossas intenções de pensarmos numa noção de campo para esse princípio. Principado: exercício de poder, reinado, hegemonia, domínio moral, forma de governo etc.

Sendo a norma reguladora ou o princípio regulador primeiro, o que estaria fora desse principado? Talvez essa questão seja análoga a um exemplo que gostaríamos de usar. Vamos a ele: sabemos que a lei da gravitação universal de Newton rege a atração dos corpos do universo. Diz ela que, no universo, tudo se passa como se os corpos se atraíssem por uma força que é proporcional ao produto de suas massas e inversamente proporcional ao quadrado de suas distâncias. Imaginemos, então, que nós tivéssemos encontrado uma região da Terra ou do universo onde os corpos não correspondessem a essa lei, onde, por exemplo, eles se atraíssem e se afastassem respeitando outras razões ou não respeitando razão ou lei nenhuma. Agora imaginemos a possibilidade de descobrirmos, não uma região, mas corpos (objetos), presentes nos lugares mais comuns e corriqueiros do universo que não respeitassem a essa mesma lei. No primeiro exemplo, os corpos poderiam ser os mesmos de sempre, porém, não corresponderiam em termos gravitacionais à lei de Newton por características físicas da região. No segundo exemplo, o atributo seria dos corpos, independentemente da região onde foram encontrados. Numa lógica menos excludente e identitária, poderíamos, também, supor uma terceira situação onde região e corpos não pudessem ser pensados como elementos discretos, independentes um do outro, constituindo mutuamente suas características e as leis ou não leis que resultariam desse encontro. Seria possível trocarmos, nessa figuração, a lei universal da gravitação dos corpos pelo princípio de prazer e pensarmos na nossa questão?

Estamos tomando como vértice a idéia de que Freud postulou o princípio regulador de todos os eventos mentais, porém, em seguida (diferente de Newton na alegoria), descobriu que realmente existiam esses corpos ou essas regiões alheios a esse princípio. Tanto assim que escreveu sobre um Além do Princípio do Prazer (FREUD, 1920). Todavia, parece-nos que não seguiu a fundo as pistas que surgiram em suas pesquisas no que se

refere ao nosso tema, a ponto de nos apresentar um mapeamento e uma compreensão desses elementos ou dessa região “além” citada em sua produção de 1920. Vamos nos deter um pouco nessa afirmação.

Certamente, após o texto de 1920, ocorreu um grande desenvolvimento na teoria freudiana. Apoiadas nas descobertas desse trabalho houve, por exemplo, a abertura para a segunda tópica (FREUD, 1923); um alargamento das possibilidades de ação do psiquismo frente às suas intercorrências, como no caso dos mecanismos de recusa (FREUD, 1927) e das cisões do eu (FREUD, 1940 [1938]); a reorientação do conceito de masoquismo (Freud, 1924) e novas considerações sobre a psicose (FREUD, 1924b). Boa parte desses desenvolvimentos posteriores nos dá a clareza de que Freud admitiu frontalmente que havia eventos que não correspondiam à regência soberana, até então, do princípio do prazer. Mas o que isso poderia significar para ele? A psicanálise nasceu propondo uma orientação específica às suas indagações: a do desejo inconsciente. Esse ponto de partida exerceu influência sobre Freud até o fim de sua obra, derivando-se em seus corolários mais conhecidos: o sonho, o recalque, a neurose, o sintoma, as identificações e as transferências. Isso significa que embora Freud tenha andado pelas cercanias além de seu núcleo central de investigação e, com isso, tenha contribuído muito para a definição de um além do princípio do prazer, havia um poder de atração, uma delimitação paradigmática a priori, que o afastava desses desenvolvimentos. Vejamos o famoso começo do texto A Cisão do Eu no Processo de Defesa (FREUD, 1940[1938]):

Neste momento, encontro-me na curiosa posição de não saber se o que tenho a comunicar é algo há muito conhecido ou inteiramente novo e intrigante, porém inclino-me a pensar que se trata da segunda alternativa. (p. 173 – tradução Luiz Hanns)

Ainda que reconheçamos a fundamental contribuição desse trabalho e as diferenças profundas entre esses processos de cisão e outras formas de descontinuidades do aparelho psíquico (tais como o recalque), Freud vai se encontrar muitas vezes nessa dúvida sobre o ineditismo de certas idéias. Poderíamos, inclusive, colocar essa dúvida em outros termos: Freud nessa citação estaria trabalhando no mesmo modelo de homem dividido numa topologia (consciente, pré-consciente, inconsciente ou nas estâncias do eu, id e supereu) ou essa cisão que ele irá tratar nesse texto nos fala de outras formas de mecanismos de defesa antes não exploradas? Nos dias de hoje, após todas as contribuições dos autores pós-freudianos, nos parece natural concordar com a segunda possibilidade. Mas essa questão entre o inédito e o já dito também nos aflige em nossa tese. Dissemos, com certo cuidado, que nas próprias incursões de Freud num novo terreno, além do princípio do prazer, ele não podia desfazer-se de sua tendência a reconhecer primeiramente o homem que ele primeiramente instituiu e decifrou: um homem lutando, prioritariamente, dentro dos limites e dos dramas do princípio do prazer. Seguramente, nessa incursão, Freud encontrou a todos nós e, também, a ele mesmo. Porém, do nosso ponto de vista, nos parece que Freud andou por vários terrenos metapsicológicos, psicopatológicos, técnicos e éticos, além e aquém do princípio do prazer e, por esse movimento, trouxe-nos muito mais novidades do que supunha, isso por utilizar, na maior parte do tempo, uma mesma chave interpretativa: a que aponta para o desejo inconsciente. Daí ocorre sua dúvida expressa na nossa última citação. A partir de 1920, quando a segunda teoria pulsional é proposta e o papel da pulsão de morte nos fenômenos mentais não pode mais ser negado, é quase impossível pensarmos em processos que não estejam envolvendo ao mesmo tempo eventos específicos do princípio do prazer e, também, outros eventos para além dele.

Portanto, nossa hipótese é a de que encontraremos já em 1920 muitos dados que nos ajudarão em nossa busca por um estatuto para eventos anômalos à ordenação psíquica transferencial e, também, a pensarmos na existência de elementos intransferíveis e nas possibilidades de intransferibilidades. Uma primeira tarefa é verificar como o princípio do prazer funciona como lei fundamental do psiquismo, reguladora de todos os processos psíquicos e, aí sim, dar ao que seria insubmisso a ela o sentido figurado dos “corpos” e “regiões” do nosso exemplo (aqueles que não corresponderiam à lei gravitacional universal de Newton). Vamos analisar alguns comentários de Freud sobre o princípio de prazer no trabalho *Formulações Sobre os Dois Princípios de Funcionamento Mental* (FREUD, 1911):

Na psicologia que se fundamenta na psicanálise, habituamo-nos a tomar como ponto de partida os processos psíquicos inconscientes, com cujas peculiaridades entramos em contato pela análise de pacientes. Consideramos tais processos os mais antigos e primários, remanescentes de uma fase de desenvolvimento na qual eram os únicos existentes. É fácil distinguir a tendência dominante à qual esses processos primários obedecem: denomina-se princípio do prazer e do desprazer (ou, de forma abreviada, princípio do prazer). Tais processos aspiram à obtenção de prazer. (p. 65 – tradução Luiz Hanns).

Essa é a primeira aparição do conceito nesses termos: “princípio do prazer”. Contudo, o fenômeno que o termo encobre já está presente nas preocupações de Freud desde o *Projeto...* (1895 [1950]), passando pelos *Estudos Sobre Histeria* (1895), fazendo-se também presente na *Interpretação dos Sonhos* (1900). Freud o apresentava frente às questões metapsicológicas e clínicas dessa época. Atrelado ao princípio da constância, ao inconsciente, aos processos primário/secundário e ao princípio de realidade, este princípio do prazer definia aparelho anímico naquele momento pelos termos “fuga ou não do desprazer”, “apego ou não ao prazer”. Suas apresentações, portanto, versavam entre os pólos prazer-desprazer, sobre a possibilidade ou não do adiamento da satisfação pulsional,

sobre desfazer-se ou não do aumento das tensões no psiquismo e sobre a forma como isso deveria ser feito: a realização alucinatória do desejo, o princípio de realidade, a incoerção das pulsões sexuais, o recalque. Quando da intervenção do princípio de realidade, outros processos entravam em cena: a memória, a atenção, a avaliação, o pensamento, a ação, compunham o horizonte de possibilidades.

A questão que aqui se impunha era como concordar em postergar o prazer, aceitando a interposição do princípio de realidade. Tratava-se de uma imposição que visava à garantia do próprio princípio do prazer. Ter um prazer instantâneo, alucinatório ou aceitar a denúncia de incompletude que subjaz ao princípio de realidade? Como propor a troca da satisfação via fantasia pela aridez e imponderabilidade da realidade?

Na verdade, a substituição do princípio do prazer pelo princípio da realidade não implica a destituição do primeiro, mas sim a garantia de sua continuidade. Desse modo, um prazer momentâneo e incerto acerca de suas consequências só é abandonado, para assegurar que mais tarde, por novas vias, se obtenha um prazer garantido. (Freud, 1911, p. 68 – tradução Luiz Hanns).

Nesse ponto de seu trabalho, Freud considera que entre o princípio de prazer e o princípio de realidade existe uma relação de continuidade, esse último seria uma forma saudável de intervenção sobre o primeiro e até mesmo uma forma do princípio do prazer ser garantido sem tantos riscos. Esses conceitos estão diretamente ligados, nesse momento da obra de Freud, às díades fantasia/realidade, patológico/saudável. Aqui, o princípio do prazer não tem características claras que poderiam delimitar um campo, como sugerimos. Ele caracteriza mais uma forma de processamento psíquico e, por consequência, o que parece existir até esse momento, para além dele, é o princípio de realidade. O princípio de prazer é algo que deve ser superado ou controlado e sobre ele deve agir este outro princípio

guiado pelo juízo da realidade. Essa possibilidade de transformação não é nova e já estava descrita na *Interpretação dos Sonhos* (Freud, 1900), na descrição do autor sobre a passagem do processo primário para o processo secundário, na qual, uma identidade de pensamento deveria surgir no lugar de (e a partir de) uma identidade de percepção. Mesmo sendo familiar, a passagem para o princípio de realidade não é algo simples ou sem ambiguidades nesse texto de Freud, ele sempre irá entrever uma porção que não se curvará ao princípio de realidade. Isso poderia dar na equação fácil de que quanto maior a porção que não se curvaria, maior a predisposição para a neurose.

Entretanto com a instauração do princípio de realidade, um determinado tipo de atividade do pensar foi apartado do teste de realidade, permaneceu livre deste e ficou submetido apenas ao princípio do prazer. É ele o *fantasiar*, que já se inicia com o brincar das crianças e mais tarde prossegue com o *devanear*, deixando então de sustentar-se em objetos reais. (Idem, p. 67 – itálicos do autor – tradução de Luiz Hannz)

Freud já havia dado aos processos do fantasiar e do devanear (FREUD, 1908 [1907]) um lugar fora da dimensão unicamente patológica, contudo, a adesividade ao princípio do prazer era, para ele, uma questão caríssima, sendo o mote de suas considerações psicopatológicas nesse momento. Freud tem suas razões para essa aproximação. Podendo ser a causa primeira dos aferramentos narcísicos, do apego às gratificações infantis, do risco de alucinação do psiquismo, enfim, quando igualado a tudo aquilo que deveria ser deixado para trás para o bem do desenvolvimento do organismo, esse princípio merecia a vigilância do autor. Freud localiza, então, uma indiscutível e perigosa vulnerabilidade no aparelho: essa possibilidade de não transposição (do princípio do prazer para o princípio de realidade) e esse ponto acabou deixando cada vez mais claro porque a sexualidade representaria um papel fundamental nas neuroses:

Esse é o ponto fraco de nossa organização psíquica que pode ser utilizado para remeter de novo ao princípio do prazer os processos do pensar que já tornaram-se racionais. Assim, uma parte essencial da disposição psíquica para a neurose deve-se à demora com que a pulsão sexual é ensinada a levar em conta a realidade, bem como as condições que viabilizam tal atraso. (Idem, p. 68 – tradução Luiz Hanns).

Ninguém duvida do fator constituidor do princípio do prazer, Freud nos explica, entretanto, que faz parte desse princípio um recurso básico do psiquismo, ou seja, frente a uma demanda pulsional primeiramente geramos uma identidade perceptual alucinatória (desejo) a mesma que nos trouxe, numa experiência passada, alívio para aquela tensão. Essa primeira providência não consegue garantir o alívio das tensões geradas pelas pulsões do eu, sendo necessária a intervenção do princípio de realidade que nos faz abandonar e/ou utilizar essa identidade perceptual para colocarmos em curso uma busca, uma providência (ação) que deva ser tomada. Se esse for o funcionamento básico frente ao pulsional, quais eventos poderiam burlar esse processo, podendo satisfazer-se sem a necessidade da entrada do princípio da realidade, conseguindo alívio sem a instituição deste? A pulsão sexual pela via do auto-erotismo.

Freud prepara um terreno seguro para a teorização do princípio do prazer e sua relação com a neurose. A primeira resposta frente ao pulsional atvaria o psiquismo dentro do regime do princípio do prazer que, na continuidade de seu processo, desembocaria no princípio de realidade. Mas é se ficássemos aprisionados nessa primeira resposta? E porque não ficaríamos? Porque nós enfrentaríamos os riscos e as idiosincrasias da realidade desenvolvendo-nos em direção à nossa genitalidade se poderíamos nos satisfazer (diminuição das tensões, o princípio do prazer/desprazer) auto-eroticamente na dimensão das fantasias? Seria possível, então, ficarmos apenas no princípio do prazer, sem a

intervenção do princípio de realidade? Para as pulsões sexuais a resposta é sim, porém, a um custo estratosférico para o eu. Nesse ponto da obra de Freud o princípio do prazer é o ponto sensível que poderá determinar a tenacidade de uma neurose ou de um sintoma. É nesse ponto sensível que um grande problema poderia ocorrer em termos da sua não superação. Isso pela simples razão de o princípio do prazer ser considerado por Freud, nesse momento, como o primeiro trabalho psíquico sobre uma demanda pulsional e, após esse primeiro trabalho, outros deveriam entrar em operação no decurso do desenvolvimento, tal como o princípio de realidade. Nesse ponto da teoria freudiana, se existe algo “além” do princípio do prazer esse “além” não se refere a algo diferente da lei reguladora apriorística anunciada pelo “princípio” do prazer.

Não eram muito claras para Freud as funções do auto-erotismo, da masturbação, do brincar, do fantasiar e das realizações alucinatórias na formação do narcisismo e na consolidação de um aparelho psíquico. Por isso mesmo os primeiros processos alucinatórios e fantasísticos do princípio do prazer deveriam ser acessados não como um fim em si, mas como um ponto de passagem, algo que promoveria o princípio de realidade. Era necessário explicar porque a adesão às neuroses era tão tenaz, porque o aparelho psíquico funcionava primeiramente daquela forma tão estranha e desadaptada, gerando uma satisfação que não poderia verdadeiramente atender às demandas das pulsões do eu. Isso foi explicado em parte pela incapacidade do ser humano de abandonar suas conquistas de prazer e arriscar-se na realidade. Parecia que o psiquismo conservava em si, a priori, essa forma simples de guiar-se entre as demandas pulsionais: o alívio instantâneo obtido pela obtenção de uma identidade perceptual – alucinação e, em seu incremento, as fantasias. Poderiam inclusive decorrer, desse modo de agir, o recalque, as formações de compromisso, as leis de atração do inconsciente, ou seja, tudo o que fosse possível para se

colocar em marcha a satisfação pulsional, acarretando o menor risco possível ao sistema. Esse risco se dava tanto em termos de uma ameaça direta à preservação do eu (por exemplo, a inanição por ficar muito tempo exposto à fome), quanto em termos de um aumento na tensão interna do aparelho mental (por exemplo, na força de retorno que o recalcado exerceria pelos processos de atração).

Fazer com que o paciente abandonasse suas gratificações conseguidas em fantasia, pela busca de gratificação na e pela realidade não era, entretanto, tarefa tão fácil principalmente se tratando das pulsões sexuais.

Estes dois fatores — auto-erotismo e período de latência — fazem com que a pulsão sexual fique retida em seu desenvolvimento psíquico e permaneça por muito mais tempo sob o domínio do princípio de prazer. Aliás, no caso de muitas pessoas, a pulsão sexual jamais consegue escapar desse domínio. (idem, p. 67 e 68 – tradução de Luiz Hanns)

Notemos que o caráter resistente das neuroses estava nesse ponto, ou seja, o auto-erotismo possibilita uma satisfação para as pulsões sexuais. Desde suas propostas no Projeto... (FREUD, 1895 [1950]), suas apresentações do esquema regressivo na Interpretação dos Sonhos (FREUD, 1900), mostrando como uma moção pulsional, na experiência onírica, provoca a alucinação que se apresenta nos sonhos e suas propostas sobre os processos primários e secundários, Freud vinha criando modelos para a descrição dessa experiência de gratificação: o recurso alucinatório presente tanto para dar conta das pulsões do eu, quanto para as pulsões sexuais. Com isso criou também uma complexa dualidade a respeito do princípio do prazer que pode ser entendido de duas formas: o princípio do prazer como uma forma de satisfação pulsional – como vimos, utilizando-se da

alucinação – e o princípio do prazer como um princípio regulador geral do psiquismo operando na dualidade prazer/desprazer. Vamos avançar nessa tentativa de diferenciação.

Sendo o princípio do prazer uma norma primeira, um princípio regulador, como explicar a necessidade de “escapar desse domínio” dele tantas vezes mencionada por Freud? Para compreendermos melhor essa questão, devemos lembrar que “não escapar desse domínio” do princípio do prazer nesse caso seria não abandonar esse tipo de gratificação específica, não aceitar a intervenção do princípio de realidade e sua decorrência salutar de satisfação na realidade. Freud aqui nos confronta com as tentativas vãs humanas de se distanciar da realidade, fixando-se numa satisfação auto-erótica. Porém, essa modalidade de satisfação, no caso das pulsões sexuais, pode gerar o alívio pulsional pretendido, contudo, retira do eu sua possibilidade de crescimento e desenvolvimento, isolando-o da sua possível experiência com o mundo. Essa possibilidade de crescimento e desenvolvimento é gerada, de início, pelo próprio fantasiar e depois pela retirada do eixo de constituição psíquica do centro do si mesmo. Em outras palavras, é fora de mim que eu vou buscar meu complemento. Consequentemente, essa saída da clausura do si mesmo, possibilita as ocorrências salutares tanto de completude, como de falta que constituem a subjetividade: o incremento do psiquismo, através do contato com o outro e com a realidade, através das ininterruptas ocorrências de frustração e de satisfação. O paradoxo, por enquanto, é que essa mesma tentativa de encerrarmos em nós as nossas necessidades é o que nos garantirá, num desenvolvimento satisfatório, justamente a possibilidade de nosso contato com a realidade, como veremos mais à frente ao tratarmos de Winnicott.

Necessitamos de alguns esclarecimentos. O princípio do prazer é um “princípio”, ou seja, uma proposição primeira, fundamental, que determinará as restantes: o psiquismo age na direção de evitar o desprazer (aumento da tensão pulsional) e na direção do prazer

(diminuição da tensão pulsional – ou sua estabilização). Sendo um princípio regulador, como poderia ser um problema o Eu ficar a ele apegado? Se ele é um princípio ele simplesmente “há” e não haveria motivos para pensarmos que algo poderia ficar problemáticamente aprisionado a ele. Teremos que fazer aqui uma distinção didática. Esse ponto é importante para empreendermos nossos aprofundamentos seguintes: o princípio do prazer é um princípio geral regulador, porém, existe também o princípio do prazer “restrito” que indica uma forma específica de tentativa de satisfação pulsional, que é um momento, uma etapa, desse princípio geral. Esse princípio geral comporta as flutuações ininterruptas e, na maior parte das vezes, indestrinçáveis das díades prazer e desprazer, princípio do prazer e princípio de realidade, vida e morte¹¹. Esse é o “principado” do prazer/desprazer que tentamos descrever, nele está contido tanto o princípio do prazer quanto o princípio de realidade. Tanto assim, que Freud nos ensinará que este último (o princípio de realidade) não é mais do que uma segunda ação que visa garantir o princípio regulador geral. Nesse principado a única questão é a negociação entre prazer e desprazer, entre, por um lado adiamentos que supõem certo aumento de tensão para poder haver, posteriormente, um alívio mais seguro e, por outro lado, as satisfações imediatas, alucinatórias, fantasísticas do desejo. Poderíamos nos perguntar se não estaríamos falando, na verdade, sobre o princípio da constância e se não poderia, esse sim, ser o regulador principal inclusive dos princípios do prazer e realidade. Seria uma possibilidade. Mas esse caminho não nos deixaria seguir muito adiante com o próprio Freud na compreensão da profundidade do Além do Princípio do Prazer (FREUD, 1920). Freud não escreveu um “Além do Princípio da Constância” e se não o fez teve suas razões para isso. Nas relações

¹¹ Essa variação específica, vida/morte, ganhará corpo com a introdução da segunda dualidade pulsional entre as pulsões de vida e as pulsões de morte, em 1920.

entre o princípio do prazer e o princípio da constância podemos ter tanto casos nos quais o princípio do prazer pode agir sem levar em conta o princípio da constância, quanto casos nos quais o psiquismo também pode abandonar o princípio do prazer e manter o princípio da constância¹².

Queremos retratar, então, justamente uma tensão entre um determinado horizonte de possibilidades dado pelo modelo metapsicológico anterior a 1920 e aquele que surgiria em 1920 e nos textos freudianos seguintes. Nesses trabalhos posteriores, esse princípio passou a ser confrontado com outros fenômenos, sugerindo um alargamento das fronteiras da metapsicologia psicanalítica. Voltando um pouco, poderíamos afirmar que partindo do princípio do prazer restrito, ou seja, aquele que diz respeito a um modo singular de gratificação da pulsão, aquele presente no texto de 1911, seríamos levados a pensar que “além” dele o que há é a realidade ou o princípio de realidade. Isso poderia soar verdadeiro dentro do horizonte teórico freudiano pré 1920. Porém, com a introdução do trabalho Além do Princípio do Prazer (FREUD, 1920) fica cada vez mais clara a possibilidade e a necessidade de compreendermos o princípio do prazer como um campo regido por uma lei reguladora a priori, um principado, morada de um homem específico com um tipo de organização e desorganização psíquicas específicas. Para além desse princípio, então, não existirá a realidade ou princípio de realidade, haverá outros campos, com outras leis, outras questões que não prazer/desprazer, outras formas de regência e, acima de tudo, um outro homem com outras questões, outras formas de caos, de ordenação e de sofrimento.

¹² Pensemos, no primeiro exemplo, nos casos dependentes de cocaína e/ou outras substâncias estimulantes do sistema nervoso central, como um desemparelhamento dos dois princípios. Nesse caso, trabalha-se na oscilação frenética entre grandes excitações e, em seguida, depressões. Poderíamos citar no segundo caso desses desemparelhamentos certas formas de narcisismo negativo (ou de morte) que mantém o princípio da constância e abolem o princípio do prazer.

Em resumo, vamos esclarecer um pouco mais nosso ponto de vista antes de seguirmos adiante. Dissemos que proporíamos uma apreensão do princípio do prazer como um campo, assim ficaria mais fácil identificarmos o que poderíamos intuir sobre um “além” dele. O princípio do prazer comporta duas leituras em nossa argumentação. Um princípio como regra geral, norma reguladora e um princípio do prazer num sentido metapsicológico mais restrito. O primeiro é a lei determinante, a causa primeira, um princípio propriamente dito, parte-se dele e só a partir dele. Porém, vimos também que Freud dá outro tratamento ao princípio do prazer, citando-o como uma forma específica de satisfação pulsional, aqui ele é menos um princípio e mais uma forma de tentativa de gratificação pela via mais curta possível, ele é uma etapa ou uma das intercorrências possíveis do princípio do prazer no sentido amplo, como um “regulador automático” (FREUD, 1920). Com relação a esse ponto, não nos pareceu muito frutífero pensarmos no princípio da constância, pois se tratam de duas coisas, esse último e o princípio do prazer, bem diferentes. No princípio do prazer como norma reguladora, está embutido o princípio do prazer no sentido restrito e o princípio de realidade. A idéia básica é que no sentido amplo esse princípio é regido pela fuga do desprazer e, seu correlato, pela busca de prazer, em forma de diminuição da tensão pulsional. Para efetuar esse controle existem alguns passos: numa primeira ação, o princípio do prazer no sentido restrito oferece uma identidade perceptual (desejo) que num momento anterior produziu a satisfação. A essa identidade perceptual poderá seguir-se dois incrementos. O primeiro no sentido de um direcionamento ao mundo pela ação do princípio de realidade e o segundo no sentido de uma hipertrofia da primeira ação – a criação da identidade perceptual, ou seja, a alucinação. A formulação de Bion (1962)¹³ de que frente a

¹³ Bion trabalhou a questão da frustração em vários momentos da sua obra, principalmente, quando desenvolveu suas reflexões sobre o pensar. Para esse autor o pensamento nasce da frustração. Quando uma

uma frustração existem dois caminhos, a onipotência ou um pensamento, parece esclarecer bem o que tentamos expor. É por isso que Freud tanto nos alertou sobre as possibilidades de um aprisionamento no princípio do prazer restrito (como uma forma de satisfação pulsional específica). Isso quer dizer que essa identidade perceptual poderá desenvolver-se recebendo mais informações e se enriquecer transformando-se numa identidade de pensamento que demandará notação, atenção, ação (os elementos constituintes do princípio de realidade (FREUD, 1911) no mundo real que trará desenvolvimento para o eu. Contudo, essa identidade perceptual poderá desenvolver-se numa busca cada vez maior de uma tentativa de satisfação fantasística, a qual essa mesma identidade perceptual prometeu oferecer por si mesma. Sendo, então, acrescidas de outras formas perceptuais, recrudescendo nessa tentativa de satisfação, essas formas vão ganhando substância e sentido (fantasias) cada vez maiores e, assim, distanciam-se do teste de realidade. Isso é particularmente mais provável quando se trata das pulsões sexuais.

Assim parece mais fácil entendermos porque Freud elegeu o aprisionamento no princípio do prazer, no sentido restrito, como o ponto fraco de nossa constituição psíquica. Notemos que os dois caminhos possíveis de desenvolvimento da identidade perceptual nunca acontecerão numa lógica excludente, sempre vislumbraremos a ocorrência dos dois, misturando-se em proporções variadas. O importante é que nessas duas intercorrências possíveis sempre presenciaremos, em maior ou menor grau, um aparelho psíquico funcionando, ainda que funcione na maior parte do tempo tentando fugir do princípio de realidade. Queremos dizer com isso que, nessas duas possibilidades, o princípio do prazer

diferença ocorre entre a pré-concepção do bebê (aquilo que ele espera) e aquilo que o ambiente lhe apresenta, estamos diante de uma frustração. Nesse momento pode-se desenvolver um pensamento que tente dar conta dessa diferença ou uma “fuga” (termo do autor) que pode ocorrer através do uso da onipotência ou do uso de identificações projetivas que tentem anular aquela diferença que gerou a frustração. Nesses dois últimos casos não ocorre o desenvolvimento do pensar.

estará operando. Mal ou bem (mais atrofiado ou hipertrofiado) ele está estabelecido em suas principais funções: os deslocamentos, as condensações, a fantasia, o inconsciente, o recalque, as identificações propriamente ditas, o sonho, o lapso, o ato falho e as transferências. Isso significa que sendo a patologia neurótica definida, nesse momento, como uma impossibilidade ou recusa de se abandonar o princípio do prazer restrito, Freud, até 1920, partia do pressuposto que esse princípio estaria funcionando tanto em seu sentido geral como restrito. Para o autor, o campo do princípio do prazer já estava dado e os problemas ocorreriam na e pela complexidade de suas intercorrências. É esse principado que o homem freudiano, até esse momento de suas teorizações, habita e é dentro das possibilidades dessa região que podemos compreender seu acontecer, sua história e seu sofrimento.

De que nos serve tudo isso? Serve para esclarecermos que nem tudo que se acha presente no psiquismo (entes e funções) pertence a esse princípio. Como devemos considerar esses entes e funções que estão fora desse principado prazer/desprazer? Quais seriam seus estatutos? Levando-se a metapsicologia aos confins do circuito pulsional, encontraremos os limites do princípio do prazer e algo para além dele, mas não os limites nem do psiquismo, nem da psicanálise. Esse é um posicionamento singular, sabemos. Poderíamos igualar e restringir o psíquico ao representacional e o psiquismo ao princípio do prazer? Isso não nos parece possível levando-se em conta as complexidades psicopatológicas e metapsicológicas da atualidade nem, tão pouco, considerando-se em profundidade as propostas de Freud. Se Freud escreveu sobre um “além” desse campo certamente não parece ter sido para dizer-nos que esse campo “além” não nos dizia respeito. Não foi justamente para alertar que nem tudo pertence a esse princípio (com seus processos específicos) e que quando ele não pode funcionar, podemos entrever

acontecimentos, processos e elementos psíquicos de uma outra ordem? Parece-nos que sim. Vamos esperar um pouco para desenvolvermos melhor essas questões.

2.2) A estremadura

Tomemos como certa a posição de que a metapsicologia não se trata de um problema enxadrístico que só existe porque alguém inventou o xadrez, e que nossa aventura seria mexer as peças para criarmos problemas os quais nós, em seguida, tentaríamos solucionar. A metapsicologia não corre atrás de fantasmas que ela mesma criou. Não se trata de um jogo. Assim, retomemos a problemática psicanalítica que aqui se anuncia e a realidade a qual a metapsicologia tenta responder – a dor e o sofrimento psíquico humano.

A partir, principalmente, do trabalho *Formulações sobre os Dois Princípios do Funcionamento Mental* (FREUD, 1911), vimos o princípio do prazer ganhando cada vez mais importância na teoria freudiana, tentando dar conta das dificuldades clínicas e teóricas de Freud, operando sempre na díade aprisionamento e superação da gratificação imediata que o princípio proporciona. Entretanto, em *Além do Princípio do Prazer* (FREUD, 1920) esse princípio será investigado dialogando com outros tipos de fenômenos tais como o sonho traumático, as neuroses traumáticas, os jogos infantis, a compulsão de destino e a repetição transferencial. Com esse novo cotejamento irá se abrir um segundo horizonte de possibilidades para o princípio do prazer. Essas novas fronteiras nos trarão entendimento sobre outras configurações psicopatológicas e um novo status a esse princípio que passará a definir, então, mais claramente, uma região, um campo ou um principado. Parece-nos importante realçar um contraste. Primeiramente, vimos esse princípio submetido a certos

fenômenos que coadunam com a idéia de funcionamento psíquico: princípio da constância, desejo, pulsões sexuais, pulsões do eu, inconsciente e recalque (FREUD, 1911 e 1920). Em seguida, temos esse mesmo princípio sendo analisado frente a fenômenos bem diferentes daqueles primeiros: princípio do nirvana, compulsão a repetição, pulsão de morte, irrepresentável e o narcisismo – eventos que versam sobre outras formas de funcionamento e de não funcionamento do psiquismo (FREUD, 1920, 1923, 1924, 1927, 1936, 1937). Começam as possibilidades de vislumbrarmos um mais além...

Freud começa a deixar claro que passou a desconfiar de todo o domínio do princípio do prazer. Este, por si mesmo, não teria como explicar fenômenos mais complicados da clínica psicanalítica como a compulsão à repetição. Ao hipervalorizar esse princípio, quase deixou passar sob seus olhos o outro lado da história (posteriormente revelado), aquele que o incomodava desde os primeiros momentos de sua obra, algo “mais além”. O ponto a ser destacado para nossa discussão é que por não compreender até 1920, quais eram os primeiros trabalhos do psiquismo, as primeiríssimas providências psíquicas frente ao pulsional, Freud acerta parcialmente o alvo, quando elege os problemas que podem ocorrer no funcionamento do princípio do prazer como os responsáveis pelas ocorrências psicopatológicas, como vimos¹⁴. O recurso disponível, no caso da primeira ordem de problemas (tenacidade ao princípio do prazer), seria o princípio de realidade e, tratando-se das pressões internas vindas das moções pulsionais já recalçadas, os recursos disponíveis seriam as outras artimanhas psíquicas do ser humano: o recalque, o sonho, o sintoma, a formação de compromisso, o chiste, a negação, a transferência. Todas essas saídas

¹⁴ Parcialmente, pois, não podemos esquecer que esse modelo era usado para dar conta das questões ligadas às neuroses. No que diz respeito a esse campo Freud estava na pista certa. Porém, o desenvolvimento de seu pensamento rumo a outras questões da psicopatologia, tais como o narcisismo, a compulsão a repetição, as considerações sobre o trauma, os sonhos traumáticos etc., o levaram a desviar sua lente, retirando-a do princípio do prazer para pensar em algo além ou aquém dele.

apresentavam seus perigos. Não se trata de dizer que as problemáticas clínicas que derivariam dessas disfunções do princípio do prazer seriam simples. Em cada etapa desse processo, desde o aumento da tensão pulsional, passando por seus representantes e pelas tentativas do psiquismo promover o alívio dessa tensão, poderia se instalar uma patologia neurótica. Contudo, já havia condições para Freud questionar esse campo circunscrito e levar à adiante a desconfiança do domínio irrestrito do princípio do prazer. Apesar de simples, esse raciocínio trará consequências surpreendentes que só poderão ser pensadas em referência a um novo modelo metapsicológico surgido em 1920. Freud (1920) inicia o seu trabalho instaurando essa dúvida ou suspeita de forma subliminar:

Na teoria psicanalítica, partimos do pressuposto de que os processos psíquicos são regulados automaticamente pelo princípio do prazer. Consideramos esse pressuposto tão verdadeiro que nem o questionamos. Nossa premissa é a de que cada vez que uma tensão desprazerosa se acumula, ela desencadeia processos psíquicos que tomam, então, um determinado curso. Esse curso termina em uma diminuição da tensão, evitando o desprazer ou produzindo prazer. (p. 135 – tradução Luiz Hanns)

Esse início do artigo mereceu um desconcertante comentário de Figueiredo (1999) desnudando que Freud deixa escapar em suas linhas, propositalmente ou não (isso não importa), que indiretamente algo está posto em dúvida, que uma suspeita se anuncia silenciosamente nessa introdução:

Contudo (e a palavra “contudo” no meu comentário será tão frequente quanto os “poréns”, “mas” e “entretantos” do próprio texto de Freud), há neste reassseguramento algo que já nos anuncia um desenrolar sinuoso na direção do sinistro. Nas formas irônicas que Freud adota (“Não hesitamos em assumir...” “Isto é, acreditamos...”) se insinua, principalmente se colocadas logo em seguida ao título enigmático, exatamente o contrário de uma certeza. As bases da psicanálise correm perigo. (p. 53 – aspas e parênteses do autor)

Aqui estamos na estremadura, momento em que Freud intuiu passos anteriores ao estabelecimento do princípio do prazer, ou seja, voltando a nossa metáfora, o princípio do prazer/desprazer define uma região específica e também uma modalidade de funcionamento mental específico, porém, há outros processos mentais diferentes deste e importantíssimos para se compreender a clínica contemporânea. Freud admitiu que para que esse princípio fosse colocado em funcionamento, a capacidade do aparelho psíquico de captar os estímulos que chegam até ele, dando a esses as características que o tornarão manipulável pelo psiquismo, deveria estar operando. Freud encontrava, assim, processos de ligação que antecediam ao princípio do prazer.

Portanto, a tarefa das camadas superiores do aparelho psíquico, seria enlaçar e atar (*binden*) a excitação das pulsões que chegam ao processo primário. No caso de um fracasso nesse enlaçamento, (*Bindung*), provocar-se-ia uma perturbação análoga à da neurose traumática. Só depois ter havido um enlaçamento (*Bindung*) bem sucedido é que poder-se-ia se estabelecer o domínio irrestrito do princípio de prazer (e de sua modificação, o princípio de realidade). Enquanto isso não acontece, a tarefa do aparelho psíquico de processar (*bewältigen*) ou enlaçar (*binden*) a excitação teria prioridade, não em oposição ao princípio de prazer, mas operando independentemente dele, e em parte, sem levá-lo em consideração. (FREUD, 1920, p.158 e 159 – tradução Luiz Hanns).

Essa citação pode esclarecer melhor sobre o que tratamos nesse momento. Falamos de um trabalho anterior de captação psíquica dessas estimulações/excitações, que capacita o sistema a funcionar pelo princípio do prazer: o trabalho da *Bindung*. Frisamos a afirmação de Freud de que esse trabalho não se opõe ao princípio do prazer, ou seja, não está em jogo nesse trabalho um aprisionamento na dimensão do “desprazer”, do sofrimento ou da dor, muito menos na dimensão do prazer, a questão não é da ordem do prazer/desprazer, não é da ordem do desejo, conseqüentemente, também se encontra de forma proeminente fora do

campo das neuroses. Esse trabalho da *Bindung* diz respeito a possuir ou não um aparelho psíquico capaz de se estabelecer, a questão é deslocada do conflito prazer-desprazer, gratificação-frustração, fantasia-realidade, para o também complexo e indestrinçável conflito entre vida e morte.

Freud nos surpreende com a clareza com que ele identificou processos anteriores ao estabelecimento do princípio do prazer. Ele não poderia mais achar que a primeira providência do psiquismo frente ao pulsional seria o princípio do prazer. Vejamos a forma como Monzani (1989) define a anterioridade do trabalho da *Bindung*:

Frente a uma invasão energética, toda a ‘preocupação’ do aparelho será a de vincular, imobilizar essa energia para, a seguir, poder realizar outras funções. (...) Esse ato de ligação é, portanto, a condição para o domínio do princípio do prazer e, assim, do ponto de vista cronológico, é uma função que antecede a instauração e a vigência desse último. Em outras palavras: não é possível pensar na vigência do princípio do prazer, na sua ação, enquanto o aparelho psíquico não dominou, não fixou a energia (ou a excitação) que o invade (p. 167 e 168)

Tentaremos entender porque Freud aponta-nos que uma falha nesse trabalho de sujeição nos colocaria no campo do trauma. Se for algo que não pode ser captado psiquicamente, significa que será algo que, por não estar sob o domínio do aparelho mental em seus processos mais elaborados, não poderá ganhar os desenvolvimentos seguintes que o fariam ingressar e participar do circuito elaborado do princípio do prazer. Não serão mobilizadas, frente a essas intensidades, as forças mais inteligentes do psiquismo tais como o recalque, o princípio de realidade, as formas de atração e repulsão incons./pré-consc./consc, as formações substitutas, as formações de compromisso, todo o funcionamento harmônico freudiano que operava, até esse momento, num campo específico

do sentido e do representacional, no qual todos os elementos (uns mais, outros menos) participavam dos encadeamentos do sistema.

Vejamos como os dois processos se diferenciam: num caso de intensidades medianas – dentro de um limite ótimo para o aparelho – estas serão capturadas, enlaçadas e, após esse passo, entrará em ação o princípio do prazer que a partir dos primeiros representantes psíquicos (ainda no campo das sensorialidades e intensidades) e da dinâmica dos primeiros processos (primários) de ligação, iniciam seu trabalho de criação de sentidos vinculando representantes psíquicos, representações coisa e representantes representação às experiências, inicialmente, só pulsionais. Num caso de intensidades acima desse limite ótimo de funcionamento, ocorrerá uma invasão, uma hemorragia pulsional que obrigará o sistema à tarefa de capturar, atar e sujeitar essas intensidades – a *Bindung* - para em seguida poder atuar o princípio do prazer, com seus primeiros representantes etc. Muito ou pouco rebeldes as intensidades pulsionais que foram vinculadas pelo psiquismo, ganham chance de ingressar no princípio do prazer. Consequentemente, quando essa impossibilidade é verificada, impõe-se ao aparelho novas formas de funcionamento “além do princípio do prazer” na tentativa de dar conta dessa invasão, dessa hemorragia psíquica, impondo-se, por exemplo, a *Bindung* e a compulsão a repetição. Se em 1911, como vimos, só poderíamos responder que além do princípio do prazer o que existia era o princípio de realidade, no texto de 1920 já temos um primeiro fenômeno não somente além, mas também aquém e cronologicamente anterior, ao princípio do prazer e também ao princípio de realidade: a *Bindung*. Como salienta Figueiredo (1999, p. 79) “Contudo essa tarefa de ligação, sem sombra de dúvida, deve ter precedência não tanto em relação ao princípio do prazer, mas

em relação à sua dominância e, mais ainda, à dominância de sua modificação em princípio de realidade.”

Nesse momento do circuito pulsional o princípio do prazer não atua, ele é colocado em suspenso pela prioridade máxima desse trabalho de vinculação e enlaçamento da força pulsional. A questão prazer/desprazer dá lugar à outra que diz respeito à própria sobrevivência do aparelho psíquico. Não dá para pensarmos em fazer a barba quando estamos para perder o pescoço.

Voltemos à última citação de Freud para retomarmos a afirmação de que o princípio do prazer depende de um primeiro trabalho de estruturação elaborada das excitações que atingem o psiquismo. Vamos defender um ponto de vista: não se trata do fato de que antes de serem tomadas por esse princípio, as intensidades pulsionais deveriam deixar de ser livres para se tornarem ligadas e aí, então, poderem entrar nos processos do princípio do prazer. Acreditamos que seria mais preciso dizer que: o princípio de prazer depende de uma estruturação elaborada das *estimulações ou excitações*, ou seja, antes de serem tomadas por esse princípio elas devem tornar-se *uma forma de força captável por esse psiquismo* que pode ser tanto em forma de energia livre ou ligada, não importa. Só energias livres ou ligadas podem ser trabalhadas psiquicamente e, depois, estarem a serviço do princípio do prazer em suas evoluções do processo primário para suas chances de estabilização no processo secundário. Nesse ponto devemos tratar de algumas considerações sobre o id. Green (1990) realiza, a esse respeito, uma leitura instigante do circuito pulsional freudiano. Para ele uma determinada excitação torna-se estimulação e, apenas depois de ser apresentada ao aparelho psíquico, quer dizer, depois de entrar no psiquismo através da porção aberta do id para o somático, é que podemos chamar essas intensidades de pulsões.

Ainda segundo Green, ao atingirem o psiquismo, essas intensidades reagirão com as forças já atuantes em seu interior. “Com a excitação endossomática, alguma coisa parte da esfera somática e vem de encontro à barreira somatopsíquica e penetra no psiquismo onde encontra as excitações que chegam do psíquico: é a pulsão. É aí que se acha a pulsão.” (GREEN, 1990, p. 41)

Pensemos em dois momentos distintos. No primeiro, as estimulações entrariam no psiquismo e lá se encontrariam com as forças que operam em seu interior. O que seriam essas forças? Alguns fenômenos próprios do aparelho psíquico estariam por trás do surgimento delas. Citemos, por exemplo, os investimentos presentes nas representações inconscientes que poderiam ser agitadas (processo de atração) pela presença dessa nova penetração e perturbação que demanda ligação. Outro exemplo poderia ser a força do afeto que foi desligado da representação na operação do recalque, ou ainda, simplesmente um estado de ansiedade qualquer gerado no decurso do funcionamento do aparelho. No segundo momento teríamos a combinação proveniente desse encontro de forças exigindo ligações e comportando-se, inicialmente, no modo de energia livre. Os estados quase (ou totalmente) brutos dessas forças aquém ou além do campo do sentido, suas possibilidades de trânsito meandrando todos os espaços do aparelho, colocando-o na urgência de sujeitar essas forças, são o que chamamos de moções pulsionais. Há também, dentro do campo das moções pulsionais, outros estados não tão urgentes e de possibilidades mais fáceis de ligação e vinculação. Nesses outros, as passagens de energia livre para energia ligada, a *bindung* possibilitando a instauração dos processos primários e secundários, a emergência do princípio do prazer, tudo isso ocorre sem o risco de colapso no sistema.

A descrição dessas passagens só poderia ficar mais clara três anos depois de Além do Princípio do Prazer na instauração do id no trabalho o Eu e o Id (FREUD, 1923). O trabalho dessa primeira captura das excitações/estimulações, tornando-as forças afeitas ao psiquismo (pulsão), a disposição dele (no caldeirão das pulsões), é o que Green (1990, p. 41 e 42) chama de trabalho do id. Continuando a última citação desse autor:

É aí que se acha a pulsão. É aí que ela aparece como um conceito-limite entre o psíquico e o somático; é aí que ela aparece como representante psíquico das excitações que nascem no interior do corpo e chegam ao psíquico; é aí que ela aparece como medida da exigência de trabalho imposta ao psíquico em face de seu vínculo com o corporal. (...) Se quiserem chamar isso de id, estou de acordo, é disso mesmo que estou falando.

Notemos a já citada decorrência lógica entre os textos de 1920 e 1923. O id, assim como o ego e o superego, passou a ser uma necessidade metapsicológica. O surgimento do conceito do id em 1923 transformou pelo menos de três formas a metapsicologia psicanalítica. Primeiro, como salienta Green (1990), Freud coloca a pulsão dentro do aparato psíquico, o id é tanto seu caldeirão de concentração como o escoadouro pulsional para dentro do psiquismo, tendo uma abertura também para o campo somático. Segundo, passa a ser possível compreendermos mais claramente as nuances do circuito pulsional apontadas em 1920, um dentro e um fora do princípio do prazer, os limites de seu principado e outros espaços dentro do psiquismo, tais como os elementos e estados que estamos tentando estudar. Terceiro, o id trás um acréscimo que ajuda a psicanálise a pensar em um estranho ao psiquismo constituído fora do campo do recalque e do inconsciente recalçado. Ele abre a psicanálise para além do campo do desejo recalçado (paradoxalmente, já que ele mesmo é o representante da nossa impulsividade), instaurando a possibilidade de

outra forma de alheamento do sujeito de si mesmo. Falamos aqui das pulsões sem representação e da quebra da estabilidade do binômio moções pulsionais/representação (noção já presente em Além do Princípio do Prazer), dando também condições de precisão metapsicológica para situarmos novas noções de representabilidade. Nesse ponto, estamos próximos a uma fronteira importante que delimita a estremadura: a fronteira entre o que é representável e pertence ao principado do prazer/desprazer e o que é representável ou irrepresentável e está fora desse principado.

Vamos a uma nova tentativa de visualização desses acontecimentos psíquicos. Para isso utilizaremos o conceito de energia livre e energia tônica, quiescente. Energias livres enquanto modo de funcionamento primário, próprio inclusive do inconsciente, capazes de deslocamentos e condensações instáveis, não estariam no limite da passagem da força (pulsional) para as primeiras possibilidades de sentidos (enquanto formações representacionais)? Quando as energias livres vão ganhando as primeiras possibilidades de ligações representacionais, o que significa o início do trabalho da *Bindung* e do processo primário ocorre a possível evolução em direção ao processo secundário (pensamento), no qual o enlace da palavra, aqueles resíduos verbais aos quais Freud se referira, todos esses recursos podem, enfim, entrar em operação. Porém, o processo primário não é justamente definido como palco das intensidades, imagens e sensações, tanto que, na Interpretação dos Sonhos (FREUD, 1900), Freud adverte que deve ocorrer a troca de uma identidade perceptiva por uma identidade de pensamento, na passagem do processo primário para o secundário? Sendo identidades figurativas, a intensidade pulsional capturada e operando no processo primário já não teria ganhado alguma espécie de vinculação representacional?

Pensamos que sim. Porém, no plano das “sensações” e “intensidades”, também característico do processo primário, o processo pode ainda não ser representacional.

Avançando nesse raciocínio é como se o processo primário fosse o testemunho de intensidades pulsionais recém sujeitadas pelo psiquismo que tenta enlaçá-las e transformá-las em representações¹⁵, e outras no início desse processo, sendo, ainda, muito mais força do que qualquer outra coisa¹⁶. Estas primeiras intensidades (as recém enlaçadas) estariam instáveis (em termos de condensações e deslocamentos) percorrendo os espaços psíquicos, fazendo os caminhos das identidades sensoriais e perceptuais, rumo à possibilidade da realização alucinatória do desejo. Seriam, inicialmente, representações não estabilizadas, porém, já em estado de preparação para estabilização representacional, para serem assimiladas ao princípio do prazer. As segundas não seriam capturadas ou não seriam totalmente capturadas e passariam pelo id sem o tempo necessário que essa instância precisaria para absorvê-las e torná-las uma força a ser utilizada pelo psiquismo (a pulsão), preferencialmente, dentro do princípio do prazer/desprazer. Essas segundas poderiam tornar-se ou simplesmente uma força desorganizadora dentro do psiquismo alheia ao ego que as viveria como uma experiência perturbadora no campo das intensidades ou, ainda, tornar-se-iam representações desorientadoras, inassimiláveis, fora do circuito que leva aos

¹⁵ Essa seria uma forma de captura do pulsional, intimamente ligada ao id e ao início do trabalho da *bindung*.

¹⁶ Como certos corpos celestes que quando entram na atmosfera e chocam-se com ela se tornam incandescentes para, depois, virarem pó. Temos, então, o primeiro impacto da estimulação e sua entrada no psiquismo (o impacto dos corpos celestes). Em seguida se iniciam as primeiras ligações (se tornam incandescentes) é o processo da passagem força-sentido se iniciando e, ao final, a conclusão do processo com as representações (os corpos totalmente assimilados pela atmosfera, virando pó). Essas intensidades em início de transformação, as quais nos referimos, seriam esses corpos incandescentes. Se possuírem muita massa, poderão cair na terra ou no mar ainda em estado bruto o que nos remeteria ao campo do trauma e dos objetos brutos presentes na subjetividade que poderão ter vida autônoma, independente do princípio do prazer. Não entrarão no principado, não serão completamente assimilados no circuito do princípio do prazer, mas estarão presentes no psiquismo como elementos vivos, alheios e estranhos a ele. Laplanche (1992), Bollas (2000) Bion (1962) Winnicott (1971), entre outros, nos ajudaram a pensar não apenas nessa abordagem quantitativa e econômica (a quantidade de massa do corpo celeste em nossa metáfora), para demonstrarem, cada um ao seu modo, os fatores qualitativos presentes nessas intercorrências.

desenvolvimentos mais elevados do aparelho – o inconsciente, sonho, o sintoma, a transferência. Queremos sugerir que seriam impossíveis de serem ordenadas e trabalhadas pelo ego.

Um momento seguinte a essa captura (das primeiras intensidades, aquelas que foram assimiladas) seria a estabilização representacional próprias do princípio de prazer e do processo secundário. Há aí um princípio extremamente organizado, uma ordenação do aparato psíquico que se encaminha em direção ao sentido. Desse ponto em diante, essas representações fariam o que elas devem mesmo fazer: levariam a uma ação do ego ou seriam recalçadas, forçariam a barreira da percepção, procurariam a forma mais curta (econômica) de satisfação e, em seus pontos mais evoluídos, produziriam sonhos, sintomas, ato falho etc. Aqui continuaria a intervir o princípio de realidade, sempre que o desprazer ameaçasse o sistema.

Valeria recorrer de novo a André Green. Esse autor faz uma clara distinção entre representante psíquico e representante representação.

O que vai fazer o representante psíquico da pulsão? Esse representante psíquico manifesta-se sob a forma de uma de uma tensão e, eu insisto, esse representante psíquico não é uma representação é uma tensão, é a imperiosa expressão de ter satisfação, mas ele é sem representação. (GREEN, 1990, p. 42)

Essa distinção nos trará a oportunidade de um importante detalhamento desse processo. O representante psíquico não é da ordem do representacional, ele está no plano das sensações, por exemplo, a fome ou a sede. Para Green, a vinculação anterior ao representante representação é o representante psíquico, na qual ocorre um reconhecimento do pulsional em termos de qualidades de intensidades e de sensações. Em seguida, entrará

em curso a busca do registro da representação de coisa que na mesma situação no passado ou em situação parecida pretérita, proporcionou a satisfação – então, entraria em cena o representante representação. Assim, poderíamos definir um primeiro momento no qual as estimulações alcançariam a dimensão psíquica, sendo concentradas no id que será o escoadouro dessas forças transformadas em pulsões. Um segundo momento seria o início do circuito pulsional propriamente dito. Nesse segundo momento, ocorrerá o processo de ligação a um representante psíquico, um processo de ligação a um representante coisa, gerando a representação, e a possibilidade dessa moção pulsional estabilizar-se no processo secundário, sempre funcionando dentro do princípio do prazer. No momento dessas ligações, dessas possibilidades de transformações rumo ao campo do sentido, o psiquismo em suas instâncias reage a essa nova identidade representacional presente em seu domínio. Ele poderá recalá-la ou não fazê-lo de acordo com o perigo exposto a cada ligação realizada a um representante psíquico, a um representante coisa e a um representante representação. Quanto mais avançam as ligações mais a moção pulsional se transforma em elementos representacionais que, ao surgirem no horizonte psíquico, agitam, pelos processos de atração e repulsão definidos por Freud, as representações já recalçadas. Todo o sistema está em funcionamento: a representação poderá ser recalçada, poderá seguir o caminho das realizações alucinatórias do desejo e lá ficar, poderá imprimir a essa identidade alucinatória o caminho do processo secundário e do princípio de realidade levando o sujeito a um pensamento, uma notação, à atenção e à ação (FREUD, 1911). Talvez para isso, tenhamos que compreender a assertiva de que todo o pulsional tem como primeiro ponto de impacto o inconsciente. A partir daí, se o inconsciente entrar em alvoroço, se for necessário o recalque, se não for necessário, tudo isso fica a cargo dos processos psíquicos que conhecemos. É claro, também, que o primeiro ponto de impacto é

inconsciente em termos descritivos, ou seja, não é algo que possa ser notado pela porção consciente do ego, a consciência não se dá conta desse processo. Contudo, o inconsciente como sistema, definido principalmente a partir do recalque (FREUD, 1915), com suas leis internas de funcionamento, é algo que reagirá a moção pulsional de maneira mais intensa ou de forma mais branda. Por exemplo, tratando-se de uma representação que não ameaça a irrupção de algo do inconsciente (pelos processos de atração) que coloque o psiquismo sob uma tensão perigosa, essa representação no momento das intercorrências das ligações, poderá tranquilamente acionar o processo secundário e levar seu trabalho aos seus extratos mais desenvolvidos psíquicos.

Acreditamos que, no ponto em que chegamos, seja possível compreender um limite na passagem força-sentido, um limite entre o que poderá desenvolver-se psiquicamente e aquilo que poderá permanecer fora desse limite. O texto de 1920 nos ajuda na percepção dessas intercorrências, daquilo que está na fímbria entre o que poderá ganhar transferências (transportes e mediações de símbolos) e o que permanecerá intransferível. Para seguir ao nosso próximo item “a terra de ninguém”, talvez possamos pensar esquematicamente em duas formas de presença do pulsional no psiquismo, uma harmônica dentro dos níveis ótimos de intensidade (conforme comentamos), fazendo o caminho das representações e do princípio do prazer e outra traumática, transbordante. Dedicaremos nossa atenção a essa última forma de presença no próximo item desse capítulo.

2.3) A terra de ninguém

No trabalho de 1920, Freud espantosamente usa de imagens e exemplos desde as mais evoluídas manifestações psíquicas (como o brincar, a transferência, o sonho) até exemplos menos evoluídos, como uma vesícula viva. Parece ter sido necessário pensar em algo tão primitivo quanto uma vesícula viva reagindo a estímulos intrusivos, para que Freud pudesse ilustrar uma condição mais primária e quantitativa de funcionamento psíquico: reações reflexas, automatismos, processos além do princípio de prazer, ou seja, fora dos seus domínios. Como vimos, é possível notarmos que pelo tratamento teórico que o conceito princípio do prazer sofreu até 1920 era difícil pensar nele como um campo delimitado. Isso se tornou possível com o trabalho *Além do Princípio do Prazer* que, como o próprio nome sugere, apresentou um limite. A partir de 1920, o princípio do prazer já não poderia ser considerado o único “ponto fraco” da nossa constituição psíquica em termos de aprisionamentos e fixações. Outra série de adversidades será, então, descrita por Freud, ou seja, não é só no circuito do princípio do prazer que esses infortúnios serão vistos, outros mais complicados e problemáticos serão descobertos pelo autor e por seus sucessores. Ficará claro para Freud que o psiquismo não se resume ao princípio do prazer/desprazer. Esse princípio é apenas uma parte do circuito pulsional, isso fica claro quando relembremos as primeiras ações do psiquismo frente à estimulação e ao pulsional, como citamos, o trabalho da *bindung*, com o início dos processos de ligações. *Além do Princípio do Prazer* (FREUD, 1920), investiga um psiquismo com outras nesgas e outros lugares a serem estudados, assim foi à própria consequência da instauração do Id, do Eu e do Supra-Eu em 1923. Green (1988) salienta que a onipresença do ponto de vista topológico em Freud fala a favor de investigações sobre regiões psíquicas que nunca saíram da mente do autor.

Delimitações não só de espaços mais de regências e habitantes, que nos levaram a pensar na presença de intrusos (representacional, irrepresentado ou irrepresentável), de clandestinos inassimiláveis às leis locais.

Então, qual outro problema poderia ocorrer além do aprisionamento ao princípio do prazer e da incoerção ao princípio de realidade? A primeira resposta que estudamos seria a falha da *Bindung* frente à inundação pulsional e, também, o perigo de não haver princípio nenhum nessas intercorrências psíquicas quantitativamente e qualitativamente graves. Falamos, no primeiro caso, de transbordamentos e esvaziamentos extremos e, no segundo caso, das intercorrências qualitativas ocorridas em consequência da impossibilidade de dominação pulsional pela incompreensão de uma comunicação, por exemplo, na desadaptação entre a linguagem do adulto e da criança (FERENCZI, 1932; LAPLANCHE, 1992, BOLLAS, 2000). Existem campos tão mal formados ou ainda superestimulações e não-estimulações tão desumanas, que inviabilizam qualquer tentativa desse princípio ou do próprio aparato psíquico parar de pé. Vejamos como Freud apresenta esses excessos em termos traumáticos:

Chamemos de *traumáticas* as excitações externas que possuem força suficiente para romper o escudo protetor. Acredito que não podemos compreender o conceito de trauma sem vinculá-lo a uma ruptura na camada protetora contra estímulos, a qual sabemos sob circunstâncias normais opera de modo eficaz. Não há dúvida de que um acontecimento com o trauma exterior provoca **uma grave perturbação na economia energética** do organismo, além de acionar todos os mecanismos de defesa, e o princípio do prazer é, logo de início, colocado fora de ação. Já que não é possível impedir que grandes quantidades de estímulos inundem o aparelho psíquico, só resta ao organismo tentar lidar com esses excessos de estímulo capturando-o, enlaçando-o [*bindem*] psiquicamente para então poder processá-lo. (FREUD, 1920, p. 153 e 154 – negritos nossos – Tradução Luiz Hanns).

Nessa citação Freud está trabalhando com o exemplo da vesícula viva que, usada como metáfora do aparelho psíquico, é invadida por uma “excitação extrema” que rompe

com suas possibilidades de defesa, no exemplo, representada pela ruptura do escudo protetor. Tendo em vista essa inundação, toda emergência e todo o esforço do psiquismo estará localizado nos primeiros passos que acabamos de descrever – a *Bindung*. A possibilidade de mediação e reconhecimentos, que levam às saídas psíquicas simbólicas frente ao pulsional, já faz parte de um campo de representações e sentidos que podem ser manuseados pelo psiquismo, muito distantes desse estado traumático de transbordamentos. Podemos, acompanhando Freud, pensar que grave perturbação econômica seria essa aventada por ele? Esses possíveis distúrbios não receberam maior atenção do autor nesse texto. Freud estava com muitas tarefas para um mesmo trabalho, a principal delas era a reorganização do dualismo pulsional em termos de pulsões de morte e pulsões de vida e sua necessidade de personificação dessa nova força na figura da *pulsão de morte*¹⁷.

Monzani (1989) aponta que esse mecanismo de emergência e socorro ao aparelho psíquico está além do princípio do prazer, entretanto, sabemos também que nem sempre a *Bindung* funciona como deveria e queremos destacar justamente as consequências que daí decorre:

¹⁷ O desdobramento dessa descoberta, a entificação dessa força na figura da pulsão de morte, abriu para a psicanálise incontáveis possibilidades clínicas e metapsicológicas, porém, nesse ponto da produção de Freud começou a se esboçar uma divisão de caminhos que seriam trilhados pelas gerações futuras de psicanalistas. Mais uma vez nos deparamos com um trauma, mas não um trauma como Balint (1993) definiu consequência das divergências entre Freud e Ferenczi, houve um trauma cumulativo abrindo uma cisão tripartida na unidade psicanalítica: por um lado aqueles que investiram pesado na personificação da pulsão de morte (Klein); de outro, aqueles que resolveram penetrar a fundo nas contingências constituidoras do ego anteriores ao princípio do prazer e passaram a falar em self, em algo não sexual dentro da psicanálise, retomaram o conceito de narcisismo (FREUD, 1914) sob a rubrica de possibilidades e impossibilidades de constituição de um si-mesmo (Winnicott e Kohut); e, ainda, aqueles que aprofundaram a investigação, aberta no texto de Freud, nos circuitos pulsionais colocando a psicanálise (do narcisismo ao Édipo, das neuroses às psicoses, das pulsões às identificações) dentro das intercorrências do circuito pulsional. Isso se observou em certas leituras – não lacanianas - francesas de Freud. Possível ninguém tenha lucrado com essa decisão traumática. O que, aliás, não poderia ser diferente tratando-se da redução do horizonte de possibilidades que todo trauma engendra. Sobre essa questão, ressaltamos novamente a tendência atual que compartilhamos, relativa a uma psicanálise pós grandes escolas e, também, de repensarmos essas fraturas. Não se trata, evidentemente, de um ecletismo, mas sim de uma percepção, uma necessidade imposta pela clínica contemporânea e uma liberdade de pensamento. Como formulou Figueiredo (2003, p. 8) falando sobre as configurações psicopatológicas atuais, dos *pacientes difíceis*: “Para esses indivíduos, certamente, toda a psicanálise disponível é pouca (...).”

Mais uma vez, portanto, chegamos a uma atividade que, seguramente, está ‘além do princípio do prazer’. Atividade originária, primordial, que é a atividade de vinculação, de ligação (*Bindung*) da excitação invasora que se manifesta como energia livremente móvel, para posteriormente ser possível, por exemplo, descarregá-la adequadamente. O que está ‘além do princípio do prazer’ é, portanto, a *Bindung*. (p. 179 – itálicos e parênteses do autor)

Queremos ressaltar que é importante levarmos em consideração que a *Bindung*, como processo e testemunho do que está além do princípio do prazer, é só o começo da história, pois é justamente no seu fracasso que veremos as formações e reações psíquicas que estamos nos dedicando, mais além... Talvez o elemento que mais nos ajude a pensar nesse momento seja a compulsão à repetição, trabalhada por Freud no texto de (1920), por poder aparecer num leque que vai desde o mais além e aquém ao princípio do prazer, até manifestações absolutamente dentro desse princípio.

Sabemos que existem compulsões à repetição operando no regime do princípio do prazer e outras muito distantes disso, Freud (1920) salientou esse fato fazendo uma primeira diferenciação entre aquelas que repetiam uma experiência prazerosa evitando o desprazer (ou obtinham prazer na repetição) e aquelas que repetiam uma experiência desagradável. Contudo, ressaltou que:

Todavia, em uma reflexão mais criteriosa, teremos que admitir que mesmo nos outros exemplos trazidos por nós (daquelas compulsões operando dentro do princípio do prazer) os fatos não estarão suficientemente bem explicados se utilizarmos apenas os motivos que já nos são familiares. Enfim, ainda restam tantos aspectos sem explicação, que a formulação da hipótese da compulsão à repetição se justifica. Esta de fato nos parece ser mais arcaica, mais elementar e mais pulsional do que o princípio do prazer, o qual ele suplanta. (p. 148 – entre parênteses nossos - tradução de Luiz Hanns).

Freud, após essa citação, mergulhará no exemplo da constituição das defesas da vesícula viva, para falar da possibilidade de fracasso da *Bindung* e mais adiante do fator

repetitivo inerente à pulsão, levando-o a hipótese de que ela trabalha visando sempre um retorno, a ponto abolir à vida e a si mesma – a pulsão de morte. Com isso, ele nos ajuda a extrair outras distinções relativas à compulsão à repetição. Quando pensamos nas compulsões à repetição que operam dentro do princípio do prazer e outras que operam além ou aquém desse princípio, devemos levar em conta que o pulsional em questão nas primeiras encontra-se em estado de ligação e no caso das segundas temos o testemunho de uma não vinculação e de uma tentativa retroativa fracassada de uma ligação. Isso nos indica que podemos falar de compulsões absolutamente ligadas, vinculadas às representações, por isso mesmo mais simbólicas e inscritas dentro do campo do sentido. Nem por isso estamos falando de compulsões mais fáceis de trabalhar interpretativamente ou menos tenazes, mesmo porque em certas situações, precisamente por se situarem dentro dos limites do princípio do prazer e estarem muito bem ligadas, essas compulsões se tornam completamente adesivas e potencialmente torturantes para quem as possui. Queremos indicar apenas que essas são testemunhas de uma fantasística instalada na dimensão inconsciente, numa trama que diz respeito às ações do recalque, das formações de compromisso e das sintomatologias neuróticas que, sabemos, constituem aprisionamentos difíceis de abandonar. Porém, Freud (1920, p. 156 – tradução de Luiz Hanns) salienta: “Mas, se existir um ‘além do princípio do prazer’, deduz-se que logicamente também devemos supor que exista um período anterior a essa tendência de realização de desejos.”

Esse período anterior trata do segundo grupo de compulsões à repetição que comentamos. Essas seriam compulsões cegas, nas quais a mediação simbólica pouco ou nada opera, elas nos falam de uma pulsionalidade desligada, caracterizam-se pela ausência de representantes que lhe atribuam sentido, trabalhando numa forma de fixação pela lógica dos excessos e transbordamentos pulsionais. Ou seja, o aparelho foi invadido por uma

grande carga pulsional proveniente, por exemplo, de uma situação traumática, nesse ponto o trabalho da *Bindung* é colocado em ação, porém, pela grande dimensão dessa inundação, esse trabalho de domar e sujeitar essas intensidades através de ligações que lhe atribuem representações e sentido, falha total ou parcialmente, deixando certa quantidade de energia pulsional livre ou desligada. O cenário que se apresentará é de uma compulsão à repetição tentando dar conta de uma pulsão em estado puro de energia dispersiva e disruptiva, provocando perturbações em toda a economia psíquica. Sua intenção é de dar conta retroativamente dessa inundação, almejando vinculá-la, pois o trabalho da *Bindung* falhou em sua tarefa de enlaçar a pulsão, ligá-la aos representantes psíquicos, às representações coisa e aos representantes representação. A ação desse pulsional, por seu caráter dispersivo e disruptivo, provoca e engendra mais rupturas e mais desligamentos ameaçando, em último caso, o desmantelamento do próprio psiquismo.

Assim, no caso das primeiras compulsões, estamos muito mais próximos do campo das reedições e das reelaborações das experiências pelo trabalho psicanalítico, do que no caso das segundas. Nessas não vemos operar, prioritariamente, a reencenação que poderá desdobrar-se em uma transferência a ser interpretada pelo analista, estamos muito mais próximos de uma tentativa espontânea do psiquismo de dar conta de uma perturbação sem nome, de um automatismo psíquico que tenta dominar o traumático, que ainda ecoa e habita sua topologia.

Todavia, a experiência clínica nos leva a crer que, excetuando-se casos mais graves (tais como certos autismos severos e certos casos da psicossomática), uma compulsão a repetição absolutamente cega, sem nenhum apelo ou direcionamento ao outro, sem nenhuma relação com a fantasística do próprio sujeito, um automatismo puro, uma força em estado bruto sem nenhum tangenciamento, por mínimo que seja, ao campo do sentido, é

algo bastante raro. Monzani (1989) investiga essa hipótese do ponto de vista metapsicológico:

A pulsão seria nesse, nesse momento, um puro pulsar monótono e indefinido, sem origem nem finalidade, cuja essência estaria não no repetir algo, mas no simples fenômeno da repetição sem original e sem fim? (...) primeiro é indiscutível que a compulsão à repetição, em inúmeros casos, entra claramente nos esquemas clássicos da repetição. J. Derrida em seu estudo mostra-o com muita clareza. Segundo resta a questão, já posta, de saber se a pulsão nua, livre, no seu modo de ser repetitivo, nesse automatismo de repetição, não procura através dessas indefinidas reiterações restabelecer um estado original já dado de antemão e que serve de finalidade (interna) da atividade repetitiva. (p. 186)

Monzani, nesse excerto, ressalta o fato de que, no final das contas, o objetivo da pulsão é restabelecer um estado anterior de coisas (daí o caráter intrínseco de repetição) até chegar a sua extinção. Esse é um dos grandes pontos discutidos no texto de 1920 que, sem dúvida, escapa ao escopo e aos limites deste trabalho. Freud (1920, p. 148 – tradução de Luiz Hanns) ao analisar diferentes tipos de compulsão à repetição, deixa escapar um comentário que para nós é esclarecedor e nos ajuda a expor melhor nossa idéia: “Contudo, não podemos esquecer que são raros os casos em que os efeitos da compulsão à repetição se manifestam e são observáveis em estado puro, sem a participação de outros motivos”. Sabemos que a pulsão não pensa, não tem interesses edípicos, ela apenas pulsa e é tarefa do psiquismo¹⁸ atribuir a ela sentido, a noção de um desejo, de uma realidade e do outro. É claro que quanto mais precário possa ser um psiquismo (do próprio sujeito ou aquele com o qual ele deveria ter podido contar), mais essa tarefa de ligação se tornará extremamente difícil e, ainda, maior será a presença de estados de intensidades, transbordamentos, evacuações e compulsões à repetição cegas aos quais ele estará sujeito. A falha da *Bindung*

¹⁸ Inicialmente, sabemos, essa tarefa é do psiquismo do outro – no caso a mãe ou seu substituto. Por razões metodológicas estamos praticamente excluindo essa dimensão nesse capítulo. O imprescindível papel do

nunca é a falha de um só. E é claro que quanto mais cega, mais severa e autônoma for a repetição, mais o sujeito soçobrou, mais ele estará subsumido em seu sofrimento.

Tomamos o exemplo da compulsão à repetição para nos ajudar a pensar sobre um dentro e um fora do princípio do prazer, mas é claro que ela não é a única consequência possível nesse palco de fracassos da *Bindung*, de transbordamentos traumáticos e pulsionalidades desligadas. Estamos no campo dos “desenlaces extra-representativos” como chamou Green (2006, p. 387). Sobre esses desenlaces Figueiredo (2004, p. 22) comentou: “Eis aí a galeria dos horrores dos adoecimentos não neuróticos, *borderline* e psicóticos (...)” Nas desventuras desses acontecimentos, estaríamos sempre prestes a nos deparar com formações anômalas dentro do aparelho psíquico, uma força autônoma no seu interior, constituída como representação ou não, que funcionaria a despeito dele, numa lógica muito diferente da proposta pelo princípio do prazer. Elementos não dispostos aos movimentos psíquicos (transportes-transferências), às substituições, simbolizações, projeções, que os levariam para o único campo no qual outras transformações transferenciais poderiam ocorrer: o solo intersubjetivo. Elementos intransferíveis que, por isso mesmo, não circulam, estando em estado de isolamento psíquico, produzindo, entretanto, os efeitos mais diversos, sempre em termos de compulsões, ansiedades, impulsividades, drogadições, vazios, desligamentos, desobjetalizações, despersonalizações e desintegrações.

Queremos com isso demonstrar que podemos entrever nesse trabalho de Freud (1920), uma ampla gama de eventos e de elementos que progressivamente vão se afastando dos limites do princípio do prazer. Nesse sentido propusemos a metáfora de um “principado

objeto primário nessa tarefa inicial de lidar com o pulsional, proporcionando tanto sua convocação quanto sua contenção, será amplamente discutido nos capítulos que se seguirão.

do prazer/desprazer”, uma “estremadura” e uma “terra de ninguém”, gradualmente se afastando de um campo de regência, normas e leis próprias, para um lugar sem lei, habitado por elementos refratários aos trabalhos psíquicos. Elementos que, quanto mais distantes, mais fora das possibilidades de sentido estarão, sendo, em seu limite, apenas força bruta ou representação que não se vincula, não se encadeia às outras produzidas pelo psiquismo. Esses, nas raias da terra de ninguém, ficarão afastados e, em certos casos, é bom que fiquem assim¹⁹, não podendo ser tratados pelos processos mais elaborados do psiquismo: não serão vinculados, não serão ligados a outras representações, não ganharão sentido e não entrarão no circuito transferencial. Não poderão se dispor em termos de transferência, para se desenvolverem, no tratamento desta, no campo das reedições, das simbolizações e das elaborações que trabalham no sentido do desenvolvimento psíquico.

¹⁹ Estamos nos referindo ao posicionamento, que veremos no capítulo seguinte, de Melanie Klein (1958) que afirma no final da sua vida que certos objetos são tão cruéis, terríveis, tão cindidos que, em termos de saúde psíquica, em certos casos, eles não deverão ser reintegrados, devendo ficar mesmo cindidos e afastados da mente. Também encontramos esse argumento em Fairbain (2000) que afirma que em certos casos o melhor a

3) A SUBVERSÃO DA ORDEM: HABITANTES PSÍQUICOS PROBLEMÁTICOS E/OU ALHEIOS À ORDENAÇÃO TRANSFERENCIAL

*Um trem-de-ferro é uma coisa mecânica,
Mas atravessa a noite, a madrugada, o dia,
Atravessou a minha vida, virou só sentimento.
(Adélia Prado)*

Prelúdio

Na Introdução deste trabalho tentamos delinear o campo no qual a transferência opera. Não se tratava de defini-la conceitualmente ou verificar sua ação terapêutica, cabia a nós montarmos um quadro, composto por vários elementos psíquicos, em suas funções definidas, no qual a transferência pudesse atuar. A transferência pressupõe um estado de ordenação psíquica, para que seu estabelecimento possa ser viabilizado sem maiores problemas, entretanto, nem sempre estamos lidando com esse panorama completo. Curiosamente, vemos nosso trabalho se desenvolver nas díades ordem e desordem, harmonia e desarmonia, funcionamento e disfunções, continuidades e descontinuidades, no que diz respeito ao aparelho psíquico. Ao nos dedicarmos tanto metapsicologicamente e clinicamente à transferência fomos forçados a ver algo em termos do seu negativo se anunciar. Precisamos estar preparados para o fato de que sempre que produzimos inteligibilidade sobre um fenômeno apreciado por nós, estarão sendo produzidos, ao mesmo tempo, os limites dessa inteligibilidade e, por consequência, já se torna possível antevermos certos elementos díspares em formação – elementos pertencentes a outro estatuto ou domínio. Latour (1994) nos alertou com clareza que nossas tentativas de ordenação,

fazer é ficar distante de tais objetos. Segundo esse autor, o trabalho do analista deveria ser o de ajudar o

classificação, dominação e estabelecimento de leis, próprias do projeto moderno do homem, na verdade, nunca se estabeleceram. Diz o autor que ao nos atirmos nessa tarefa moderna de separar territórios e domínios com vistas à ordem, produzimos o tempo todo, de forma espontânea, seres híbridos e refratários a essas mesmas delimitações. Isso leva Latour a afirmar que “jamais fomos modernos”, no sentido que, por mais que a contemporaneidade defina essas tarefas como norma prescritiva, seu objetivo desmancha-se pela produção suplementar de seus elementos híbridos.²⁰

Nesse trabalho, apostamos na possibilidade de detecção desta “ordem” e estamos chamando-a aqui de ordenação psíquica transferencial, justamente para tentarmos apreender o alheio a ela. Em todos os grandes autores da psicanálise poderíamos ressaltar a presença de uma idéia de funcionamento psíquico e de uma ordem que a preside. Junto a esse funcionamento são previstas possibilidades de falência parcial ou total desse funcionamento, dessa ordem. Basta esse contraste para que comece a surgir o domínio da desordem, onde o disfuncional opera. Alguns autores convidam esses elementos para ingressarem em seu corpo teórico, dando a possibilidade, via essa complexificação admitida, de desenvolvimentos e visualizações mais amplas e ricas. Outros preferem deixá-los, deliberadamente, para fora dos limites de suas construções. Na grande maioria dos casos, o caos ou a desordem só podem ser compreendidos anos depois do estabelecimento da ordem. Teríamos então duas alternativas: a aceitação de seus elementos ou a negação de suas presenças via a positivação do texto proposto. Para essa positivação opera-se a amputação de todas as ambiguidades possíveis de uma dada obra e, também, o fechamento de todas as suas rotas de comunicação com o “exterior”, condenando, desta forma, um

paciente a afastar-se deles, desistir de tentar purificá-los.

conjunto de idéias, a uma vida bastante empobrecedora e curta, fadada a repetir sempre a si mesma.

Como numa proposta ética do pensamento complexo de Morin (2002), estamos convidando todos aqueles elementos que o pensamento disciplinar excluiu em sua eterna tarefa de positivação do conhecimento e da didática. A ética da complexidade, diz Morin, é a ética do abraço e da solidariedade. O abraço e solidariedade na repatriação dos elementos enfeitados e refratários que o pensamento dogmático iluminista separou. Trata-se de rever as antíteses ordem e desordem, harmonia e desarmonia, para que possa ser encontrada e abrigada a desordem dentro da ordem, o desarmônico como parte da harmonia. É dessa forma que a psicanálise age cada vez que tenta ampliar seus limites teóricos e clínicos para acolher novas formas de subjetivação da experiência, novos sintomas e novas formas de sofrimento psíquico da contemporaneidade. Abraham e Torok (1995), no livro que citamos “A Casca e o Núcleo”, assim terminam a apresentação que fazem da identificação endocríptica:

(...) seja-nos permitido exprimir a esperança de que essas noções trarão alívio à escuta, tão difícil, de certos pacientes. A esperança igualmente, com respeito a esses, de ter acrescentado algo à sua chance de se fazerem ouvir e a esperança enfim, de que os tesouros que jazem escondidos nas criptas se tornem a alegria de seu detentor e o proveito de todos nós. (p. 296).

Aí está um exemplo da ética da complexidade dentro do pensamento psicanalítico: a ética do respeito e do encontro com a alteridade radical naquilo que ela tem de mais precioso, sua idiossincrasia e sua singularidade. Nas palavras de Morin (2002):

²⁰ Sobre esse assunto ler Latour (1994) e Figueiredo (2003). Ainda nesse tema, ver Figueiredo (2003) e Maduenho (2003) sobre considerações a respeito da lógica suplementar.

O pensamento complexo tenta religar o que o pensamento disciplinar e compartimentado separou e parcelarizou. Ele religa não apenas domínios separados do conhecimento, como também - dialogicamente - conceitos antagônicos como ordem e desordem, certeza e incerteza, a lógica e a transgressão da lógica. É um pensamento da solidariedade entre tudo o que constitui nossa realidade; e tenta dar conta do que significa originalmente o termo *complexus*: “o que é e tem conjunto”, e responde ao apelo do verbo latino *complexere*: “abraçar”. O pensamento complexo é um pensamento que pratica o abraço. Ele se prolonga na ética da solidariedade. (p. 07, itálicos do autor)

Os autores escolhidos nesse capítulo inspiraram-se nas idéias de Freud a respeito de um campo além do relativo às neuroses e de um território pertencente não somente ao princípio do prazer, já de início assumiram a existência de elementos fora dessa primeira ordem proposta e os convidaram para o bojo de suas reflexões. Primeiramente, deixaram-se surpreender pelo dissonante presente na própria teoria freudiana, em seguida elaboraram suas contribuições originais para a psicanálise. Num segundo momento, puderam estranhar seus próprios escritos vendo que neles próprios, a cada horizonte estabelecido, surgiam novas perspectivas e delimitações. Apresentaremos nesse capítulo 3 elementos com um estatuto mais entificado, que guardam algo em si referente ao que estamos chamando de intransferível, em seguida, no capítulo 4, tentaremos nos aproximar do nosso tema pensando em “intransferibilidade” como uma “situação” ou “estado do self”.

3.1) Os elementos-beta de Bion

No final da década de cinquenta, Bion parecia ter concluído aquilo que em sua obra foi chamado de período de estudos sobre a psicose ou, simplesmente, o período psicótico. É curioso que esse período tenha durado quase que exatamente o decurso de uma década, começando no início dos anos cinquenta. No início desse período sobre as psicoses vinha, igualmente, a termo uma fase anterior que comportou seu trabalho como psiquiatra militar

na década de quarenta e seus trabalhos sobre grupos desenvolvidos em Londres. Esses anos ficaram conhecidos como o período das teorias sobre grupos ou o “período grupal”, conforme Bléandonu (1993). Ao final da década de cinquenta e começo da década de sessenta, Bion opera mais uma mudança em seu trabalho como psicanalista e inicia seu período epistemológico, desenvolvendo pesquisas e teorias sobre o conhecimento, o pensar e as formas de transmissão do saber psicanalítico. É nesse período que Bion apresenta o conceito de elemento-beta. Para entendermos esse conceito e vermos de que forma ele opera uma subversão da ordenação psíquica transferencial, dentro do campo que estamos tentando definir, é necessário compreendermos um pouco qual a ordem que Bion propõe na sua concepção bastante original de funcionamento psíquico.

Bion trazia de seus estudos sobre a psicose dos anos cinquenta, um sólido conhecimento teórico e prático do conceito de identificação projetiva proposto por Klein (1946). Sua inovação foi propor que a identificação projetiva, mais do que um mecanismo de defesa entre outros, próprio da posição esquizoparanóide, era uma forma de comunicação muito primitiva entre os bebês e suas mães. Tratava-se de uma aquisição humana que podia nos informar, como nenhuma outra, sobre os primeiros momentos do nascimento da capacidade para pensar os pensamentos nos bebês. Hinshelwood descreve da seguinte forma a fenomenologia do conceito kleiniano:

Na posição esquizoparanóide descrita por Melanie Klein, o Eu expulsa de si as experiências intoleráveis ao cindir-se e projetar essas partes clivadas nos objetos exteriores. Habitualmente, mesmo que nem sempre seja esse o caso, as partes “ruins” do sujeito, são as expulsas e projetadas em objetos que, por conseguinte, serão identificados daí em diante com essas partes “ruins” da própria pessoa e temidas como tais. (...) A identificação projetiva constitui, portanto, o processo por excelência que permite clivar a pulsão destrutiva e projetá-la no exterior. Melanie Klein considerava essa forma particular de identificação como protótipo de uma relação de objeto agressiva. (In MIJOLLA, 2005, p. 923 e 924).

Em seguida, Hinshelwood descreve como a contribuição de Bion ampliou o conceito kleiniano, tornando-se, para esse autor, além de uma forma de comunicação, um mecanismo responsável pelo nascimento da capacidade de pensar:

Em vez de a identificação projetiva ser utilizada como um meio desesperado de expulsar uma catástrofe interna, ela pode ser utilizada inconscientemente como uma forma de comunicação, uma comunicação não simbólica que se propõe fazer com que o objeto (o psicanalista) experimente diretamente os efeitos daquilo que o paciente sente (Bion, W. R. 1962). Nessa perspectiva, a identificação projetiva é um método que permite transmitir diretamente uma experiência a outrem. (idem, p. 924). (a citação de Bion aqui é do próprio Hinshelwood, porém, em nossa bibliografia ela corresponde à mesma obra de Bion).

A identificação projetiva era, para Bion, também um procedimento evacuativo que ajudava o bebê a lidar com estados emocionais insuportáveis para sua pequena capacidade de reconhecimento e elaboração destes estados. Em razão disso, esses estados emocionais logo se transformavam em excessos que necessitavam ser expulsos pelo bebê. Bion supôs, então, uma função que seria capaz de operar uma transformação nesses estados emocionais brutos, transformando-os em conteúdos mentais capazes de serem não só suportados pelo bebê, mas, também, capazes de fornecer elementos para o desenvolvimento de sua capacidade de pensar. Chamou essa função de função-alfa e os elementos transformados a partir desses estados emocionais intoleráveis, desses dados sensoriais brutos ou, ainda, dessas experiências intraduzíveis e transbordantes para o bebê, de elementos-alfa.

A função-alfa opera sobre as impressões sensíveis, quaisquer que sejam elas, e sobre as emoções, quaisquer que sejam elas, que o paciente percebe. À medida que a função-alfa é bem sucedida, são produzidos elementos-alfa e esses elementos são passíveis de se armazenar e corresponder aos requisitos dos pensamentos oníricos. Se a função-alfa é perturbada e se torna inoperante, as impressões sensíveis que o paciente percebe e as emoções que experimenta, permanecem inalteradas. (BION, 1962, p. 6)

É claro que essa capacidade de transformação que opera tanto no terreno do sentido quanto no campo das contenções de quantidades excessivas – sua diluição, sua desintoxicação e devolução para o bebê de quantidades diminutas, porções menores e passíveis de serem contidas por ele – essa capacidade, era primeiramente exercida pela mãe em seu contato com o bebê. Essa função-alfa materna era posta em ação pela capacidade de *réverie* da mãe, que consistia na sua condição de criar, a partir desses estados brutos, elementos mentais conscientes, como imagens, idéias, histórias, frases e palavras. “Por exemplo, quando a mãe ama o bebê o que ela lhe faz? Deixando de lado os meios físicos de comunicação minha impressão é que o amor dela se expressa pela *réverie*” (BION, 1962, p. 35 e 36). Todo esse inter-jogo, em que ocorrem trocas de conteúdos mentais entre mãe e bebê, trocas que demandam processos de transformações destes conteúdos, essa possibilidade do outro poder conter elementos da minha experiência emocional e depois devolvê-los a mim, Bion chamou de relação continente-contido, cabendo à mãe, quase que exclusivamente, o papel de continente nas primeiras relações com seu bebê. Os elementos-beta²¹ surgem da ausência destas transformações psíquicas. São os elementos brutos da experiência sobre os quais não foi possível atuar ou ainda não interveio a função-alfa.

Quando a função-alfa não consegue operar, as impressões sensoriais e as emoções permanecem em seu estado original. Bion denominou-as elementos-beta. Estes últimos não podem ser utilizados nos pensamentos oníricos. Por outro lado, prestam-se à identificação projetiva e exercem um papel determinante nas atuações. Podem ser eliminados ou se prestar a um tipo de relacionamento concreto. (BLÉANDONU, 1993, p. 148)

²¹ Esses elementos podem ter várias origens, tanto podem ser dados sensoriais brutos sobre os quais ainda não foi efetuada nenhuma transformação, como podem ser moções pulsionais, estados emocionais turbulentos, sensações somáticas indistinguíveis, experiências incompreensíveis etc.

Bion utilizou a primeira e a segunda letra do alfabeto grego para denominar esses dois elementos presentes no psiquismo: elementos-alfa e elementos-beta. Preferiu chamá-los assim para não saturá-los com definições a priori e para não apresentá-los como conceitos pré-definidos. Sua idéia era de que como não sabemos o que são esses elementos, deveríamos dar-lhes um nome que (imaginava ele) deixasse em aberto o campo para aquilo que esses elementos pudessem vir a ser. Dessa forma, ficariam abertas suas possibilidades conceituais, sem estarem condenados a uma nomeação específica. Bion lutava para evitar o que ele chamava de saturação, ou seja, a impossibilidade de se avançar no pensamento sobre algo por haver um cerceamento de sentido já delimitado por definições pré-estabelecidas e aprisionantes. Ele, inclusive, inicia seu livro *Elementos da Psicanálise* (Bion, 1963) fazendo uma séria crítica à teoria do Complexo de Édipo dizendo que ela possui restrições quanto a sua utilidade por ser uma teoria “saturada”. Não se trata de considerá-la desnecessária ou inválida, porém, a força criativa e imaginativa do Complexo de Édipo estaria impedida pela ação de um campo de significações já engessado e previamente direcionado. Bion, inclusive, propôs outras leituras do mito de Édipo (quando esse parecia nos trazer sempre as figuras do amor incestuoso, do parricídio e da castração) tratando-o a partir das questões do conhecimento a qualquer custo, da arrogância e da estupidez.

O nome elemento-beta se insere, então, num posicionamento calculado de Bion relativo à sua forma de teorizar. Algumas de suas passagens nos ajudam muito para pensarmos nossos objetivos e nosso objeto de estudo:

Elementos-beta. Esse termo representa a mais antiga matriz da qual se pode supor que os pensamentos surjam. Eles compartilham a qualidade de objeto inanimado e de objeto psíquico, sem nenhuma forma de distinção entre os dois.

Pensamentos são coisas, coisas são pensamentos e elas têm personalidade. (BION, 1963, p. 22). Resumindo, elementos-beta são objetos compostos de coisas-em-si-mesmas, sentimentos de perseguição-depressão e culpa e, portanto, aspectos da personalidade ligados por um sentimento de catástrofe (...). (idem, p. 40).

Estipulada uma idéia de funcionamento mental pelos conceitos de relação continente-contido, *réverie*, transformações, função- alfa e elementos-alfa, os elementos-beta surgem como elementos aquém a essa ordem, pondo em risco constantemente seu funcionamento harmônico, caso não atue a função-alfa. A obra de Bion possui uma questão básica: a intenção de demonstrar como uma coisa torna-se palavra, através de quais eventos psíquicos isso ocorre. Aqui repousa um ponto importante, pois, os elementos-beta, apesar de serem objetos psíquicos, possuem características de coisas-em-si. Portanto, não são nem exatamente objetos psíquicos nem coisas, são elementos híbridos, elementos que desafiam a ordem binária dessa transformação de coisa em palavra. Não é possível dizer se são “objetos psíquicos” ou “objetos inanimados”, um elemento-beta jamais se prestaria a uma metáfora na medida em que são coisas-em-si (exceto se atuasse a função-alfa), entretanto não seriam capazes de serem arremessados e quebrarem uma vidraça (exceto em seus efeitos psíquicos quando arremessados – projetados – na mente do analista), na medida em que são elementos psíquicos. Ficaram a meio caminho num processo de transformação, ou então, já se apresentaram híbridos, duplos, desde o início. São coisas-em-si mesmas, ou seja, não remetem a nada em termos simbólicos, não apresentam os sinais de elaboração que Bion supôs, porém, estão vinculados aos sentimentos e sensações de catástrofe.

Assim como o aparelho psíquico freudiano, o aparelho para pensar os pensamentos de Bion é um aparelho que também efetua substituições, elaborações e transformações simbólicas. Ocorrem então, nos dois casos, uma série de ações, uma manipulação psíquica

dos elementos brutos de cada teoria, os elementos-beta no caso de Bion e as intensidades pulsionais no caso de Freud. A desarmonização ocorre justamente quando esses elementos não podem ser tratados em todas as instâncias de transformações pensadas pelos autores, permanecendo como enclaves em seus sistemas e promovendo outras formas de funcionamento e de ordenação psíquica. Tanto no caso de Bion como no de Freud, isso nos direcionaria a um campo além ou aquém do princípio do prazer. Nos dois casos as possibilidades simbólicas, transitivas e transferências estariam comprometidas.

Os elementos-beta não são acessíveis para serem utilizados nos pensamentos oníricos, mas são passíveis de uso na identificação projetiva. (...) Os elementos-beta são armazenáveis, mas diferem dos elementos-alfa no que não são tais como memórias e sim fatos indigestíveis, enquanto os elementos-alfa digeridos pela função-alfa são viáveis para o pensamento. Isto é importante para a distinção entre memórias e fatos indigestíveis – os elementos-beta. (BION, 1962 p. 6 e 7) (...) Estes últimos, recorde-se, carecem da capacidade de ligarem-se uns aos outros. (idem, p. 22).

Notemos que, no caso de Bion, os elementos-beta não se prestam à criação de elementos oníricos, ao sonhar ou à transferência, caso não sejam transformados pela função-alfa em elementos-alfa. Daremos principal atenção à transferência. Sua impossibilidade passa a ser uma consequência lógica a partir das afirmações de Bion. A transferência, como vimos, necessita de uma grande liberdade para trocas e substituições simbólicas às quais os elementos-beta não ascenderam. Esse ponto fica claro quando checamos que Bion quase não tratou em sua obra de transferência, insistindo e aprofundando-se no conceito de identificação projetiva, quase exclusivamente. Os elementos-beta são elementos que se prestam à identificação projetiva que terá que ser definida como uma atividade absolutamente diferente da transferência. A transferência é metafórica, atualizadora, elusiva, é ao mesmo tempo resistência e revelação, ela trata da

fantasística presente nos desvios, nas formações simbólicas, nas soluções de compromisso, do desejo procurando seus caminhos de realização. Por outro lado, na identificação projetiva nada disso está em jogo. Não estão em questão as reedições relativas ao campo do desejo, não está em jogo a maleabilidade e reversibilidade da transferência em suas trocas simbólicas, a identificação projetiva é uma atividade prioritariamente evacuativa, que tende a livrar-se daquilo que é impossível de conter em nós e que, em seu excesso, leva ao desmantelamento psíquico²². Tanto uma como a outra são modalidades de apelo em direção ao “outro”, porém, não são nem análogas, nem homólogas.

Ao juntarem-se, os elementos-beta “carecem da capacidade de ligarem-se uns aos outros”, ou seja, não formam cadeias associativas, pensamentos ou narrações, apenas se aglomeram. Tais como nos mecanismos de recusa (FREUD, 1927), eles podem permanecer dentro do psiquismo, porém, sem as ligações e as transitividades, vindas de investimentos libidinais, capazes de produzir sentidos. Sobre eles, quando falha a função-alfa, o único investimento possível apresenta-se com o objetivo de contê-los, anulá-los (em seus efeitos perturbadores) e expeli-los. Estamos aqui na zona dúbia entre o representacional e o não representacional (tanto em termos da conceitualização do irrepresentável quanto do irrepresentado) e, mais uma vez, esses elementos apresentam seu caráter híbrido. Por um lado são o testemunho de impossibilidades representacionais (Bion, 1962) – por exemplo, no não funcionamento da função alfa – por outro lado, possuem aspectos representacionais dado que são elementos psíquicos – ainda que não possuam ligações e transitividade simbólica – e, também, sua origem se dá no campo da sensorialidade e no campo das

²² O desmantelamento psíquico é discutido por Bion levando em conta a herança das declarações kleinianas sobre as cisões e as projeções. No caso das cisões e projeções fragmentadoras, Klein afirma que o ego se enfraquece sendo, por vezes, também cindido e expelido em suas partes de acordo com o excesso projetivo em ação nos mecanismos de identificação projetiva.

intensidades emocionais ligadas aos processos primários e aos representantes psíquicos²³. São coisas-em-si, mas são também elementos psíquicos, não são memórias, mas são fatos indigeríveis no e pelo psiquismo: estão ligados à indistinção entre fantasia e realidade, pensamento e coisa, alucinação e delírio, memória e presença. Bion (1962) nos apresenta uma interessante distinção: quando há sobre eles ação do ego ou superego, tornam-se objetos bizarros (esses, sem dúvida, representacionais): “O elemento-beta difere do objeto bizarro no que o objeto bizarro é elemento-beta acrescido de traços do ego e superego.” (p. 25). Bion diferencia essa ação da função-alfa. É como se o ego ou superego pegasse o elemento-beta bruto e tentasse agir sobre ele, assimilá-lo antes da função-alfa ou na ausência dela. Poderá se formar por essa ação uma representação (objeto bizarro), porém, essa representação, não poderá ser utilizada pela função-alfa (que Bion difere várias vezes do ego). A função-alfa, que gera elementos para o sonhar e para o pensar, gera representações específicas que poderão ser usadas como uma espécie de alimento psíquico ao sujeito, porém, há representações que não podem ser utilizadas dessa forma tão benéfica e é a elas que estamos nos referindo. A questão, então, não é apenas a ausência ou presença de representações, mas suas qualidades.

Como elementos representacionais ou não, os elementos-beta não assimilados pela função-alfa não podem ser trabalhados integralmente pelo psiquismo, permanecendo isolados e disfuncionais. Sobre eles pouco pode ser feito. Entre seus aspectos disfuncionais eles podem ser geradores de sofrimento mental, atuações, pensamentos concretos, formações psicóticas, perturbações dos limites estabelecidos entre fantasia e realidade, consciente e inconsciente e entre o sono e a vigília, evacuações psíquicas em vigília ou no

²³ Como vimos, o processo primário e os representantes psíquicos são os testemunhos do início do processo representacional em marcha.

sono (podendo, inclusive, serem vividas concretamente – vômitos, enurese e poluções noturnas etc.). Entretanto, Bion constrói uma teoria que os abarca, que estende seu território para essas formações autônomas e anômalas no psiquismo. Não podemos esquecer que para Bion é desses elementos (mais a função-alfa) que surgem os pensamentos, eles são cronologicamente anteriores aos elementos-alfa e aos pensamentos. São eles que demandarão mais ações e transformações no campo psicanalítico, pertencem ao terreno mais carente de sentidos, àquele que mais necessita de ajuda e trabalho por parte do psicanalista.

3.2) Os Interjetos de Bollas

Em seu livro *Hysteria* (Bollas, 2000) Christopher Bollas desenvolveu suas idéias sobre um tipo especial de objeto que, segundo ele, diferiria dos outros objetos internos. Partindo de estudos das relações entre pais histéricos graves e seus filhos, percebeu que essas crianças estariam à mercê de uma espécie de “possessão”, termo que ele retira da experiência de um paciente que relatava que se sentia por vezes “possuído” por algo que não era ele próprio. Essa espécie de dissociação ocorreria justamente quando esse objeto especial instalado no psiquismo infantil tomava conta do self, assumindo temporariamente seu controle. Bollas salienta que nesse caso não haveria a irrupção de um desejo inconsciente, não se trata de algo da ordem do recaiado que estaria retornando, o que se ressalta e que esse evento diz respeito a um objeto instalado no self infantil pela ação de um outro, possuindo autonomia dentro do psiquismo, estando fora ou prioritariamente fora da jurisdição do princípio do prazer. O fato de haver outras formas de alienação de si mesmo, outras formações ou outros elementos dentro do self que não estariam em contato com o dia-a-dia do princípio do

prazer ou em contato com as decorrências de um inconsciente funcionando sob o signo de Eros, aparecem claramente nesses dois exemplos de Bion e Bollas e em outros que ainda vamos tratar:

Como nomeamos estes objetos internos, aqueles construídos pelo outro dentro do léxico do mundo objetal interno do *self*? Pois se trata, aqui, não de introjetos, mas de projetos do outro. Em outro trabalho sugeri que nomeássemos tais objetos internos de *interjetos*, a fim de que se distinguísse sua origem, *status* e futuro psíquico do introjeto. Um interjeto é aquele objeto projetado em um *self* pelo outro que interrompe e momentaneamente desorienta o *self*, o qual pode prosseguir somente à medida que aceita a interjeção. (BOLLAS, 2000, p.192 – itálicos do autor).

Abaixo seguem trechos de uma entrevista²⁴ concedida por Bollas sobre o tema:

Entrevistador: - (...) Bem, há algum tema teórico ou técnico específico no qual o Sr. esteja particularmente interessado nesse momento?

Bollas: - Acho que, como dizia na palestra de hoje, é um desafio interessante, dentro da teoria das relações objetais, tentar identificar e discutir os objetos internos que estariam dentro do self por virtude do trabalho do 'outro' e não do trabalho do self. O objeto interno seria o trabalho do 'outro' e não o trabalho do self. É um desafio que devemos resolver na teoria das relações objetais. Continuando na mesma entrevista: (...) Se voltarmos à infância e à meninice, é evidente que a criança é o recipiente da identificação projetiva materna e paterna. Eles (os interjetos) têm objetivos dentro deles, portanto, que não são produtos do seu próprio desejo. Pode ocorrer que a identificação projetiva dos pais seja correta e se una com o desejo, com o instinto ou a necessidade da criança, havendo, assim, uma negociação, um compartilhamento do objeto, digamos. Mas também sabemos que há identificação projetiva violenta por parte da mãe ou do pai colocada na criança que irá residir dentro da economia psíquica da criança como um objeto estranho. (cont.) (...) nem tudo é posse psíquica do paciente. (SPPA, 2003, p. 56, 57 e 58)

Em seguida Bollas diferencia sua idéia de interjetos do conceito de mensagens enigmáticas de Laplanche, a partir de uma pergunta do entrevistador:

Entrevistador: - Eu fico me perguntando se, no conceito de Laplanche, as mensagens enigmáticas impõem e solicitam e estimulam um trabalho de

²⁴ Entrevista dada por Bollas à Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre em agosto de 1999.

tradução, enquanto que no seu conceito, fica uma espécie de área muda dentro da mente, algo assim.

Bollas: - Acho que quando você pode fazer uma tradução então o sujeito adotou o desejo materno. (...) Esse é um processo menos maléfico do que aquele em que a criança é o recipiente de uma violenta identificação projetiva materna, em que existe um processo de vínculo interno maior, em que não é possível para o inconsciente da criança fazer a sua própria relação com o inconsciente materno. Acho que Laplanche discordaria de mim neste caso. Acredito que ele vê o erotismo materno como que esmagador para a criança, absolutamente esmagador. Minha visão é de que ele não esmaga a criança, porque o poder do próprio instinto da criança é o poder do esforço que vai ao encontro do erotismo materno na mesma intensidade, de modo que a própria vida instintiva da criança é um par para o erotismo materno. Consequentemente, a vida instintiva é muito importante, uma vez que determina a própria economia psíquica da pessoa, de modo que a pessoa não está simplesmente recebendo coisas... Não está tão esmagada. (idem, p. 58 e 59).

Mais uma vez nos encontramos na fronteira de certos limites. Limites entre o princípio do prazer e o além dele, limite entre o que é posse psíquica do sujeito e o que é de um outro, limites entre o representacional e o não representacional, entre o campo da força e do sentido. Porém, esse terreno de dúvidas nos faz enxergar algo importante: quanto mais nos afastamos do centro do psiquismo regido pelo princípio do prazer, mais nos defrontamos com elementos ou objetos díspares, anfíbios e estranhos ao próprio sujeito. Freud, nos artigos sobre técnica da década de dez, falava em direcionar sua lente para o ponto mais obscuro do inconsciente, como que esperando a retina se acostumar com a escuridão e começar a perceber os contornos dos seus habitantes. Aqui nossa lente se dirige não para o inconsciente, mas para os limites do princípio do prazer com suas ordenações determinadas e para além dele, para os pontos obscuros de todo o psiquismo.

Vamos nos deter um pouco sobre algumas idéias a respeito dos interjetos, cotejando-os com os elementos-beta bioniano. O campo no qual Bollas apresenta seu conceito é um campo absolutamente intersubjetivo, ou seja, formado por duas subjetividades que se encontram e, nesse encontro, se transformam, se adaptam e se regulam uma pela presença da outra. O campo no qual Bion opera também é intersubjetivo,

porém, no que diz respeito aos elementos-beta, eles não necessitam da ação de um outro para que sejam instalados no psiquismo de alguém. Exceto no caso de inversão das identificações projetivas entre mãe e bebê, ou seja, esse processo pode ocorrer, mas ele não é necessário para a instalação de elementos-beta. O outro, no caso bioniano, é absolutamente necessário para a transformação e desenvolvimento desses elementos, mas não para sua geração. Bollas trabalha dentro da tradição da teoria das relações objetais que toma o mundo interno como palco de uma objetologia fantástica, no qual esses objetos interagem o tempo inteiro. Dentre esses objetos, Bollas nos aponta para aqueles que denominou de interjetos, ressaltando que não se tratam de produtos do desejo inconsciente, ou seja, não são frutos ou manifestações do inconsciente, não se articulam com outros elementos da subjetividade como acontece com as representações inconscientes (recalcadas), daí a especificidade deles.

Há uma importante mudança metapsicológica que consiste na utilização de Bollas (2000, p. 11) do termo *self*:

“Cada *self* nasce com um idioma que, no entanto, ainda não foi completado, que virá parcialmente ao seu verdadeiro *self* pela sua utilização dos objetos disponibilizados pelos cuidados parentais. Se um *self* está comparativamente livre para estabelecer seu próprio idioma de ser e de se relacionar por via dos meios ambientais, então ele irá concretizar uma estética idiossincrática à medida que molda e formata seu mundo de um modo que lhe é peculiar.”

Parece-nos haver dois pontos fundamentais nessa utilização²⁵. Em primeiro lugar, Bollas afirma a idiossincrasia de cada *self* por uma interação entre o que ele trás de si

²⁵ A origem do termo *self* na psicanálise é atribuída a Heinz Hartmann no início da década de cinquenta. Segundo Despinoy e Piñol-Douriez (in Mijolla, 2005), o termo *self* “pode designar o conjunto das instâncias psíquicas, a organização narcísica do psiquismo, a parte consciente do psiquismo que permite se reconhecer como agente e como sujeito dotado de uma consciência reflexiva” (p. 1692). Após sua utilização por Heinz Hartmann o conceito de *self* passou a ser amplamente utilizado principalmente nas produções winnicottianas e nos trabalhos sobre a psicologia do *self* de Heinz Kohut. Esse último definiu o *self* como uma estrutura a

próprio e os seus objetos parentais. Carrega consigo, assim, a marca do conceito de self como essência, como algo de próprio anterior às relações projetivas e introjetivas e, aí então, o coloca no intercâmbio das trocas com os seus primeiros objetos. Essa proposição impede que Bollas concorde com Laplanche sobre a natureza inevitavelmente traumática dessas primeiras relações. Assim como Winnicott (1971), Bollas relata que há uma contribuição original da criança nesses primeiros contatos “ela não será esmagada...”, essa contribuição original, segundo Bollas, apóia-se na própria vida instintual (pulsional) da criança. É a partir da sua pulsionalidade que ela terá como fazer frente e resistir ao trauma materno. O segundo ponto é que o termo self é usado por Bollas ao invés de conceitos como ego, eu, psiquismo, aparelho psíquico etc. Na acepção de Bollas, o self engloba todos esses elementos, porém, ele não é um conceito estrutural, nem funcional:

O conceito de Self estava em parte incluído no termo *Ich*, tal como Freud o utilizava até 1920. *Ich* era, ao mesmo tempo, a pessoa em sua totalidade e em sua objetividade, e a parte organizadora do psiquismo. A partir da segunda tópica, o Eu tornou-se uma estrutura específica. Para evitar a ambiguidade, alguns psicanalistas anglo-saxões utilizaram então, para designar a pessoa em sua globalidade, o termo *self* (...) (DESPINOY, M. E PINOL-DOURIEZ, M. In MIJOLLA, 2005, p. 1693).

Se tentássemos definir o psiquismo como a região delimitada por um lado pela jurisdição do princípio do prazer freudiano e, por outro lado, pelas jurisdições além do princípio do prazer que Freud e os autores posteriores a ele pesquisaram, o self seria um

parte do psiquismo, criado pelas relações empáticas primárias entre o self e seus self-objetos, fora do campo das ações pulsionais. Optamos nesse trabalho pela utilização mais frequente do conceito de Self. Porém, respeitaremos a origem fenomenológica e metapsicológica de cada um dos termos. O conceito de self será utilizado sempre que nos referirmos às experiências não pulsionais na gênese de sua constituição e sempre também que a idéia de uma experiência de um si-mesmo, um si-próprio estiver sendo tratada. O conceito de eu ou ego falará a respeito dos resultados das experiências pulsionais ou quando discutirmos a estrutura ego pertencente ao psiquismo. Com relação aos comentários sobre os autores tratados nessa tese, respeitaremos a utilização original de cada um deles nas discussões que propusermos. Sempre que efetuarmos uma alteração, comentaremos nossa opção.

conceito mais amplo na medida em que descreve não somente esses processos, mas, também, as intercorrências enfrentadas na constituição de uma experiência de si, uma noção de si mesmo. Essa experiência de si mesmo seria obtida inclusive, mas não apenas, pela ação do princípio do prazer, veiculando em seu bojo também experiências estéticas, empáticas, de continuidade de ser, experiências da ordem das identificações primárias não apenas balizadas pela antítese prazer/desprazer.

Em nossa pesquisa, estamos tentando nos informar sobre como esses elementos estranhos ao psiquismo o habitam, para pensarmos em fenômenos intransferíveis e em intransferibilidade na psicanálise. Junto com Bion e os elementos-beta, poderíamos dizer de chofre, que os interjetos não se prestam à transferência, pois sobre eles não operam as transformações necessárias para seu desenvolvimento no psiquismo. Porém, isso não parece tão simples e falaremos agora da transferência e os interjetos.

Somos levados a pensar que se para Freud o sintoma, os sonhos e a transferência (como reedição daquele recalcado que não se expressa pela rememoração) são homólogos, aquilo que não se presta ao sonho (como afirma Bion sobre os elementos-beta) também não se articularia a ponto de poder tornar-se transferência no seu sentido restrito: um objeto sendo tomado como substituto do objeto do desejo inconsciente. Porém, não podemos seguir muito adiante nesse raciocínio, pois os sonhos para Bion são muito diferentes do que são para Freud e os interjetos aos quais Bion se refere são muito diferentes dos elementos-beta sendo, os interjetos, bem mais sexualizados do que os primeiros. Os elementos-beta também podem ser bastante sexualizados, mas isso não importa tanto ou quase nada para Bion.

Seguiremos mais um passo. É extremamente importante para Bion o fato de esses interjetos serem sexualizados (daí ele insistir em falar da grave doença histórica – histeria

maligna - dos pais). Por isso temos que pensar em termos de objetos e não outra coisa, pois eles (os objetos) são capazes de carregar consigo história, afetos, representações confusas, intenções e uma sexualidade por vezes indiscriminada. Bollas (2000), falando dos efeitos dessas instalações desses interjetos comenta:

De certa forma, o histórico maligno passa para o outro aquelas identificações projetivas parentais que lhe haviam sido comunicadas primeiramente pela mãe e também muito possivelmente, pelo pai. (p. 192) (...) Eles (os pacientes que foram vítimas dessa instalação dos interjetos pelas figuras parentais) procuram levar o analista a um beco sem saída, onde ele assuma o papel de testemunha de um desfile de personagens e eventos que constituam, na contratransferência do analista, a experiência devastadora da sexualidade da criança. (p. 195) (...) É um modo bizarro de explorar sexualmente os objetos internos, à custa dos outros reais. (p. 197)

Essa é a modalidade pela qual esses objetos são transmitidos de geração em geração. Isso significa que se trata de objetos instalados dentro do self materno também de forma precária e abusiva, caso não fosse assim, esses interjetos não tomariam o self da criança como palco para suas constantes encenações e reencenações. Eles se instalaram no self materno pela mesma modalidade pela qual serão instalados no self da criança, ou seja, sobrantes e incompreensíveis. Eles podem, então, passar a funcionar dentro do self da criança produzindo cenas que promovem tanto um desmantelamento do sentido (por serem muito excessivos) como ligações muito confusas que serão encenadas e reencenadas diversas vezes. Essas encenações na situação analítica seriam transferenciais? Se o objeto que gera essas atuações não é “posse do psiquismo do sujeito” como poderiam ser? Porém aqui surgem mais dúvidas: poderíamos mesmo dizer que eles não são frutos do desejo inconsciente do sujeito, que não são frutos dos movimentos pulsionais do próprio sujeito?

Bollas afirma que a vida instintiva do bebê é o que evita que ele seja esmagado, sendo aquilo que faz frente à sexualidade materna. Há, então, a possibilidade de terem sido

minimamente assimilados pelo self da criança em termos das diferenciações e aproximações em relação ao próprio inconsciente dela, naquela difícil negociação e jogo de forças que Bollas descreve. Possivelmente deverá haver, então, em meio a tanta confusão de atuações e reencenações, um relance transferencial genuíno (ainda que mínimo) que possa ser apreendido nessas atuações e é o que poderá dar aberturas para possibilidades de trabalho psicanalítico de interpretação da transferência, após de anos de análise. Para não ser necessário entrarmos no campo da técnica psicanalítica, queremos apenas ressaltar essa possibilidade transferencial, caso a instalação desses interjetos não tenha sido de todo traumática, deixando algum espaço ou guardando alguma similaridade com o self e o desejo da própria criança.

Notemos, também, que esses objetos de Bollas são igualmente entificados, como os elementos-beta bionianos. No tocante à sua representabilidade, há várias nuances que instauram certa nebulosa sobre esse ponto. Um interjeto pode, e possivelmente deve, ter ganhado uma representação, mas essa qualidade, como já vimos, não define a possibilidade de esses objetos se prestarem à transferência. O ponto principal é que nem tudo que está no psiquismo é posse psíquica do self. Ele é um elemento estranho, tendo ganhado representações ou não. Tentativas de assimilá-lo para dentro do próprio psiquismo podem existir, mas para isso ou o psiquismo da criança assume as intenções desse objeto, pagando o altíssimo custo disso para a constituição de uma noção de si mesmo, ou tenta controlá-lo, mantendo-o sob vigilância, preparando-se para os momentos turbulentos de suas manifestações.

3.3) O superego arcaico kleiniano

Em 1958, dois anos antes de sua morte em 1960, Melanie Klein apresentou uma série de idéias inéditas em seu artigo “Sobre o Desenvolvimento do Funcionamento Mental” (Klein, 1958). O tema do desenvolvimento mental nada de novo tinha para Melanie Klein, porém, algumas de suas afirmações sobre a formação do superego arcaico e sobre a presença de certos objetos maus e aterrorizantes dentro do self, causaram espanto no meio psicanalítico da época²⁶. A idéia de um superego arcaico acompanha a obra de Melanie Klein por décadas (Klein, 1927, 1928 entre outros), porém, é apenas nesse artigo de 1958 que a autora apresenta algumas considerações sobre determinadas formações psíquicas que divergiam, na totalidade de sua obra, das suas recomendações anteriores.

Até esse artigo, eram conhecidas as idéias kleinianas a respeito da necessidade de reintegração das partes excindidas do self, isso tanto como tarefas do desenvolvimento normal, quanto como prescrições para condução de um tratamento psicanalítico.

Acredito que essa capacidade de recuperar as partes excindidas da personalidade seja uma pré-condição para o desenvolvimento normal. (...) Tudo isso se torna possível porque a integração resultante da análise reforça o ego, que era fraco no início da vida. (KLEIN, 1957, 266 e 267).

Essas cisões eram produzidas pelas ansiedades decorrentes do exercício pulsional e das primeiras experiências projetivas e introjetivas das relações de objeto. Frente a essas

²⁶ Klein em vários momentos da sua obra utiliza o termo self e não ego, ou eu. Utiliza sistematicamente o termo ego, entretanto, apenas quando quer falar especificamente de algo que envolve essa instância psíquica. Já o termo self abrange não só o ego, mas também outras instâncias como o id, o superego e o inconsciente. Assim Klein (1959, p. 283) os diferencia: “Antes de continuar minha descrição do desenvolvimento da criança, sinto que deveria definir sucintamente os termos *self* e *ego* a partir do ponto de vista psicanalítico. O ego, de acordo com Freud, é a parte organizada do *self*, constantemente influenciada por impulsos instintivos, porém mantendo-os sobre o controle pela repressão. Além disso, o ego dirige todas as atividades e estabelece

ansiedades eram colocadas em ação defesas específicas e determinadas, entre elas, a cisão, principalmente quando estavam em jogo as experiências e ansiedades da posição esquizoparanóide. Nesse momento do desenvolvimento, o ego ainda imaturo encontra dificuldades para lidar com as angústias desta posição e carece da chance de se identificar com seu objeto vivido, então, não como um objeto total, mas como vários objetos parciais. Para Klein, uma relação objetal existe quando há um objeto, sentimentos de amor e ódio relacionados a ele, ou seja, um objeto que possa ser investido por um exercício pulsional gerador de fantasias, ansiedades ligadas a essas fantasias e defesas contra essas ansiedades. Essas partes excindidas estariam nesse estado pela ação dessa constelação de ansiedades e defesas vividas nas relações objetais mais primitivas, mais especificamente quando o exercício pulsional envolve uma predominância da pulsão de morte sobre a pulsão de vida. Existem várias modalidades de cisão para Melanie Klein, (Klein, 1946, 1957 e Petot, 2003), por exemplo, as cisões que são organizadoras do mundo interno do bebê, que separam o objeto bom do objeto mau e são essenciais para o controle das suas ansiedades arcaicas e para o seu bom desenvolvimento mental. Essas cisões não são fragmentadoras, ao contrário, corroboram para a integração do ego e do objeto²⁷.

Porém, queremos retratar outras cisões, as cisões fragmentadoras que entram em ação em momentos de alta ansiedade e dificultam a integração do self em seus processos de reintegração. Essa reintegração fala da tarefa de se tentar reverter operações pouco afortunadas, precárias para se lidar com o aumento da ansiedade persecutória. O trabalho de reintegração, síntese do self e dos objetos, era a prioridade máxima kleiniana até esse

e mantém relação com o mundo externo. O termo *self* é utilizado para abranger toda a personalidade o que inclui não apenas o ego mas também a vida pulsional que Freud nomeou de *id*²⁷ (itálicos da autora).

²⁷ Sobre o conceito de cisão na teoria de Melanie Klein, ver revisão completa feita na introdução do texto Notas Sobre Alguns Mecanismos Esquizóides (Klein, 1946) feita pela Comissão Editorial Inglesa.

artigo. Todavia, no trabalho de 1958, ela apresenta uma espécie diferente de formação psíquica: os elementos mais aterrorizantes que se constituem junto com a formação do superego arcaico em processo de defusão pulsional, que sofrem uma cisão específica, não estando localizados, segundo ela, nem superego nem no ego. Ocupam outro lugar, e aqui ela não é específica, falando que eles estariam num “inconsciente profundo”.

Dentro da teoria kleiniana há um lugar que gostaríamos de destacar para o conceito de superego²⁸, não basta apenas aportarmos em sua teoria trazendo a noção freudiana de superego, é necessário ressaltarmos algumas características próprias das concepções de Klein sobre esse conceito. Nos dois trabalhos que citamos do final da década de 20, Klein já havia colocado as bases de seu pensamento sobre a formação do superego. Para a autora há uma ligação íntima entre as ansiedades precoces, a vida pulsional, o sadismo infantil, a lei de Talião, os mecanismos de projeção e introjeção e constituição do superego. Isso faz com que para Klein quanto mais precoce, e aqui ela também se diferencia de Freud, mais severo pode ser o superego, pois menor será a condição do ego imaturo lidar com as ansiedades ligadas ao círculo pulsão de morte-deflexão/projeção-perseguição. No trabalho de 1958 ela retoma suas idéias sobre o surgimento do superego, salientando as boas formações superegoicas (advindas do exercício equilibrado das pulsões de vida e morte), capazes de gerar proteção e auto-avaliação; em seguida ressalta a possibilidade de formações absolutamente díspares presentes no psiquismo fruto da defusão pulsional:

Em minha concepção, a cisão do ego, pela qual o superego é formado, se dá como consequência de um conflito no ego, engendrado pela polaridade das pulsões. Esse conflito é aumentado pela projeção delas, bem como pela resultante introjeção de objetos bons e maus. O ego, sustentado pelo objeto bom internalizado e fortificado pela identificação com ele, projeta uma porção da

²⁸ Usaremos o termo “superego”, seguindo a tradução para o português das obras completas de Melanie Klein, e não o termo “Supra-Eu” como sugerido por Luiz Hanns e como utilizamos no capítulo anterior.

pulsão de morte dentro daquela parte de si mesmo que ele havia excindido – uma parte que, dessa forma, passa a estar em oposição ao resto do ego e forma a base para o superego. Concomitantemente a essa deflexão de uma porção da pulsão de morte, há uma deflexão daquela porção de vida que está fundida com ela. Juntamente com essas deflexões, partes dos objetos bom e mau são excindidas do ego para dentro do superego. Dessa maneira, o superego adquire qualidades tanto protetoras quanto ameaçadoras. À medida que o processo de integração – presente desde o início, tanto no ego como no superego – vai se desenvolvendo, a pulsão de morte é ligada, até certo ponto, pelo superego. No processo de ligação, a pulsão de morte influencia os aspectos dos objetos bons, contidos no superego, de maneira que o âmbito de ação do superego vai desde o refrear do ódio e de impulsos destrutivos, da proteção do objeto bom e autocrítica, até ameaças, queixas inibitórias e perseguição. (p. 274)

Essa descrição trata inicialmente de uma formação superegóica que, contando com o objeto bom internalizado, alcançou êxito no equilíbrio das forças pulsionais que agenciam sua constituição. Apesar da presença das pulsões de morte, que necessitam serem cindidas para o controle da ansiedade e a proteção do objeto bom, essas projeções, em estado de fusão pulsional (no qual elementos de amor e destrutividade coexistem), permitem a reintegração dessas partes excindidas e a convivência próxima “em oposição ao resto do ego” na consolidação do superego. Esse equilíbrio entre projeções e introjeções, cisões e reintegrações, o dano causado ao objeto e a possibilidade de reparação, preponderância das pulsões de vida sobre as pulsões de morte, dos objetos bons sobre os maus, garantirá um nível tolerável de ansiedades, a constituição de um mundo interno e o desenvolvimento do aparelho mental. O discrepante nessa ordem de funcionamento se dá quando há uma ansiedade acima do nível tolerável pelo psiquismo, provocada por um objeto criado em estado de defusão pulsional, ou seja, carregados de pulsões de morte e destrutividade. Aqui entrarão em cena cisões radicais, fragmentadoras, que lesam o próprio self na tentativa de livrar-se desses objetos que não serão projetados no superego, serão apartados da mente para que essa possa retomar sua estabilidade.

Esses objetos extremamente perigosos fazem surgir conflito e ansiedade dentro do ego no início da infância; mas, sob a pressão da ansiedade aguda, ele e outras figuras aterrorizantes são excindidas de uma maneira diferente daquela pela qual o superego é formado, sendo relegados às camadas mais profundas do inconsciente. A diferença entre essas duas formas de cisão – e isso pode, talvez, esclarecer de muitas outras maneiras, ainda obscuras, pelas quais se dão os processos de cisão – é que, na excisão de figuras aterrorizantes, a defusão parece estar preponderando; ao passo que, na formação do superego, há uma predominância da fusão das pulsões. Portanto, o superego é normalmente estabelecido numa íntima relação com o ego e compartilha de aspectos diferentes do mesmo objeto bom. Isso possibilita ao ego integrar e aceitar o superego, em maior ou menor medida, mas por outro lado, as figuras extremamente más não são aceitas pelo ego dessa forma, sendo por ele constantemente rejeitadas. (KLEIN, 1958, p. 275).

É surpreendente vê-la afirmar que em pessoas saudáveis esses objetos que habitam esse “inconsciente profundo”, não são reintegrados. Klein afirma que elas (pessoas saudáveis) conseguem deixá-los o mais distante possível:

Pessoas que são, de maneira geral, estáveis – e isso significa que elas estabeleceram firmemente seu objeto bom e, portanto, estão intimamente identificadas com ele – conseguem superar essa intrusão do inconsciente mais profundo em seu ego e recuperar sua estabilidade. (idem, p. 277).

Espantosamente, se tratando de Klein, esses objetos ficarão e devem ficar de fora de todo o processo de desenvolvimento mental, de todo o trabalho psíquico em termos de projeções, introjeções, fortalecimento do ego e reintegração de partes excindidas, ficarão de fora da capacidade crescente de integração advinda do desenvolvimento emocional. Há um interessante comentário da Comissão Editorial Inglesa das Obras Completas de Melanie Klein (v.III) que pode nos trazer uma noção da surpresa dessas posições de Klein:

Nesse artigo, Melanie Klein mostra uma súbita mudança de visão. Contrastando enfáticos pontos de vista anteriores de que a característica do superego arcaico é sua natureza extrema e aterrorizante (ver nota explicativa de “The Early Development of Conscience in the Child”), ela sugere nesse artigo que o superego se desenvolve com as duas pulsões predominantemente em estado de fusão e que as figuras internas aterrorizantes, que resultam de uma intensa destrutividade, não fazem parte do superego. Elas existem numa área separada da

mente, no inconsciente profundo, *excindidas tanto do ego como do superego, mantendo-se lá, não integradas e não modificadas pelo processo normal de crescimento*; se surge uma situação anormal e há um fracasso na manutenção da cisão, esses objetos aterrorizantes se tornam uma fonte de aguda ansiedade e uma ameaça a estabilidade mental. (idem, p. 268 – aspas e parênteses do autor – itálicos nossos)

Nesse sentido, esses objetos “separados do resto da mente” são eles próprios a dissonância dentro do equilíbrio harmônico proposto pela teoria kleiniana. Melanie Klein, assim como Bion, ampliaram a teoria psicanalítica desde Freud, convidando e acolhendo essas notas desarmônicas da ordem teórica psicanalítica. Ele mesmo, talvez mais do que qualquer outro, já havia feito isso mais de uma vez em seus trabalhos, como vimos no capítulo anterior. Porém, o alargamento do campo, que então passa a abarcar elementos enjeitados nos processos de desenvolvimento mental e na teoria psicanalítica, nunca terá sucesso absoluto, pois essa operação é impossível de ser levada a termo. Espontaneamente uma nova delimitação será demarcada, um novo limite a partir do qual se tornarão perceptíveis os fenômenos para além de seus muros. Entretanto, não podemos colocar a culpa da febre no termômetro. O sucesso dessa operação não está em eliminar esses elementos ou fenômenos refratários da teoria, antes, trata-se de conhecer, aproximar-se e convidá-los para o ingresso. Trata-se, como disse Morin (2002), de uma ética intelectual da solidariedade, do abraço, chamando para dentro desse campo ético, teórico e clínico a experiência da alteridade em sua radicalidade.

Parece-nos que, diferentemente dos interjetos de Bollas, esses objetos são uma posse psíquica do sujeito, porém, sem que haja nenhuma possibilidade de gerência sobre eles. São fruto do exercício pulsional, não são trabalho de fora, de um outro. Porém, foram criados num momento de defusão pulsional, ou seja, são objetos carregados desproporcionalmente de pulsão de morte. Não apresentam o mesmo conteúdo sexual dos

interjetos, estão ligados a um momento do desenvolvimento no qual prevalece ainda a dicotomia bom/mau, ansiedades fragmentadoras de aniquilamento e reassesuramentos, questões anteriores ao sexual, nas quais ganha destaque o estabelecimento narcísico do si-próprio. Apesar das características que ligam intimamente o self a esses elementos, eles devem permanecer afastados ficando assim impedidos, ou parcialmente impedidos de, a partir deles próprios, engendrarem a transferência. Isso porque eles não poderão compor o inconsciente “comum”, recalcado, nunca se colocarão como objetos de desejo sobre os quais, devido a uma impossibilidade de se viver esse desejo, se operou o recalque.

Estão no inconsciente profundo e aqui parece ocorrer uma contradição. Klein recorre, para localização desses elementos, a um lugar da constelação metapsicológica para dizer justamente de algo que não participa dela. Contudo, essa não era uma preocupação da autora. Talvez devamos interpretar essa contradição por outra via. Não deixa de ser instigante essa afirmação e parece-nos que ela só poderia ocorrer dentro da concepção de psiquismo dessa autora. O psiquismo kleiniano é muito diferente daquele apresentado por Freud, basta pensarmos que para Klein a cisão é um processo que pode atacar todo o aparato psíquico. Existem, para ela, muito mais descontinuidades no psiquismo do que para Freud, dado que em certas situações de fragmentação não há área que sobre inteira. A cisão é como uma lâmina afiada que poderia cindir qualquer coisa criando por isso regiões diferentes dentro do próprio inconsciente como, por exemplo, um “inconsciente profundo”.

Nesse texto de 1958, Klein parece mais compreensiva e tolerante no julgamento das nossas possibilidades de, pelo desenvolvimento ou por uma análise, repatriarmos nossos objetos excindidos. Para ela aos poucos o ego vai se aproximando e se identificando com o superego, a ponto de este passar a gerar culpa, cuidados, alertas, ao invés de persecutoriedade. Entretanto, com esses outros objetos terríveis que ela descreve não há

repatriação possível, o melhor a fazer e deixá-los o mais distante que pudermos conseguir. O impressionante é que esses objetos podem ser conhecidos. A idéia de gênese para os pensamentos, de coisa-em-si inicial que caminha rumo à abstração, de caminhos do sensorio sensível ao cálculo algébrico, isso só faz sentido em Bion. Esses objetos kleinianos são como os interjetos de Bollas “elementos encarnados”, embora, como vimos, os interjetos sejam muito mais sedutores e sexualizados. Esses objetos do inconsciente profundo kleiniano aterrorizam o self quando o “tomam de assalto” (assim como podem fazer também os interjetos²⁹) gerando medo, culpabilizações delirantes e uma persecutoriedade arrasadora, a ponto de desorientarem todo o self em todas as suas qualidades. Devem estar em estado bruto, ou seja, sobre eles operam pouquíssimas transformações e elaborações; estão encistados no self, autônomos e perigosos, porém, não absolutamente estranhos a ele. Eles ganharam possibilidade de representação? É muito difícil dizer que não, para Klein o mundo dos objetos internos é representacional. Desde o caso Rita, que ela atendeu no início dos anos 20, Klein não se cansa de descrever o psiquismo em termos de fantasias, representações, figuras amedrontadoras e primitivas, objetos idealizados, presentes no psiquismo infantil desde os primórdios do desenvolvimento.

Com o exemplo desses objetos aterrorizantes kleinianos fica mais claro compreender que a qualidade representacional/não representacional/não representado, não garante as distinções que estamos tentando fazer em o transferível e o intransferível. Assim como acentuamos no caso de elementos-beta bionianos, esse estado de isolamento total

²⁹ No caso dos elementos-beta de Bion, isso também pode ocorrer, porém, há ainda a possibilidade de uma paralisação momentânea da função-alfa concorrendo para essa posseção do self. Queremos salientar, porém, uma diferença radical. Para Bion essa atividade, a ocorrência desses objetos, não é datada do psiquismo infantil como nos casos de Klein e Bollas. Estaremos à vida inteira entrando em contato (via sensorialidade) e gerando elementos-beta a serem digeridos pela função-alfa.

desse objeto kleiniano torna-o uma representação não ligada ao mundo simbólico e representacional do sujeito. Quando citamos o mundo simbólico estamos nos referindo ao mundo de representacional do sujeito, constituído por representações em estado de transitividade, transformações e substituições próprias da capacidade simbólica, do sonho e da transferência. Ao dizer que esses elementos devem permanecer fora dos processos do desenvolvimento mental, relegamos seus efeitos à outra ordem de processos. Mais do que sonhos, teremos a formação de atuações durante o sono; mais do que aparições representadas na transferência, teremos identificações projetivas, projeções maciças e pensamentos concretos³⁰.

3.4) A cripta, a identificação endocríptica e o fantasma de Nicolas Abraham e Maria Torok

A origem húngara desses dois autores os coloca filiados à chamada escola psicanalítica de Budapeste que tem na figura do psicanalista Sándor Ferenczi seu patrono. Tanto Nicolas Abraham quanto Maria Torok, apesar de terem elaborado suas teses na França, em Paris, onde se conheceram e se tornaram companheiros, reconheceram essa filiação e se afirmaram como seguidores da obra de Ferenczi “(...) a alma irmã Ferenczi (...)” como o chamou Torok na apresentação do livro *A Casca e o Núcleo* (ABRAHAM e TOROK, 1995, p. 17). Desenvolveram, então, questões que haviam sido importantíssimas para Ferenczi, dedicando-se a temas como o trauma, a introjeção, a simbolização, as relações de objeto, entre tantos outros. No final da década de sessenta e início da década de

³⁰ Sobre esse ponto é importante lembrarmos as diferenciações do sonhar que foram possíveis para Bion, por esse autor tratar os sonhos como processos de pensamentos, como por exemplo, os sonhos evacuativos

setenta, Nicolas Abraham e Torok apresentaram para a comunidade psicanalítica suas reflexões originais sobre certas modalidades específicas de presença no psiquismo: a cripta, a identificação endocríptica e o fantasma. Para tanto, retomaram inicialmente as noções de Ferenczi sobre a introjeção e a diferenciaram do seu contrário: a incorporação.

Ferenczi no artigo de 1909 “Transferência e Introjeção” definiu sua concepção de transferência e a ligação desse conceito à introjeção. Numa anotação rápida sem data chamada “O Conceito de Introjeção”, posterior ao artigo de 1909, ele fala da introjeção como um alargamento egóico, uma dilatação do ego que com esse movimento atrai para seu interior objetos de seu interesse:

Eu descrevi a introjeção como a extensão ao mundo externo do interesse, auto-erótico na origem, pela introdução dos objetos exteriores na esfera do ego. Insisti nessa ‘introdução’ para sublinhar que considero *todo amor objetal* (ou *toda a transferência*) como uma extensão do ego ou *introjeção*, tanto no indivíduo normal quanto no neurótico (e no paranóico também, naturalmente, na medida em que ele conservou essa faculdade). (p.181 – itálicos do autor)

Nesse “estender-se”, nesse “alargamento” egóico reside uma das especificidades desta concepção ferencziana: na introjeção não é o objeto que vai de encontro ao ego e neste se aloja, é o ego que faz esse movimento (por seu alargamento) em direção ao objeto, realizando assim uma espécie de fagocitose que o traga para o seu interior. As relações entre as definições ferenczianas de introjeção e as concepções do casal Nicolas Abraham e Torok, começaram a ser expostas em 1968 quando Torok publicou seu trabalho “Doença do Luto e Fantasia do Cadáver Saboroso”. Para nossa discussão esse artigo é de extrema relevância, ele iniciou uma série de trabalhos nos quais os temas do simbolismo, da incorporação e da criptoforia, desembocariam numa proposta metapsicológica original a

(BION, 1962 e 1963).

respeito do encravamento de certos elementos (objetos) no psiquismo. A partir desse tema, sobre as vicissitudes da patologia do luto, Torok (1995) realizou uma demonstração de um tipo especial de relação com o objeto perdido, que impunha a necessidade de se insistir numa diferenciação clara entre a introjeção e a incorporação.

Na doença do luto, o mecanismo que está em operação é a incorporação e não a introjeção. A autora sublinha essa distinção salientando que a incorporação pode ocorrer justamente como uma resposta psíquica frente à impossibilidade da introjeção. Ao contrário da incorporação, na introjeção não está em jogo a perda do objeto, sendo antes uma ação de desenvolvimento e crescimento do ego e não uma compensação. Assim proposta por Ferenczi e ratificada por Nicolas Abraham e Torok, a introjeção é o mecanismo através do qual ocorrerá o enriquecimento do ego que passará a conter cada vez mais elementos em seu interior, abarcando a realidade, descobrindo-a e conotando-a com a marca egóica de si mesmo, uma marca singular, como uma digital que tornará o mundo assimilável e reconhecível. Não é apenas um mecanismo de interiorização do objeto trata-se, principalmente, da instauração da própria realidade, sua sexualização e sua simbolização. Para Torok (1995, p. 222):

Além disso, não se trata de “introjetar” o objeto, como se diz facilmente, mas, o conjunto das *pulsões* e de suas vicissitudes cujo objeto é o próprio contexto e o mediador. A introjeção, segundo Ferenczi, reserva ao objeto – e ao analista, no caso – um papel de mediador para o Inconsciente. Operando num vai-e-vem “entre o narcísico e o objetal”, entre o auto e o hetero-erotismo, ela transforma as incitações pulsionais em desejos e fantasias de desejo e, conseqüentemente, torna-os aptos a receber um nome e cidadania e a se abrir no jogo objetal. (itálicos da autora).

No pólo oposto temos a incorporação como um mecanismo defensivo frente à perda do objeto. “Como compensação do prazer perdido e da introjeção ausente, realizar-se-á a

instalação do objeto proibido no interior de si. É essa a incorporação propriamente dita.” (Idem, p. 222). Notemos que a própria perda do objeto irá se constituir como uma interdição inapelável à introjeção, ou seja, o ego em sua tarefa de expandir-se se vê obrigado a desistir daquela fagocitose devido à ausência do objeto, não será possível fagocitá-lo, não há dilatação egoica que possa assimilá-lo já que ele não está presente. A incorporação, então, magicamente dribla esse interdito da perda e leva o psiquismo ao funcionamento alucinatório. Em sua consumação a ausência do objeto é negada e o mesmo desígnio incestuoso que impossibilitou a relação objetal é também negado. Esta proposição impeditiva, que deveria mediar essa relação com o objeto interditando-a, será, ao contrário, enfurnada no ego junto com o objeto incorporado, sob a forma de um segredo vergonhoso. Dessa forma, vemos ocorrer um aprisionamento em mão dupla, o objeto fica aprisionado no ego e este também se aprisiona ao objeto, vitimado por uma dependência regressiva que não irá se desfazer enquanto durar a incorporação. Enfim, a relação entre o ego e o objeto incorporado será mantida a um preço extorsivo a ser pago pelo primeiro: ele terá que manter o objeto em seu interior vivo, presente e inassimilável. O ego manterá também inacessível para outros, o segredo, a promessa de idílio, entre ele e o objeto, que um dia iria se confirmar. É em relação a esse objeto, que tenderá a permanecer fora da tópica do sujeito com um estatuto dúbio entre hóspede ilustre e intruso incoercível, é com ele que se dará a constituição de uma cripta, de uma furna não responsiva e não afetada pelas elaborações e simbolizações que determinam o desenvolvimento de todo o psiquismo. Aqui encontramos o objeto encriptado.

Devido às nossas próprias inquietações e às dúvidas que nos movem na presente tese seguiremos os passos do trabalho efetuado por Nicolas Abraham e Torok na direção de proporem uma metapsicologia própria para essa outra forma de assimilação objetal e

presença no psiquismo. Os esforços dos autores caminham no sentido de darem visibilidade a esses elementos enquistados no psiquismo e a esses estados de paralisia psíquica. Paralisia, pois, para os autores, a gênese do psiquismo se dá nos processos de introjeção ferencziana e nos processos consequentes de simbolização. O que naufraga na incorporação, gerando essa estase psíquica, é a instalação dos elementos viabilizadores da simbolização tais como a temporalização, a espacialização, a constituição de espaços, trânsito e causalidades da experiência. Esses elementos deixam de operar como delimitadores e mediadores, criadores de continuidades e descontinuidades, de ausências e presenças, de limites e distâncias entre o eu e o mundo, entre o eu e o objeto, distâncias essas nas quais o simbólico deveria se encaixar promovendo num dos seus pólos separações e no outro, ligações. Como no jogo do *fort-da* freudiano: pela conquista da representação do objeto materno a criança consegue, de um lado, suportar a separação e, de outro, efetuar uma ligação nova e simbólica com sua mãe. No caso da incorporação, a simbolização fica impedida: já que o objeto não pode fazer parte da introjeção que promoveria meu intercâmbio objetal com ele, que delimitaria os limites externos e internos das nossas relações, as membranas psíquicas próprias da introjeção, dado, então, que esse processo se paralisou, eu incorporo o objeto e o instalo em mim como coisa-em-si, estagnada, sobre a qual nenhum desdobramento simbólico será possível:

Na tópica, essa cripta corresponde a um lugar definido. Não é nem o Inconsciente dinâmico, nem o Ego da introjeção. Seria antes como que um território encravado entre os dois, espécie de um Inconsciente artificial, instalado no próprio seio do Ego. A existência de tal túmulo tem por efeito obturar as paredes semipermeáveis do Inconsciente dinâmico. (NICOLAS ABRAHAM E TOROK, 1995b, p. 239).

Notemos a necessidade de definição ou criação de um lugar específico para essas incorporações: trata-se de um inconsciente artificial. Um lugar especialmente fora da própria tópica psíquica como costumamos concebê-la. Quando apresentamos o superego arcaico kleiniano nos deparamos com essa mesma tentativa de distinção de novos ou “outros” lugares psíquicos. No texto de Klein (1958), como vimos, a autora forja a figura de um “inconsciente profundo”, local de objetos tão terríveis que se torna impossível e desaconselhável qualquer tentativa de reintegrá-los. Cabe lembrarmos que frente às intercorrências e as qualidades autônomas desses objetos dentro do psiquismo, as topologias da primeira e segunda tópica freudiana são reviradas no exercício dessa pesquisa de outros lugares que dêem conta desses elementos. Vejamos outra diferença que N. Abraham e Torok necessitaram estabelecer e que também coaduna com as considerações tópicas que estamos tentando descrever. Trata-se do mecanismo de recalque. Para os dois autores o processo de recalque é o que isola a cripta no psiquismo. Contudo, sabemos que o recalque não poderia ser responsável pela qualidade de isolamento sofrido pela cripta. O recalque não pode “(...) obturar as paredes semipermeáveis do Inconsciente dinâmico”, como citamos, ao contrário, nossas funções psíquicas tais como o sonho e a transferência só funcionam por causa dessa semipermeabilidade. O recalque se oferece e se utiliza do simbolismo em suas formações de compromissos sintomáticas, ou seja, com o recalque o aparelho psíquico continua seu trabalho de substituições, trocas, deslocamentos e condensações próprios do exercício simbólico. N. Abraham e Torok, então, encontraram-se frente à necessidade de pensarem num outro mecanismo que solapasse a cripta no interior do psiquismo deixando mais clara a paralisação do processo simbólico. Não utilizaram outro mecanismo, trabalharam com a noção de recalque, contudo, um recalque

especial chamado de “conservador” diferenciado do recalçamento constitutivo e dinâmico da neurose:

A diferença essencial entre os dois recalçamentos (o conservador e o constitutivo dinâmico) é que, na histeria, um desejo nascido do interdito busca, em desvios, seu caminho e o encontra em realizações simbólicas, enquanto, no criptóforo, é um desejo já realizado e sem desvios que se encontra enterrado, incapaz que é de renascer, tanto quanto de se tornar pó. Nada poderia ter impedido a sua realização nem poderia fazer com que a lembrança dela se apague. Esse passado está, portanto, presente no sujeito, como um *bloco de realidade* (...). Se a realidade não pode morrer completamente (ser simbolizada...), ela também não pode pretender voltar a vida. (N. ABRAHAM e TOROK, 1995b, p. 239, 240) (entre parênteses nossos – itálico dos autores).

Toda essa arquitetura sustentará a proposição dos autores sobre a criptoforia, a identificação endocrípica e o fantasma. O fantasma tornou-se, então, uma consequência lógica dessas exposições de idéias conduzidas até agora: tal é a discrepância da cripta com relação à tópica como a concebemos, tão extraordinário e acidentário é seu isolamento e sua permanência no psiquismo que a possessão, a experiência inopinada de algo autônomo agindo em mim, dentro de mim, torna-se inevitável. Entretanto, mais um fator tem que ser levado em conta no surgimento do fantasma: a transmissão do segredo vergonhoso, da cripta e da identificação endocrípica entre as gerações. Isso quer dizer que o fantasma será vivido pelas gerações seguintes:

(...) o fantasma é uma formação do inconsciente que tem a particularidade de não ter nunca sido consciente – e com toda a razão –, e de resultar da passagem – cujo modo resta determinar – do inconsciente de um dos pais ao inconsciente do filho. O fantasma tem manifestamente uma função diferente do recalçado dinâmico. Seu retorno periódico, compulsivo e que escapa até à formação dos sintomas (no sentido do “retorno do recalçado”) funciona como um ventríloquo, como um estranho com relação à tópica própria do sujeito. (ABRAHAM, 1995f, p. 393 e 394)

Para os autores, o fantasma é o surgimento de uma entidade psíquica independente, autônoma, que surge como decorrência das complexificações transgeracionais que podem ocorrer na identificação endocríptica. Isso quer dizer que o objeto que jaz na cripta na verdade não está morto, está sendo mantido vivo pelo próprio sujeito, assim como a conservação da cripta que é erguida se mantém como uma espécie de monumento ao objeto. A posse dessa cripta, decorrente de um segredo vergonhoso e incestuoso que não pôde ser admitido, irá gerar uma espécie de ponto cego no inconsciente do sujeito que será transmitido para as gerações futuras (filhos, netos etc.) na forma de uma possessão, de um fantasma, que não é criação do desejo dos descendentes é, assim como vimos nos interjetos de Bollas, o trabalho de um outro efetuado e ativo nesse psiquismo.

O luto indizível instala no interior do sujeito uma *sepultura secreta*. Naurna repousa vivo reconstruído a partir de lembranças de palavras, de imagens e de afetos, o correlato objetual da perda, enquanto pessoa completa, com sua própria tópica, bem como os momentos traumáticos – efetivos ou supostos – que haviam tornado a introjeção impraticável. Criou-se, assim, todo um mundo fantasístico inconsciente que leva uma vida separada e oculta. Acontece, entretanto, que, por ocasião das realizações libidinais, à meia-noite, o fantasma da cripta vem assombrar o guardião do cemitério, fazendo-lhe sinais estranhos e incompreensíveis, obrigando-o a realizar atos insólitos, infligindo-lhe sensações inesperadas. (ABRAHAM E TOROK, 1995c, p. 249 – itálicos dos autores).

Esse objeto encriptado constituído de lembranças, palavras, imagens e afetos, até a possibilidade de constituir-se como uma pessoa total, poderá ser revivido como um fantasma, ainda mais estrangeiro e dispare, pelas próximas gerações. Ele não é um recalado, nem para o próprio criptóforo ou para suas gerações seguintes, como vimos, estamos tratando de um campo onde o simbólico deixou de operar, assim como a própria transferência, que também depende das possibilidades metafóricas do psiquismo. Para N. Abraham e Torok, a incorporação, a cripta e o fantasma aniquilam essa dimensão

metafórica, sendo os fenômenos mais antimetafórico presente no psiquismo: “Mas o mais radicalmente antimetafórico de todos é a própria incorporação: *ela implica a destruição fantasística, do ato mesmo pelo qual a metáfora é possível: o ato de pôr em palavras o vazío original, o ato de introjetar.* (Idem, 1995c, p. 251 – itálicos dos autores).”

Da mesma forma que Ferenczi, Nicolas Abraham e Torok problematizaram a questão da transferência a partir de suas contribuições originais aqui apresentadas. Para o inventor do conceito de introjeção, esse fenômeno de abarcamento egóico é a base que propicia e sustenta a transferência. Não haverá transferência enquanto o analista estiver fora da área de introjeção do seu paciente. Porém, o encontro analítico, irá propiciar essa atividade egóica do paciente que, após algumas sondagens inconscientes, irá abarcar o analista trazendo-o não apenas para dentro das áreas de interesse do ego, mas, colocando-o dentro da sua fantasística, açambarcando-o para o interior de sua trama objetal, tornando-o objeto de seus investimentos pulsionais e, principalmente, tomando-o como mais um dos elementos de suas trocas simbólicas. Por essa mesma linha de raciocínio, Nicolas Abraham e Torok, irão trabalhar sobre a ausência de transferência nos casos endocrípticos. A cripta é a prova da impossibilidade da introjeção, logo, não havendo introjeção, ou ainda, onde ocorreu uma incorporação, não serão possíveis trocas simbólicas, muito menos a transferência. Vejamos:

O que falta, sobretudo, é a transferência para o analista. Na falta do quê, as palavras pronunciadas parecem vazias de todo o conteúdo atual. Palavras intemporais que não se dirigem a ninguém. O atual, se é que existe – temos razões para duvidar –, são as narrativas indefinidamente reiteradas, fracassos do dia e de todas as queixas por ter chegado lá. Nada de acusação nem de projeção: tudo é assumido quase que conscienciosamente demais. Sentimo-nos entediados e sonolentos. (NICOLAS ABRAHAM E TOROK, 1995d, p. 289)

Na cripta se encontra o objeto que o interdito da perda iria torná-lo metafórico. Essa ausência essencial abriria esse objeto, derivando-o em outros representantes, para o mundo das substituições simbólicas, próprias do recalçamento e do inconsciente dinâmico. Entretanto, a assertiva de não poder tê-lo, não compreendida pela incorporação, levou o criptóforo ao sequestro desse objeto em si, objeto a partir do qual se anunciariam, por exemplo, o desejo, o sonho e a transferência. Não há mediação simbólica nessa relação, o objeto penetra no psiquismo por um atalho no qual ele não será cotejado nem como representação de algo, nem como representante de nada, a partir de então ele não se faz representar, ele apenas se apresenta: o fantasma. Sobre ele não cabe nem mesmo a palavra, pois essa já é uma forma de mediação entre nós e nossos objetos, ela já supõem um certo luto com relação à coisa-em-si, uma certa distância tópica e a criação de espaços diferenciadores que não foram possíveis na identificação endocríptica que permanecerá, conseqüentemente, impossível de ser anunciada. Suas aparições em atuações (palavras que nada dizem ou ações) levarão paciente e analista a um longo período de espera até novas palavras, carregadas de sentido e simbolismo, possam transitar entre eles.

Parece haver algo em comum na relação entre a identificação endocríptica, o fantasma e os outros objetos ou elementos (não nos esqueçamos dos elementos-beta de Bion) presentes no psiquismo que vimos nesse capítulo. Todos eles guardam uma relação problemática, senão impossível, com a transferência. Todos eles ganharam pouquíssimas elaborações, permaneceram como uma coisa-em-si, não simbolizada, não simbolizável no psiquismo. Vimos isso com os elementos-beta de Bion que só se prestam à identificação projetiva e não à transferência; esse ponto também está presente nos interjetos de Bollas que não são criações do sujeito em decorrência de suas elaborações e simbolizações; e no

caso do superego arcaico kleiniano, os objetos que o constituem, devem permanecer fora da vida mental do sujeito, suas intensidades pulsionais estão bem além do nível ótimo de excitação que o psiquismo necessita para seu funcionamento, ou seja, são objetos ou fantasias tão aterrorizantes que permaneceram cruas, não elaboradas no psiquismo, sendo tarde demais para reintegrá-las. Esses pontos em comum nos comunicam algo importante: os objetos ou elementos que deveriam estar recalçados para dar movimento ao devir transferencial do sujeito estão presentes no psiquismo por outras modalidades de estadia e de pertencimento. Cada um deles privilegiando formas específicas reativas de aparições: as identificações projetivas e as coisas-em-si no caso dos elementos-beta, as dissociações no caso dos interjetos, as cisões nos objetos do superego arcaico, as incorporações na cripta e as possessões no caso do fantasma. Estão todos eles, de alguma forma, fora da tópica do próprio sujeito, manifestando-se por outras formas de comunicação e apresentação que não a transferência. Temos aqui as evacuações, as possessões, as obsessões e compulsões. Nicolas Abraham e Maria Torok nesse ponto fazem sugestões técnicas que nos são muito esclarecedoras:

(...) o mesmo não ocorre com o fantasma que se apresenta propriamente inanalísável por tais meios (a interpretação do desejo inconsciente). Ele não será chamado a desvanecer, ao contrário, a não ser quando for reconhecido seu caráter de heterogeneidade radical com relação ao sujeito com o qual ele nunca tem referência direta e ao qual ele não saberia se referir como sua própria experiência recalçada, mesmo enquanto experiência de incorporação. (ABRAHAM, 1995f, p. 395) (entre parênteses nossos). (...) Para ter acesso aos conflitos próprios da paciente, será necessário, primeiramente, proceder de modo que o fantasma se desvaneça e, enquanto isso, substituir a questão: que recalque retorna do sintoma? por esta, qual é a natureza do fantasma que volta a encarnar? (TOROK, 1995g, p. 402) É evidente que tal dessimplificação do analista só pode se realizar a favor de algum artifício conjunto do tipo: interpretação edipiana. Desde que se interprete o Édipo sozinho, disfarçando o fantasma, limitamo-nos à sugestão terapêutica. Apenas a análise variada do fantasma do Édipo (e não esqueçamos que Freud inventou esse Édipo para se curar de seu próprio fantasma) merece o nome de uma análise, desta vez não mágica, como a precedente, mas que permita atingir o fundo concreto humano. (Idem, p. 409)

Cada um desses objetos e elementos apresentados por nós se constituiu por uma via diferente. Os elementos-beta são tanto intensidades pulsionais (do ponto de vista endógeno) como dados sensoriais puros (do ponto de vista exógeno). Os interjetos são objetos de outro, trabalho de outro, instalados dentro de nós já em forma acabada, nós não os criamos aos poucos pelos processos de identificações derivando-os simbolicamente, como ocorre com nossos outros objetos. O superego arcaico kleiniano é derivado de cisões violentas que têm a intenção de afastar objetos maus tão terríveis que são apartados para uma área específica do psiquismo, eles se constituíram não apenas por tentativas de identificações e introjeções traumáticas, mas, também, pelo exercício pulsional desbalanceado, pelas ocorrências de defusões pulsionais e pelos desencontros entre nós e nossos objetos primários. Enfim, temos a identificação endocríptica e o fantasma que surgem de uma perda inaceitável e inaceitada, surgem da incorporação incestuosa do objeto, com todas as consequências nefastas que decorrem daí. Acreditamos que no decorrer dessa tese, aos poucos, esses habitantes singulares do psiquismo tornar-se-ão mais familiares a nós, apresentando-nos uma dimensão intransferível do psiquismo, uma dimensão com uma rotina, uma cidadania e um dia-a-dia próprios, carente de reconhecimento e trabalho psicanalítico.

4) FUNÇÕES E DESCONTINUIDADES: A INTRANSFERIBILIDADE COMO UM ESTADO DO SELF

Prelúdio

Uma das formas possíveis de se indagar sobre a não constituição do devir transferencial é examinando a qualidade da experiência com o objeto primário e o estado desse objeto a partir do qual as transferências ocorreriam. Encontramos um exemplo disso quando Fédida (1988) retoma a pedra fundamental da transferência: ela comporta uma reedição. No fenômeno transferencial existe a presença de um terceiro elemento ausente que provoca uma interferência – um ruído - na comunicação analista/ analisando. Daqui se retiram temas e variações sobre as pistas desse terceiro elemento que nos remete a uma outra cena, uma outra realidade, ruidosa e velada. Entretanto, Fédida (1988) se pergunta: e quando esse objeto não existe que campo se constituiria? Além da questão da existência ou não desse objeto, a outra pergunta é: em que estado esse objeto se encontra, como ele está? Essa outra pergunta, inclusive, caríssima às teorias das relações objetais de Klein e Fairbain naquilo que elas têm de mais surpreendente que é sua “objetologia fantástica” – para usar um termo de Baranger (1976). Deste ponto de vista, a qualidade da transferência e até sua possibilidade se dará pela qualidade dessa experiência e pelo estado desse objeto a partir do qual o jogo começa. É ele quem dirá o que você pode e até onde você irá.

Aqui se colocam os trabalhos de Abraham e Torok (1995), Fairbain (2000), Green (1976, 1980, 2003, entre outros), Winnicott, Klein etc. Contudo, grande parte da perspectiva objetal que chama nossa atenção para esse estado do objeto primário - que poderia inviabilizar as possibilidades mais “saudáveis” de transferência – falam de uma

relação especial entre o self e esse objeto, uma relação inconsciente que não pode ser abandonada. Isso será mais ou menos enfatizado, dependendo do autor. Abre-se, dessa forma, o caminho para uma técnica e uma ética que inclui uma responsabilização pelas escolhas inconscientes (no caso, responsabilização por essa forma de ligação e apego a esse objeto e a recusa em abandoná-lo). O sintoma, então, pode passar a ser visto como testemunho desse vínculo incestuoso³¹, ligação que luta para que não venha a ser rompida, e que será mantida pelos mais diversos fatores a um custo altíssimo para o desenvolvimento do sujeito, ou seja, nessa perspectiva, grosso modo, o paciente não melhora pois “não larga o osso”. Pacientes mais cansativos ou perturbadores tendem a receber mais interpretações nessa linha e de forma mais direta.

Entretanto, interpretações desse tipo costumam não levar em consideração que, independente desse vínculo que não pode ser desfeito, apesar dele existir (pois negá-lo seria negar uma evidência clínica), há um trabalho já efetuado no self pelos acontecimentos desafortunados dessas relações. Isso significa dizer que funções não se estabeleceram, limites não se constituíram, deformações e descontinuidades se formaram, enfim, tudo aquilo que se apresenta em nossa literatura e que foi possível se pensar em termos de um self inacabado ou mal constituído. Para lembrar Ferenczi (1933), um eu distorcido pelo evento de excitações que não puderam ser trabalhadas pelo aparato psíquico e que levaram a uma alteração do eu e não a uma alteração da excitação – para ele, alterações do eu em termos de clivagens. Autores como Winnicott, Ferenczi, entre tantos outros, sabiam disso. Kohut foi claro ao propor uma transposição do paradigma do “homem culpado” psicanalítico para o “homem trágico” psicanalítico, numa tentativa evidente de mudança

³¹ Ver a argumentação de Souza (2003) de que a concepção de castração de Lacan borrou os limites entre o edípico e o pré-edípico em psicanálise.

nessa perspectiva. Nós é que nos esquecemos disso e partimos para interpretações fáceis e de uma mensagem unívoca: “largue o osso”. Isso principalmente quando não sabemos o que fazer com esses pacientes com os quais o trabalho psicanalítico pouco opera. Castracizamos (Green, 1980) o paciente sem nos perguntar sobre essa outra gama de eventos, tentando a generalização de um modelo e arrastando, assim, a contenda para um terreno mais familiar. Acabamos fazendo isso mesmo quando sabemos que mais do que o testemunho de um vínculo não abandonado, os sintomas podem estar falando de tentativas de controle do traumático, formas espontâneas do psiquismo de correção do seu funcionamento, automatismos, clivagens e dissociações, ou seja, falam de uma condição, situação ou estado do self que define suas possibilidades. Nesse sentido, “largue o osso” é não só bastante ingênuo e temerário na condução de uma análise dessas, como simplista demais frente às complexidades metapsicológicas e psicopatológicas que hoje conhecemos. Proporemos, então, uma discussão a partir de algumas considerações winnicottianas e, em seguida, a partir um caso clínico atendido por ele.

4.1) Criatividade primária, posse do objeto transicional e função transicional

De vez em quando Deus me tira a poesia
Olho pedra, vejo pedra mesmo.
(Adélia Prado)

Menos do que essas entidades separadas no self, estranhas e contidas no próprio psiquismo que vimos no capítulo 3, nos dedicaremos agora ao que poderíamos pensar sobre uma intransferibilidade como um estado, uma situação do self. Isso ficará mais claro em nossa abordagem a partir da obra de Winnicott. Ao falarmos de descontinuidades do self

nos referimos prioritariamente, na obra de Winnicott, à “não-integração/integração”, “desintegração” e “dissociação”³². Outros elementos da teoria winnicottiana se ressaltam para nosso estudo, após essa base dada pelo par integração/não-integração, que seriam as descontinuidades não do self, mas da “experiência do self”, aquilo que Winnicott chamou de quebras na continuidade de ser. Ao falarmos desse outro ponto de vista (descontinuidades na “experiência do self”), somos levados a outros processos tais como: “ilusão/desilusão”, “transicionalidade”, “o brincar”, “sentir-se real”; e por outro lado: “angústias impensáveis”, “o medo do colapso”, “despersonalização”, “falso self”. Um dos pontos cruciais do pensamento winnicottiano é o fato de que, para o autor, a realidade não é um fato para o bebê, ela não está dada e podemos, portanto, estarmos no mundo de formas bastante diferentes, no que diz respeito a esse surgimento e a essa invenção da realidade, que cada bebê tem que construir e descobrir em sua relação com o ambiente. Por consequência, cada um de nós terá no decorrer de nossas vidas uma relação idiossincrática com a realidade. Entretanto, para Winnicott, a realidade só emergirá e ganhará sentido para o bebê se houver uma profunda afinidade e adaptação entre ele e o seu ambiente, nesse momento, a mãe. A adaptação aqui necessária é aquela que promove o acontecer da criatividade primária do bebê, fundada na ilusão. Winnicott será enfático nesse ponto: sem a experiência da ilusão não há a criação de uma realidade com sentido, de uma senti-se real e de uma vida digna de ser vivida.

Em termos do bebê e do seio materno (e não estou declarando que o seio é essencial como veículo do amor materno) o bebê tem instintos urgentes e idéias predatórias. A mãe tem o seio e o poder de produzir leite, e a idéia de que ela gostaria de ser atacada por um bebe faminto. Esses dois fenômenos não têm relação entre si até que a mãe e a criança *vivam uma experiência juntos*. (...) Eu penso esse processo como se duas linhas viessem de direções opostas, podendo aproximar-se uma da outra. Se elas se sobrepõem, existe um momento de *ilusão* –

³² Em Ferenczi teríamos as “clivagens do ego”.

uma partícula de experiência a qual o bebê pode considerar como *ou* sua alucinação, *ou* uma coisa pertencente à realidade externa. (WINNICOTT, 1945, p. 152 – itálico do autor)

Vemos uma relação complexa e inseparável entre a criatividade primária, a possibilidade de ilusão, o sentir-se real e o sentimento, o sentido de realidade. Nesse sentido, encontramos coisas muito interessantes nos conceitos winnicottianos sobre o que queremos propor nesse trabalho. Isso se dá de tal maneira que em certos momentos quase seria possível trocar a díade transferível/intransferível para o “brincar/não-brincar”, ressalta-se que a questão se torna relativa a um “estado” e não a uma “coisa”.

Essa troca pela díade “possibilidade de brincar/impossibilidade de brincar”, respeita uma lógica metapsicológica: a transferência é, conforme discorremos na Introdução, uma das formas através das quais o brincar winnicottiano se realiza na sala de análise. A materialização do brincar em análise (isso não obstante as atividades lúdicas das análises com crianças) está no jogo transferencial, com toda a liberdade que ele exige e com todas as artimanhas que ele comporta. Nesse sentido fica claro para nós que não seria possível a mesma troca pela díade representável/irrepresentável, estamos falando de algo bem diferente, basta vermos o quanto de representável está presente nas discussões do capítulo 3. Falamos de uma possibilidade de liberdade psíquica e de substituições simbólicas a partir dos objetos primários no decorrer da vida. Essa delicada relação inicial foi o centro das preocupações de Winnicott como psicanalista.

Proporemos uma citação um pouco longa de Winnicott que pode nos ajudar muito em nossas reflexões:

Eventualmente um desses bebês (os afortunados) crescerá para dizer: ‘Eu sei que não existe contato direto entre a realidade externa e eu mesmo, há apenas uma ilusão de contato, um fenômeno intermediário que funciona muito bem para mim

quando não estou cansado. Eu não me importo em nada se existe nisso um problema filosófico envolvido'

Bebês com experiências um pouco menos afortunadas são realmente incomodados pela idéia de não existir um contato direto com a realidade externa. Pesa sobre eles o tempo todo uma idéia de perda da capacidade de relacionar-se. Para eles o problema filosófico se torna e permanece sendo vital, uma questão de vida ou morte, de alimentação ou fome, de amor ou isolamento.

Os bebês ainda menos afortunados, aos quais muito cedo o mundo foi apresentado de maneira confusa, crescem sem a capacidade de ilusão de contato com a realidade externa; ou então a capacidade deles é tão delicada, que se quebra num momento de frustração, desenvolvendo uma doença esquizóide. (WINNICOTT, 1988, p. 115 – entre parênteses nossos).

Apenas salientando: para Winnicott há a necessidade da sustentação dessa “substância” (ele se recrimina por usar esse termo em uma ocasião) entre eu/mundo, mãe/bebê, que sustenta nossa ilusão de contato com a realidade. Essa substância é um dos produtos do fenômeno transicional que só pode lograr êxito quando herda um bom histórico de experiências nas questões ligadas à primeira mamada teórica e à criatividade primária. Em seu livro *Certeza do Agora*, Pessanha (2006) nos apresenta em um de seus ensaios a imagem poética de uma aranha suspensa no ar, sustentada por sua rede de teias. Sabemos, e a aranha deve saber também, que ela está suspensa sobre um abismo, mas ela não parece preocupada com isso enquanto anda pela sua teia e captura seus insetos. Evidentemente, quanto mais fios sua teia tiver, mais segura ela estará. A aranha está suspensa sobre o nada, sustentada pela sua teia. Winnicott parecia saber dessa nossa condição, pois para esse autor estamos também suspensos sobre o nada, sustentados pela nossa teia. Essa nossa teia começa a ser tecida nas primeiríssimas trocas entre o bebê e o seu ambiente, no início, ambiente mãe. Estamos falando de novo das vivências da primeira mamada teórica e da criatividade primária. Assim, como no caso da aranha, nossa a teia pode ser composta de muitos fios (dadas experiências boas nessas primeiras relações), ou poucos fios (em virtude da carência dessas experiências boas). Para os mais afortunados a teia é uma certeza, o abismo se esguelha, mas não se torna uma questão dolorosa; para os menos afortunados a

esperança na teia é duvidosa, a confiança tem que ser testada a todo o momento e o abismo uma ameaça constante, outros com um ou dois pares de fios permanecem imóveis aterrorizados por um abismo que os engole de tempos em tempos.

Essa ameaça da perda da capacidade de se relacionar com a realidade parece funcionar como se a relação com o mundo (em termos, inclusive, transferenciais) fosse um “programa que não roda direito” no qual o espaço transicional não se estabeleceu com segurança deixando o sujeito a mercê da concretude da “pedra”, aquela de Adélia Prado. As angústias impensáveis apresentam essa marca como uma ameaça de ser retirada do sujeito essa dupla ligação: a retirada da poesia (no caso da pedra de Adélia Prado) e rompimento ou retirada da teia (no exemplo da aranha de Pessanha). No caso da teia estaríamos mais próximos da perda do holding e do cair para sempre, no caso da poesia a perda do objeto transicional, uma transicionalidade pouco estabelecida. Para Winnicott todos nós trazemos a marca dessa ameaça que, entretanto, pode se fazer mais presente ou menos presente dependendo da nossa sorte em nossas experiências iniciais com o ambiente. Nesse contexto é importante ressaltarmos que, inicialmente, o brincar diz respeito justamente a essa capacidade de habitar um mundo apesar dessas ameaças existirem. O brincar significa dar seguimento à tarefa de ser, sob um fundo de não-ser, poder estar em trânsito, transitar, transferir-se entre essas duas dimensões sem necessitar agarrar-se em nenhum dos seus dois pólos. Essas oscilações em polaridades existência/não-existência, integração/não-integração, ser/não-ser, antes de serem questões da psicopatologia, são o nosso próprio viver, que quanto mais criativo possa ser, mais nos reassurará sobre nossa liberdade de trânsito e sobre nossa continuidade de ser.

Poderíamos dizer que grande parte do esforço intelectual winnicottiano desemboca no livro “O Brincar e a Realidade” de 1971, no qual as perdas dessa possibilidade de estar

no mundo, sustentada pelas primeiríssimas relações e posta em funcionamento pela transicionalidade, impedem o brincar. Então, se considerarmos que a materialização do brincar na situação analítica é o jogo transferencial, é a criação específica do campo transferencial que pode vir a termo ou não. Aqui, estamos mais perto do que queremos dizer com o intransferível. Vejamos algumas idéias a respeito dessas intercorrências em Winnicott, estaremos concentrados em O Brincar e a Realidade (WINNICOTT, 1971) e Natureza Humana (1988)³³, naquilo que o autor denominará de um fracasso nas primeiras relações mãe-ambiente/bebê. Há dois pontos que queremos salientar: o fracasso na constituição da criatividade primária e o fracasso na posse e funcionamento do objeto transicional.

Winnicott descreve várias consequências da falha nessas primeiras relações entre o bebê e o ambiente. Entre elas, o sentimento de caos, o aumento da cisão inicial do bebê, a dissociação, a desintegração, a despersonalização, o cair para sempre, o medo do colapso, o falso self etc. É importante salientar que elas dizem respeito a um aumento gradual do sentimento de irrealidade e a uma perda do sentir-se real³⁴. São possibilidades defensivas (o caos, a desintegração, a dissociação, o falso self) e estados perturbadores instalados no self (a despersonalização, o cair para sempre, o medo do colapso, o sentimento de irrealidade). Vejamos que, ao mesmo tempo em que estamos falando de possibilidades de movimentos, transitividade, transicionalidades, transferências, Winnicott vai usar imagens de

³³ Para essa obra, utilizaremos a referência da edição em inglês de 1988, porém, o livro a Natureza Humana é, inicialmente, uma compilação de palestras dadas por Winnicott a partir de 1936, principalmente para professores do segundo grau e para assistentes sociais. Em 1954 ele tentou uma primeira versão desse livro, segundo sua esposa, Claire Winnicott (no prefácio), “Desde então até o momento da sua morte, Winnicott não cessou de revê-lo e revisá-lo”. Desse modo, é impossível precisar a data na qual os trabalhos foram escritos.

³⁴ A preocupação winnicottiana com esses dois fatores, nós faz lembrar que, assim como Kohut, Winnicott não está tão preocupado com o desenvolvimento do psiquismo como um aparelho e, sim, numa perspectiva mais existencial, está preocupado com o self, ou seja, o sentimento de si mesmo, a noção de si próprio que nos dá a certeza de que existimos e somos reais nesse mundo.

imobilidade, congelamento, paralisia, descontinuidade, para relatar a fenomenologia das consequências desses fracassos nessas relações e tarefas iniciais. Assim como usará de formas e imagens que dizem respeito à recuperação da possibilidade dessa continuidade, de descongelamento desse devir.

É preciso incluir na teoria do desenvolvimento de um ser humano a idéia de que é normal e saudável para o indivíduo ser capaz de defender o self contra falhas específicas do ambiente através de um *congelamento da situação de falha*. Ao mesmo tempo há a concepção inconsciente (que pode vir a ser uma esperança consciente) de que uma oportunidade poderá ocorrer no futuro para uma nova experiência, na qual a situação da falha será possível de ser descongelada e re-experenciada, com o indivíduo num estado regressivo em um ambiente que pôde prover a adaptação adequada. (WINNICOTT, 1954, p. 281 – itálicos do autor)

Tentaremos ver com a ajuda de André Green como extrair daí uma discussão a respeito da não transicionalidade como uma forma de experiência dolorosa de contato com a realidade e como uma impossibilidade de emergência ou sustentação da função simbólica e, nesse sentido, a impossibilidade ou dificuldade do self entrar em seu devir transferencial. Apresentamos aqui uma definição de André Green (2003, p. 72 – grifo do autor) sobre a transicionalidade de Winnicott: “Recordemos que espaço transicional não está apenas ‘entre’: é um espaço onde o sujeito futuro está em transição, uma transição em que ele toma posse de um objeto criado na vizinhança de um objeto externo real, antes de alcançá-lo”. Acostumamo-nos a pensar no espaço transicional assim como está presente no nome do conceito, a partir de uma noção espacial. Green ressalta aqui uma dimensão temporal, ou seja, no espaço transicional o sujeito é ultrapassado por ele mesmo, instaurando-se num outro tempo no qual a posse da transicionalidade irá, de novo, atirar-lhe para além de si mesmo. A transicionalidade é um espaço, uma morada, mas é também um fenômeno temporal de liberdade: liberdade de trânsito e liberdade objetal com relação à dependência

da concretude do objeto e do agora. Quando um bebê se apropria da transicionalidade frente à ausência materna, ele está se libertando da exigência da mãe em si e está anunciando uma transição de si mesmo para esse momento futuro, essa novidade que ele agora experimenta em si mesmo, uma nova possibilidade de sustentação do self frente às vicissitudes do ambiente, ou seja, o self está em devir.

Esse fenômeno, deixemos claro, não é compatível ponto a ponto com a experiência pulsional. Porém, no que diz respeito a esse ganho de relação com a realidade, podemos encontrá-lo tanto na experiência da pulsionalidade, (a gradual inter-relação princípio do prazer/princípio de realidade) quanto nessa experiência de aquisição da transicionalidade. O que é importante ressaltar é que Winnicott não está falando de gratificação pulsional, o ganho nesse caso se dá em termos de criatividade, uma criação de si e do mundo. Não é um ganho na relação com uma realidade já posta contra a qual irá se chocar nossos desejos e nossas tentativas de gratificação infantis, o ganho no caso winnicottiano é da construção, da invenção da realidade pelo bebê, por isso esse ganho se coloca na dimensão da criatividade. Ao abordarmos o fenômeno da criatividade primária isso ficará mais claro. Sobre essa diferenciação Winnicott (1948, p. 163) ressalta:

Devemos dizer então que através da adaptação ao impulso do bebê, a mãe permite ao bebê a *ilusão* de que aquilo que está ali foi criado por ele; como resultado não existe apenas a experiência física de satisfação instintual, mas ocorre também uma ligação emocional, e o início de uma crença na realidade como algo sobre o qual é possível ter ilusões. (Itálicos do autor).

Winnicott empenhou muitos esforços para tentar explicar sobre o que ele não estava falando quando expunha suas idéias sobre a criatividade primária, a possessão do objeto transicional e sua transicionalidade. Duas coisas se destacam nessa sua luta de

diferenciação. A primeira é que ele não está falando de satisfações pulsionais ou da constituição psíquica conquistada a partir do princípio do prazer. A segunda, é que na possibilidade de aquisição do objeto transicional ele não está falando a respeito de um estado que já seria representacional. Por exemplo, o “simbolismo” (termo que ele usa), possui uma relação às vezes complexa com o objeto transicional, aqui Winnicott se empenha numa tarefa de diferenciação árdua, em parte pela sua necessidade de não ver o conceito de objeto transicional igualado ao conceito de objeto interno kleiniano. Essas defesas encontram-se disseminadas em toda a sua obra. Gostaríamos de nos ater a duas delas.

O primeiro argumento presente em vários artigos é que, ainda que nos propuséssemos a satisfazer inteiramente as exigências pulsionais³⁵ de um bebê, ou seja, dando a ele o alimento quando ele tem fome, o líquido quando tem sede, aquecendo-o no frio e resfriando-o no calor, além dos cuidados com sua higiene pessoal, isso não garantiria sua sobrevivência. Isso significa que se não for dado ao bebê a ilusão de estar criando o mundo, a realidade não se constitui para ele ou se constitui de forma problemática. Para Winnicott, o ser e o viver são tarefas complexas nas quais estarão em jogo a relação e a construção da realidade e da experiência de sentir-se real. Aqui se colocam as questões da morte em vida e de toda a emergência das condições clínicas pré-self (os transtornos de caráter – estados borderline, esquizóide, narcísicos – e as psicoses). As vicissitudes do não ser passa a ser focalizada para esse autor, colocando suas preocupações no centro das questões da negatividade em psicanálise, isso porque, para Winnicott, nem o existir do

³⁵ Aqui, por vezes ele cita Sptiz e o conceito de “hospitalismo”, mas não cita Bion em sua questão apresentada no Aprender com a Experiência (BION, 1962): se o trato digestivo cuida do leite ingerido pelo bebê o que cuida do “amor” (termo dele) que é juntamente transmitido ao bebê? Em seguida Bion completa dizendo que a *réverie* é a maior demonstração de amor que um ser humano pode dar ao outro.

bebê, nem a realidade são elementos dados, eles serão construídos dentro de uma série complexa de tarefas. Winnicott só pôde chegar nesse ponto de investigação (o negativo), pois sua teorização e sua clínica admitem isso, ou seja, em sua psicanálise não será só estudada as vicissitudes do ser (os obstáculos, as ocorrências, as dificuldades que encontramos enquanto "somos" - em toda a sua positividade – como se apresenta na obra de Freud). Winnicott abre para os estudos das vicissitudes do não-ser, quer dizer, é possível estudar as formas diferentes do não acontecer humano.

No tocante às relações entre as satisfações pulsionais e a criatividade primária, Winnicott (1988, p. 103) salienta: “Quando tudo caminha bem, o bebê estará apto para descobrir o mamilo, e isso é em si mesmo um tremendo evento, independente de todo o conjunto do ato de alimentação”. A possibilidade da morte do bebê passa a ser relativizada com o acréscimo dessa dimensão negativa, há uma morte em vida possível. O paradoxo é que existem diversas formas de estar morto continuando a existir, isso nas mais diferentes relações entre o ambiente, o bebê e a realidade, entre ele e o sentir-se real: “Em matéria do manejo prático o bebê que falha em fazer contato com a realidade externa habitualmente não morre. Através da persistência daqueles que cuidam do bebê, ele é seduzido a alimentar-se e a viver, ainda que as bases para esse viver sejam débeis ou mesmo ausentes”. (Idem, p. 107).

O segundo argumento é que Winnicott não se importa se o objeto transicional representa o seio da mãe, a mãe, o objeto interno ou o externo. As questões relacionadas a esse estatuto representacional não importam. O fundamental é o uso que é feito do objeto transicional, ele mesmo, mais do que seu caráter representacional, o que está em jogo é qual a experiência que o objeto transicional veicula e não, exatamente, o que ele significa. Winnicott está tratando da constituição do self, ou seja, da consolidação de experiências

que darão sustentação para que uma noção de existência e de realidade se estabeleça. Diferentemente, a questão da representação presente no objeto transicional já é da ordem do estabelecimento de um mundo interno, de uma subjetividade com seus conteúdos e intercorrências.

É verdade que um pedaço do cobertor (ou o que quer que seja) é simbólica de algum objeto parcial, tal como o seio. No entanto, o ponto importante não é seu valor simbólico, mas sua realidade. (...) Quando o simbolismo é empregado, o bebê já está pronto para distinguir claramente entre fantasia e fato, entre objetos internos e objetos externos, entre criatividade primária e percepção. Mas o termo objeto transicional, de acordo com minha sugestão, abre caminho ao processo de vir a ser capaz de aceitar diferença e similaridade. Eu penso que há uso para um termo que designe a raiz do simbolismo no tempo, um termo que descreva a jornada do bebê desde o puramente subjetivo para a objetividade, e parece-me que o objeto transicional (pedaço do cobertor etc.) é o que percebemos dessa jornada de progresso no sentido da experimentação. (WINNICOTT, 1971, p. 6).

O simbolismo enquanto função não está operante ao tratarmos dessas questões absolutamente precoces da criatividade primária e do objeto transicional. No caso mais preciso a respeito desse último, o que presenciamos é o nascimento gradual dessa possibilidade. Porém, isso não significa que do ponto de vista de um observador com uma capacidade representacional constituída e preservada, o objeto transicional não represente nada. O que esse observador nota é o mundo representacional e simbólico que está em devir, o observador se adianta no processo de “trânsito” (ou nas palavras de Green (2003) no processo “... do sujeito futuro que está em transição...”), ao observar o fenômeno da transicionalidade. O objeto transicional do ponto de vista do adiantar-se desse observador estará representando algo, porém, a experiência do bebê, nesse mesmo momento, é a dos primeiros passos que darão sustentação para a emergência de um mundo interno representacional. Para o bebê, trata-se da constituição de um espaço e não as intercorrências entre os conteúdos desse espaço. Num exemplo curioso ele defende que não teríamos

mesmo controle sobre o que ele representaria (ele cita o exemplo da hóstia como símbolo diferente para religiões diferentes). Isso não significa que, por não ser uma constante, nós não devamos nos ocupar dessas questões representacionais, como poderia parecer nesse exemplo de Winnicott. Estamos de novo vendo a necessidade do autor em se discriminar, isso quer dizer que com relação a esse fenômeno, importa mais a função ou o espaço interno sendo criado, do que sua representação.

Winnicott não nega que haja experiência de satisfação pulsional ou que o “cobertor” possa representar algo, contudo, ele enfatiza que não é dessa natureza de fenômenos que ele está falando. Como em seu exemplo paradigmático da amamentação, o modelo que está em jogo é o da mãe que segura seu bebê e não o da mãe que satisfaz o bebê pulsionalmente. O autor se colocaria mais na posição de um exame da emergência do simbólico, dos eventos anteriores à experiência representacional e à experiência pulsional. Winnicott está falando do ponto de vista do bebê e, portanto, para ele, não há razões para se falar de experiência pulsional quando ainda não se constituiu um ego capaz de se haver com um id. Nesse processo de posse, o objeto transicional não pode ser considerado um objeto interno, não é introjetado depois de usado, não tem um estatuto mental: ele é “uma posse”. É uma experiência que inicialmente não se colocaria na díade fantasia/realidade, não há a experiência de um mundo interno, ela instaura a possibilidade de criação do mundo interno. Por isso ele chama a aquisição do objeto transicional de “primeira posse não-eu”. Assim, Winnicott fala de uma primeira mamada teórica e da criatividade primária³⁶. Em diversas passagens diz que se o objeto transicional, após sua aquisição, representar alguma

³⁶ Assim Winnicott postula: “O conceito de criatividade primária é de originalidade absoluta, em oposição ao da projeção de objetos e fenômenos previamente introjetados (digeridos e reprocessados)”. (WINNICOTT, 1988, p. 112).

coisa, representa mais o objeto interno do que o externo, deixando entrever a função primordial de sustentação do mundo interno do objeto transicional.

Vemos, então, Winnicott sendo colocado na esteira de uma tradição que se inicia com as primeiras pesquisas de Ferenczi, enriquecidas pelas contribuições de Balint, do próprio Winnicott, Khan, Kohut e, num certo sentido, Bion. Essa tradição nos alerta que não é do fracasso ou sucesso da pulsão em sua busca de satisfação que eles tratam, não estamos frente àquele processo associativo de marcas que geram inscrições que geram representações que geram relações (FREUD – carta 52), embora esses processos também existam. Winnicott assevera que nessas conquistas que ele descreve, não há ainda a experiência do bebê de um id como algo articulado dentro de um psiquismo e de um circuito pulsional estabelecido, enfim, que uma boa mamada é boa se o bebê tiver a experiência de estar criando o seio e não apenas de estar experimentando a eliminação da tensão pulsional. Aqui o campo psicanalítico bifurca-se: numa direção estamos no campo das experiências cruciais que constituem o próprio si-mesmo, a experiência de ser sobre um fundo de não-ser, as experiências de ordem narcísica³⁷, de constituição do self. Na outra direção estamos cuidando das experiências entre frustrações e gratificações pulsionais que constituem o circuito pulsional e o psiquismo freudiano.

Vejamos um pouco mais a presença dessa discussão em Winnicott:

Esta primeira mamada teórica é também a primeira mamada real, exceto pelo fato de que a experiência real não é tanto um acontecimento singular mas uma construção de eventos da memória. Podemos dizer que por causa da extrema imaturidade do bebê recém-nascido, a primeira mamada não pode ser significativa como uma experiência emocional... (...) É difícil encontrar as

³⁷ A experiência é narcísica não no sentido freudiano do ego sendo tomado como pólo de investimentos pulsionais, experiência essa absolutamente necessária para a constituição do ego. Falamos de narcisismo no sentido desse termo se referir à auto- percepção de si mesmo, a conquista de uma experiência de unidade e de existência próxima ao que abrange o sentido do termo self.

palavras corretas para descrever este evento simples; mas podemos dizer que em razão da vitalidade do bebê e através do desenvolvimento de uma tensão instintiva o bebê passa a esperar alguma coisa; e então há um movimento de alcançar algo, que pode rapidamente tomar a forma de um movimento impulsivo da mão ou um movimento da boca em direção a um presumido objeto. Creio que não será inadequado dizer que o bebê está pronto para ser criativo. Haveria uma alucinação de um objeto, se houvesse material mnemônico para ser usado nesse processo de criação, mas isso não pode ser postulado considerando-se a primeira mamada teórica. (WINNICOTT, 1990, p. 100 e 102).

Essas são as vicissitudes encontradas naquilo que Winnicott descreve como anterior à posse transicional. Há um primeiro momento em que nada se representa, no qual estão em jogo as primeiras experiências de ser e de se criar um mundo possível, há um segundo momento de relacionamento com esse mundo em criação e há algo que dará sustentação ao intercâmbio, à transição entre esses dois momentos: a experiência da criatividade primária e dos primeiros passos rumo a aquisição da transicionalidade. A estabilidade dessas transições fornecerá a experiência de continuidade entre o bebê e o mundo, criando como que uma substância que nos sustentará com sucesso entre os pólos “ser e não-ser” da experiência: a presença de um campo transicional que poderá sustentar nossa presença no mundo. Então, instalados no campo transicional, de um lado não seremos destroçados pela realidade bruta sem nenhuma ilusão possível e, por outro lado, não seremos tragados pela nossa experiência subjetiva, onipotente, delirante. Também estaremos a salvo de sermos desconectados da realidade por um lado ou desconectados de nossa própria subjetividade de outro. O campo transicional nos salva da presença maciça ou da ausência maciça dos pólos objetivos e subjetivos da nossa experiência.

Aqui, o objeto é criado, possuído e depois passa a desempenhar a função transicional dando sustentação para a emergência de um mundo interno e representacional. Não é à toa que no livro *Natureza Humana* (WINNICOTT, 1988), há duas sessões distintas. A primeira é o *Desenvolvimento Emocional Característico da “Primeira Infância”* e os

capítulos têm os seguintes tópicos: Concern, Culpa, Realidade Psíquica, Pessoal Interna, Posição Depressiva, Repressão, Objetos Maus Internos, Riqueza Interna e Complexidade, Mundo Interno etc. A segunda sessão chama-se Desenvolvimento Emocional “Primitivo” com uma série longa de tópicos dos quais vale ressaltar alguns: O Valor da Ilusão, Os Estados Transicionais, O Fracasso do Contato Inicial, Criatividade Primária, o Bebê ao Nascer, a Filosofia do Real, Caos, Integração etc. Essas diferenças dos tópicos mostram a diferença entre a instauração do self, a conquista do mundo simbólico e um simbólico já em funcionamento com todas as tramas possíveis a partir dessa atividade. A questão é se o bebê conseguiu criar o objeto transicional e em seguida dar a ele essa função. Acreditamos que essa discussão será bastante importante no tocante ao intransferível como vamos tentar abordá-lo utilizando Winnicott.

4.2) Um caso de Winnicott comentado por André Green

Para Winnicott:

Como é bem conhecido, quando a mãe ou alguma outra pessoa de quem o bebê depende está ausente, não há uma mudança imediata pelo fato de que o bebê possui uma lembrança ou imagem mental da mãe, ou o que podemos chamar de uma representação interna dela, a qual continua viva durante certo período tempo. Se a mãe ficar longe por um período de tempo além de um certo limite mensurado em minutos, horas ou dias, então a lembrança, ou a representação interna, se esmaece. À medida que isso toma efeito, os fenômenos transicionais se tornam gradualmente sem sentido e o bebê fica incapaz de experienciá-los. Podemos observar o objeto tornando-se descatexizado. (WINNICOTT, 1971, p. 15)

No item Psicopatologia Manifestada na Área dos Fenômenos Transicionais (1971, p. 15), Winnicott apresenta o caso do “menino do cordão”. Veremos que há uma

semelhança, que não ocorre por acaso, entre esse caso winnicottiano e o estudo de Freud (1920) sobre o menino do carretel, o *fort – da*: ambos tratam da emergência da transicionalidade e do mundo simbólico, porém, cada criança em questão, experimentou uma sorte diferente na aquisição dessas possibilidades. No caso atendido por Winnicott, trata-se de um menino de sete anos de idade com uma queixa escolar de distúrbio de caráter. Winnicott não deixa claro o que isso quer exatamente dizer. Contudo, no transcorrer do texto isso se esclarece um pouco: por um lado pela doença depressiva da mãe e por outro lado pela especificidade dos sintomas do menino. A mãe do menino relata que seus cuidados com o filho foram estáveis até os três anos e três meses de idade da criança, quando nasceu a irmã do menino. Quando ele tinha quatro anos, sua mãe teve uma internação psiquiátrica de dois meses e nesse período ele ficou sob os cuidados da tia materna. Sua mãe vinha de um longo histórico de crises depressivas que não passaram após a internação. Nesse período de internação os primeiros sintomas do menino foram de uma “(...) compulsão a lambem coisas e pessoas; fazia barulhos compulsivos com a garganta; frequentemente ele se recusava a evacuar e, então, fazia uma confusão”. (Idem, p. 16).

No atendimento do menino, Winnicott propõe o jogo do rabisco e aparece, então, a questão dos cordões. O menino só produz, nesse jogo, desenhos relacionados a cordas: primeiro um laço, depois um chicote, um ioiô, um nó, em seguida um chicotinho etc. Após esse atendimento, Winnicott conversa de novo com os pais sobre esses cordões e esses contam que o menino possuía uma compulsão por amarrar coisas. Pela casa os pais sempre encontravam coisas amarradas umas às outras, estavam preocupados e não compreendiam essas atitudes do filho. Winnicott recomendou à mãe que conversasse com o menino sobre o medo dele da separação, de ficar sozinho, fazendo referência à internação psiquiátrica. Como efeito dessa intervenção a compulsão diminuiu. Entretanto, esse comportamento não

desapareceu, oscilando de acordo com os momentos depressivos da mãe e de acordo com as intervenções de Winnicott. Vale ressaltar que os encontros com a família e com o menino eram em consultas terapêuticas com intervalos às vezes de seis meses. Winnicott conta que via esporadicamente essa família ajudando “(...) com vários detalhes da escolarização do menino e outros assuntos”. (Idem, p. 18). Depois de outros momentos de oscilações dessas compulsões, Winnicott resalta um quadro importante ocorrido quatro anos mais tarde: o comportamento voltou e durou dois meses, atrelado ao desemprego do pai e a uma nova depressão da mãe. Winnicott conclui o relato dizendo que o menino “(...) que hoje tem 11 anos (...)” (Idem.) continuava apresentando comportamentos relacionados a esses sintomas que foram embora e voltaram, porém, nunca desapareceram de vez.

Numa nota acrescentada em 1969 (o atendimento começou em 1955 – então o “menino” já deveria estar com aproximadamente 20 anos), Winnicott pesarosamente diz que tomou conhecimento do estado daquele menino, agora adolescente: “(...) vim a perceber que esse menino não podia ser curado de sua doença.” (Idem, p. 20). O menino se tornara um adolescente problemático, dependente químico, desperdiçando sua vida e sua inteligência: “(...) o menino desenvolveu novos vícios, especialmente em drogas, e não podia ser levado de casa para receber educação. Todas as tentativas de levá-lo para longe da sua mãe falharam, porque normalmente ele escapava e corria de volta para casa.” (Idem). Quando Winnicott se depara com a impossibilidade de cura do menino, comenta que a mãe lhe fez uma revelação importante. Disse ela que o pior afastamento não foi o ocorrido em sua internação, mas sim a ausência de um contato seu com o filho desde sempre: devido à sua doença depressiva essa mãe ocupou-se dela própria, tornou-se tão demandante para si mesma que não parece ter sido possível se haver com o cuidado de mais uma pessoa.

As conclusões de Winnicott caminham nesse mesmo sentido: os afastamentos da mãe (nascimento da irmã, as internações e os episódios depressivos) tiveram nesse caso um efeito traumático na medida em que se prolongaram por um período de tempo maior do que era possível para a criança suportar. Isso significa que os primeiros recursos de uma criança para manter o objeto presente durante sua ausência (do objeto), não lograram êxito, ocorrendo o “esmaecimento” e a “perda de sentido do objeto transicional” que Winnicott salienta. Sobre esse ponto, Green comenta o caso de Winnicott:

Esse esmaecimento das representações internas é o que eu relaciono à representação interna do negativo – ‘uma representação da ausência de representação’, como eu digo que se expressa em termos de alucinação negativa, ou no campo do afeto em termos de vácuo, vazio, ou, em menor grau, de inutilidade, ausência de significado. (GREEN, 2003, p.73).

No próximo capítulo trabalharemos detalhadamente o conceito de negativo de André Green que, nesse texto de 2003, discute a presença dessa dimensão do negativo na obra de Winnicott. Para compreendermos melhor essa citação, adiantaremos apenas que o trabalho do negativo (termo que Green utiliza para falar das ações, das consequências e dos estatutos do negativo no campo psíquico) abrange tanto a área da psicopatologia quanto da saúde do psiquismo. No caso que estamos discutindo, não ocorrem os desfechos salutares da negativização do objeto, ou seja, ele não se torna, após apagar-se, uma presença em negativo, um fundo imperceptível de presença que trará segurança para a criança com relação à sua ausência. Aqui, esse objeto, ao se negativizar instaura, ao invés de um campo aberto, um espaço potencial para as projeções e criações da criança, o vazio, o vácuo, sentimentos de inutilidade e perda de sentidos. Com relação ao trabalho do negativo, o que se salienta, no presente caso, é a perda da função de transicionalidade do objeto transicional

após sua possessão, que não consegue manter-se pelo tempo demasiado longo do afastamento materno. Vejamos: o menino lançou-se na aventura da transicionalidade, tudo ocorrendo bem ele conquistaria a possibilidade de sustentação de um mundo interno, de uma subjetividade, a partir da utilização desse objeto e, principalmente, do espaço sendo criado e preenchido entre ele (o menino) e o mundo, pela viabilização do objeto transicional. Assim, entre ele e a realidade não haveria nem um corte absurdo e intransponível, nem uma continuidade impossível de estabelecer uma topologia, delimitações e contornos. O traumático para Winnicott difere, nesse ponto, das consequências relativas ao excesso pulsional freudiano, o traumático é a perda desse espaço que o objeto transicional criaria que ao ir se desfazendo, comprometeria toda a emergência do mundo representacional e simbólico do menino. Não esqueçamos que essa quebra na continuidade de ser da criança, ou seja, essa paralisação abrupta em seu processo de amadurecimento acarreta uma experiência não-eu, de exterioridade e alteridade, precoces demais para a criança que estaria, em sua vivência subjetiva e onipotente, em vias de entrar em contato com esse mundo não-eu através do objeto transicional. A experiência dessa perda não se dará em termos de frustrações insuportáveis, mas, em termos de perda da continuidade de ser, ou seja, a criança não está sendo frustrada, ela está sendo paralisada, seu devir está sendo interrompido. Porém, voltemos um pouco, antes do ingresso na transicionalidade.

No início há um jogo entre a mãe e o bebê que do ponto de vista do bebê é uma experiência só dele – a criatividade primária. “A mãe promoveu a criatividade primária da criança e, então, tornou-se o objeto que a criança estava pronta para encontrar.” (WINNICOTT, 1956, p. 311). Vejamos como isso ocorre. Em virtude de alguma experiência do bebê (por exemplo, uma moção pulsional - não reconhecida como tal pelo

bebê), ele arrisca um gesto seu, criativo e original, no sentido de ir ao encontro de algo no ambiente, esse ainda indiscriminado com relação à mãe e ao próprio bebê. Junto a esse gesto vem acoplar-se a provisão do ambiente (mãe), trazendo consigo esse algo que era esperado, no exemplo paradigmático psicanalítico, o seio. Entretanto, para Winnicott, a função desse seio que surge no momento do gesto da criança não é apenas a de alimentar, mas também de por em marcha essa sensação de onipotência do bebê – quando o seio surge, ele sente que foi ele mesmo que o criou. A continuidade de ser está, assim, garantida. Imaginemos um jogo que inventasse um alfabeto com o qual significar o mundo. Através de seu gesto espontâneo, seria como se o bebê apresentasse a letra “a” e a mãe imediatamente apresentasse a letra “b” que é a “continuidade” própria de “a”. Então, ele arriscaria um “c”, a mãe colocaria um “d” e assim seguidamente, criando um alfabeto completo com o qual ele inventaria o mundo. Ele se arrisca a criar o mundo através de seu gesto e o mundo responde apresentando-se “criado”, ele é um mágico e sua mágica está em pleno funcionamento, pois a mãe ou o ambiente está lá para acolher seu gesto e dar a esse gesto a continuidade necessária para que o bebê viva a onipotência de estar criando o mundo. Nesse sentido, toda a ética do “descongelamento das situações de fracasso” na linha de Ferenczi, Balint, Khan e Winnicott, (que difere radicalmente do: “larga o osso”) apresenta-se em sua versão mais primitiva, queremos dizer que o jogo da criatividade primária é a brincadeira mais precoce do humano em seu processo de ser. Em termos do descongelamento das situações de fracasso, o que seria esse fracasso? O fracasso estaria na quebra dessa sequência, nesse brincar que não se realizou, o mágico (o bebê) estalou os dedos e o mundo não se fez, nada se criou; estalou de novo e de novo nada se fez; de novo e aí uma coisinha surgiu, o bebê animou-se e estalou os dedos novamente e de novo: nada

surgiu³⁸, e assim por diante. Nesse sentido que Winnicott fala em perda da esperança. O modelo paradigmático da criatividade primária está no fenômeno descrito por Winnicott como “a primeira mamada teórica”.

Esse termo tenta descrever as primeiras relações do bebê com o seio. Não se trata da primeira vez que o bebê mamou. Trata-se de um acontecimento e de uma experiência que vai se dando nessas primeiras mamadas (por isso o termo primeira mamada “teórica”): a criação do seio pelo bebê.

A mãe, no começo, através de uma adaptação quase 100 por cento completa proporciona ao bebê a oportunidade da *ilusão* de que o seio dela faz parte do bebê. Ele está, por assim dizer, sob o controle mágico do bebê. O mesmo pode ser dito em termos do cuidado infantil em geral, nos momentos tranquilos entre as excitações. A onipotência é quase um fato da experiência. (...) Em outra linguagem, o seio é criado pelo bebê repetidas vezes, pela capacidade do bebê de amar ou (pode-se dizer) pela sua necessidade. Um fenômeno subjetivo desenvolveu-se no bebê que chamamos de seio da mãe. A mãe coloca o seio real exatamente lá onde o bebê está pronto para criar, e no momento exato. (WINNICOTT, 1971, p. 11 – itálicos do autor).

Para essa experiência conjunta mãe e bebê devem estar alinhados temporal e espacialmente. Winnicott salienta que do ponto de vista do bebê o que é vivido, além da questão da alimentação³⁹ é a ilusão de ter criado o seio. Dessa conquista virão outras que se

³⁸ Não podemos esquecer que existem outras variedades desse possível desencontro. Na citação de Winnicott na página 117, ele fala de bebês ainda menos afortunados para os quais “o mundo foi apresentado de forma confusa” ao ponto de não haver qualquer possibilidade de ilusão para eles e de abrir-se a possibilidade de um adoecer psicótico. Imaginemos, por exemplo, uma situação louca e precoce com relação à criatividade primária: um bebê que ao chorar de fome fosse aquecido, ao chorar de frio fosse hidratado, que quando sentisse sede fosse lhe dado banho, quando chorasse por calor fosse alimentado e assim por diante.

³⁹ Novamente ressaltamos que Winnicott fala em alimentação, mas não em gratificação pulsional. Nessa última citação isso parece ficar claro. Para o autor não haveria sentido falarmos de gratificação pois essa experiência depende de um self mais constituído e integrado. A questão da gratificação/frustração só irá se colocar quando houver um circuito pulsional operando, o que implica em zonas erógenas ligadas a excitações, essas excitações ligadas ao psiquismo (pronto para recebê-la através do id) que deflagrariam moções pulsionais buscando suas satisfações imediatas via representações alucinadas, a intervenção do princípio de realidade, enfim, tudo aquilo que tentamos descrever nesse trabalho como o “princípio do princípio do prazer”. Logo, a não realização da criatividade primária no acontecimento da primeira mamada teórica, não acarreta em frustração para o bebê e sim em quebra na sua continuidade de ser.

desenrolarão por toda a vida, não só com relação ao seio e a amamentação, mas envolvendo outros gestos espontâneos do bebê em direção a realidade externa. No final das contas o que o bebê cria é o próprio mundo que ele habitará que por esse sucesso na adequação entre seu gesto e o ambiente, será um mundo dotado de sentido, de esperança e familiar ao bebê.

Evidentemente, quando essas primeiras tarefas já falharam a entrada na transicionalidade será mais insegura e vacilante, caso haja condições para esse início da transicionalidade, caso essas falhas iniciais não tenham de antemão destruído qualquer possibilidade transicional. Se o estalar dos dedos (a criatividade primária) já não deu certo, porque eu haveria de confiar que essa ponta do cobertor irá salvaguardar-me do terror da não existência tanto do objeto quanto do meu próprio self? Como ela poderá me assegurar que entre mim e a experiência da perda há outra dimensão, transicional (e, ao final, representacional) na qual self e objeto são mantidos vivos? Como confiar na ponta do cobertor transicionalmente e não como “coisa em si”? Aqui entramos na problemática do menino do cordão, na qual o que é mais diretamente apreensível é esse fenômeno do esmaecimento problemático do objeto que se tentou conservar vivo subjetivamente e de um objeto transicional tomado como coisa-em-si. Apenas podemos supor essa outra ordem de acontecimentos desafortunados no campo da criatividade primária pelo aspecto incurável do menino, diagnosticado por Winnicott, pela tenacidade da sua sintomatologia e pelo relato final da mãe do paciente falando de uma distância entre ela e o bebê vivida desde sempre, isso significa que, ao que tudo indica, ela “não esteve lá”, não andou muito por aqueles espaços: os lugares exatos onde o bebê a criava e nada surgia.

Na esteira desses argumentos, Winnicott fala da questão fundamental da mãe estar pronta ou não (nesse caso bem pouco) para ser criada. Quando essa experiência não se constitui, a realidade externa e o mundo não surgem como criação, entretanto, surgem por

conta própria, sem a invenção do bebê, sendo, conseqüentemente, um mundo estrangeiro e de uma irrealidade suficientes para exigir dele, na melhor das hipóteses, uma superadaptação submissa (entrando em cena a clivagem falso self winnicottiana): “(...) aquilo que é criado a partir da necessidade e através do impulso tem existência real”. (Winnicott, 1988, p. 104). Na teoria de Winnicott encontramos a formulação de que, depois desses eventos desencontrados, uma criança (se a esperança não foi totalmente perdida) fará novas tentativas, principalmente pelo uso da agressividade, da destrutividade e do ódio. Numa dimensão que lembra em muitos aspectos o trauma do desmentido de Ferenczi, a criança pode ser recuperada nessas novas tentativas ou deixada para sempre nessa espécie de limbo entre um si-mesmo frágil (potencialmente agressivo) e um mundo estranho e irreal, caso suas novas manifestações não sejam reconhecidas e aceitas por um outro confiável. Do que a criança seria recuperada caso ocorra sucesso nessa sua segunda tentativa? No sentido ferencziano e winnicottiano, ela seria recuperada da paralisia do self, ou seja, ganharia de volta a sua linha de continuidade de ser, o descongelamento das situações de fracasso e recuperaria a criatividade e a sua dignidade como criança.

André Green (2003, p. 74), a respeito de um caso semelhante de Winnicott, comenta algo esclarecedor para nós. O relato é de uma paciente que ficara horrorizada ao saber que, depois de sair de casa, seu gato ficara miando durante horas e isso a remeteu às ausências de seus pais ocorridas quando ela tinha dois anos⁴⁰:

Winnicott interpreta a situação como traumática, pois nenhuma explicação pode ser dada a uma criança de dois anos de idade, ou a um gato, sobre a ausência da mãe. O que é experimentado do ponto de vista do bebê é que a mãe está ‘morta’. Transposto um certo limite de tempo, a mãe está definitivamente morta, quer

⁴⁰ Trata-se do exemplo clínico seguinte ao do menino do cordão no item Psicopatologia Manifestada na Área dos Fenômenos Transicionais. (WINNICOTT, 1971).

esteja ausente ou presente. Isso significa que nenhum contato poderá ser restabelecido quando ela retorna. (Green, 2003, p.74).

Agora, sigamos um pouco mais a história do menino do cordão que conquistou o objeto transicional, mas não conseguiu fazê-lo funcionar. O objeto transicional efetua a negociação entre presença e ausência, tanto numa direção simbólica, compartilhada e interpessoal quanto na direção inversa, de estar consigo próprio, de intrasubjetividade e da capacidade para estar só. Contudo, no caso do menino de Winnicott, dada a insegurança quanto ao seu funcionamento e o limite de tempo que foi transposto nas ausências maternas, o objeto transicional perdeu sua função e passou a ser um objeto com um fim em si-mesmo. Se essas duas direções pudessem representar uma linha de ligação entre o self e a aquisição “do sujeito futuro” como nos disse Green ou, do ponto de vista do observador, a ligação entre o objeto (mãe) e o objeto transicional, o que veríamos é a instalação do vazio e da morte tanto numa ponta (a que parte do objeto, saindo do menino em direção a esses devires transicionais) quanto na outra ponta (a de chegada ao objeto transicional, da conquista dessa nova capacidade do self de permanecer com a presença do objeto em sua ausência, dentro do próprio self). Melhorando a metáfora da linha, falamos de uma criança que ao fazer a travessia de uma ponte, pois o vazio (a ausência do objeto) se fez desse lado que ela estava, correu até o lado de lá, em transição, para alcançar o objeto transicional e se deparou com o vazio, o nada novamente (o objeto transicional que perdeu sua função ou se esmaecendo). Imediatamente essa criança volta para o lado do qual ela partiu e, também, se depara com o nada, com o vazio. Só lhe resta, então, ficar sobre a ponte tomada não como aquilo que proporciona uma travessia, uma transição, mas como algo em si mesmo, quer dizer, agarra-se ao cordão como uma coisa em si e não como objeto transicional. Se o simbólico surge desse acontecimento, dessa ponte que liga dois lados e que necessita que os

dois lados existam além da própria ponte, que estejam vivos estimulados e estimulantes, é ele próprio (o simbólico) que rui nesse momento. É nesse ponto que Winnicott descreve sua preocupação com a sintomatologia do menino do cordão e aponta, sem desenvolver o tema, que estava aberto para esse paciente o caminho para a perversão, ou seja, a perversão seria justamente o objeto transicional tomado como fetiche, como objeto em si, aquilo que não lançou a criança ao “(...) espaço onde o sujeito futuro está em transição.” (Green, citado acima,). O menino pôde apenas permanecer agarrado sobre a ponte, agarrado ao cordão cercado de vazios e do nada pelos dois lados:

Nesse caso específico é possível detectar uma anormalidade insidiosa no uso que o menino faz do cordão, e é importante encontrar um jeito de expressar a mudança no seu uso que poderia conduzir à perversão. É possível chegar a tal expressão caso se leve em consideração o fato de que a função do cordão está mudando de comunicação para a *negação da separação*. Como negação da separação, o cordão se torna uma coisa em si, algo que possui propriedades perigosas e necessidades que precisam ser dominadas. Nesse caso, a mãe parece ter sido capaz de lidar com o uso do cordão utilizado pelo menino, exatamente antes que fosse tarde demais, quando o seu uso ainda continha esperança. Quando a esperança está ausente e o cordão representa uma negação da separação, então, um estado muito mais complexo de ocorrências surge - um estado que se torna difícil de curar, por causa dos ganhos secundários que surgem da habilidade que se desenvolve sempre que um objeto tem de ser manuseado para ser controlado. (WINNICOTT, 1971, p. 19)

Notemos aqui a presença de uma formação anômala e autônoma dentro do psiquismo, na direção na queremos apontar os intransferíveis e as intransferibilidades. Seguindo um pouco mais na nossa análise isso poderá ser melhor compreendido. Winnicott, então, diz que, radicalizando-se o exemplo do menino, o objeto transicional passa a não comunicar e não sustentar o espaço transicional - exceto, também na opinião de Winnicott, comunica e sustenta um negativo. No limite, o cordão age e apresenta-se, não representa nada, não inicia a experiência do simbolismo e tem que ser controlado. Nesse sentido não tem valor falarmos que o cordão representa a mãe, ele não representa nada em

termos positivos, no máximo, representa a ausência de representação, a alucinação negativa de Green e isso muda completamente as formas de relações possíveis, dada essa presença negativa problemática que não gerou outras formações representacionais. Tendemos a entender que o cordão além de um ente, representa a paralisação na situação de fracasso em si mesma⁴¹ e um resto de esperança que ainda parece ter sobrado ao menino.

Vemos que há aqui a convergência de dois pontos de vista que guardam uma relação entre si. De um lado não é necessária a presença de um objeto e sim um mau funcionamento de uma função que não se estabeleceu. Nesse caso temos o não estabelecimento da transicionalidade, a constituição problemática da capacidade simbólica e o conseqüente comprometimento da possibilidade do brincar. Dizer para o menino do cordão correr pela ponte que algo o espera no final dela é no mínimo de mau gosto e ele possivelmente nos diria “será que você não percebeu que a brincadeira⁴² não funciona, a mágica não aconteceu, o brinquedo está quebrado?!!”. Teríamos, nesse prisma, as perspectivas de clivagem e as deformações do eu de Ferenczi e a dissociação e a formação falso self de Winnicott, ou seja, partes não comunicantes do self (e aqui entram as questões das descontinuidades do self e o intransferível) que não podem efetuar todos os jogos transicionais (de transição) necessários a esse mesmo self. O brinquedo/psiquismo (aqui parece mais adequado do que self) está quebrado e o self sofre as conseqüências. O que deveria ser transicional não remeteu a nada, não levou a lugar nenhum, não possibilitou trânsitos, transições, transferências: as intransferibilidades que aventamos. Não haverá

⁴¹ Fracasso após a posse do objeto transicional – que carrega consigo as outras frustrações, anteriores, no exercício da criatividade primária. Aqui o objeto transicional, já de saída, tem menos poder. O menino do cordão tenderia a apostar menos em seu poder transicional, como tendeu a apostar menos na sua criatividade primária, dados os primeiros movimentos de fracassos.

⁴² Retomamos nossa díade citada no início desse capítulo “o brincar e a impossibilidade do brincar”. E, nesse momento, mais uma vez lembramos-nos da brincadeira do *for – da* do neto de Freud (1920), um exemplo no qual essa capacidade se estabeleceu e o carretel/cordão, desempenhou sua função transicional.

mundo possível para ser encontrado nessa dimensão da subjetividade, exceto o mundo vivido em termos de falso self, ou seja, de irrealdade e indiferença, isso porque o seio, a mãe, não se cria não se criou e o devir do self não se instalou. Para Winnicott, esse processo de criação nunca termina, não é uma fase do bebê que quando transposta desaparecerá no tempo. De um lado, não largar o cordão seria, ao mesmo tempo, não largar a impressão do negativo em termos de vácuo e estar aprisionado numa impossibilidade de funcionamento psíquico; de outro lado temos a presença de um objeto psíquico, ou seja, esses eventos geram uma presença de vazio (uma representação da não representação, sem criar um espaço potencial) que se constitui como um ente e com ele é guardado um tipo de relação especial e específica. Dessa forma, Green (1980, p. 262) argumenta em seu trabalho *A Mãe Morta*: “O que está essencialmente perdido aqui é o contato com a mãe, que é secretamente mantido nas profundezas da psique, e onde todas as tentações de troca por objetos substitutos estão destinadas a fracassar”: o intransferível. No próximo capítulo nos dedicaremos a esse último ponto.

5) OS INTRANSFERÍVEIS E AS INTRANSFERIBILIDADES COMO UM TIPO ESPECIAL DE RELAÇÃO COM O OBJETO PRIMÁRIO: PRESENÇAS E AUSÊNCIAS DESMEDIDAS

*Tem mais presença em mim
aquilo que me falta. (Manoel de Barros)*

Prelúdio

Tirésias tentou dissuadir Édipo de sua procura obstinada. A Esfinge determinou a ele que encontrasse o traidor de Tebas, aquele que havia matado o rei Laio, desposado a própria mãe e atirado a cidade à desgraça de uma peste enviada pelos Deuses. O que Tirésias sabia - e que todos nós sabemos – é que Édipo ao final de sua busca encontraria a si mesmo. Porém, todos os avisos foram vãos, ele só pôde compreendê-los quando encerrou sua perseguição e encontrou, enfim, ele próprio. No final, sua mãe Jocasta suicidou-se e Édipo furou os próprios olhos fugindo em seguida para Colona. Após seu isolamento, anos depois, parece ter feito as pazes com sua história e, então, pôde morrer. Esse mito foi tomado por Freud como um dos pilares da psicanálise para a compreensão da etiologia das neuroses.

O paciente que inicia uma jornada analítica não sabe (entretanto sempre soube – como diria Freud) que ao final do seu percurso psicanalítico encontrará a si mesmo. Aqui podemos ver a sombra do homem culpado psicanalítico, freudiano e kleiniano, para citar alguns, como alertou Kohut. No primeiro caso, o freudiano, é ele o próprio Édipo, ou seja, foi ele mesmo que não suportou a presença de um terceiro entre ele e sua mãe, não soube desviver essa suposta completude, em algum grau não ouviu as vozes do interdito, em alguma medida chegou (simbolicamente) às raias do parricídio e de alguma forma sofre por

isso. No segundo caso, o kleiniano, ele se dará conta de que todo estrago feito ao objeto e a si mesmo, foi cometido por ninguém menos que ele próprio. Além disso, perceberá também que o objeto que ele atacou, do qual ele fugiu, contra o qual ele lutou, é o mesmo objeto que ele amou, que o acalentou; objeto com o qual ele teve seu maior idílio e sua maior ansiedade. Se conseguir suportar sua culpa e se o estrago não tiver sido grande demais, ainda poderá haver bom prognóstico. Nos dois casos se eles tivessem vivido essa relação especial, esse amor singular no tempo certo, de forma mais afortunada, as coisas estariam melhores. Seguindo ainda esse modelo do homem culpado, no primeiro caso, se ele não fosse tão apegado às suas fontes de prazer, se ele não fosse tão intolerante aos momentos de desprazer, tudo poderia ser diferente. No segundo caso, se ele não fosse tão destrutivo, tão persecutório, tão desmedido em suas reações, também poderia ter encontrado um destino mais apaziguador.

Nesse contexto, é importante lembrarmos que todos nós psicanalistas queremos que nossos pacientes cresçam emocionalmente, deixem seus posicionamentos narcísicos, larguem seus aferramentos neuróticos, abandonem suas gratificações infantis etc. Porém, nos lembraria Winnicott, nós não sabemos como fazer isso. O paciente será aquele que irá nos ensinar como, naquele caso específico, devemos proceder. É ele (ainda segundo Winnicott) quem tem a chave do seu desenvolvimento. Isso é mais verdadeiro quanto mais estivermos lidando com questões primitivas e selvagens do desenvolvimento emocional e da constituição da subjetividade. Nesse ponto voltamos, então, aos casos limites, aos pacientes difíceis. Curiosamente Bollas (2003, p. 61) nos revela uma opinião um tanto desconcertante: “Quero dizer: nada, na minha opinião, é mais selvagem do que o complexo de Édipo. Está é a atitude mais selvagem, é a experiência psíquica mais selvagem de todas.” É esse o ponto desse nosso capítulo: uma experiência de amor, de uma relação tão especial

que desce aos confins da constituição psíquica. A experiência edípica, paradoxalmente, para além do próprio Édipo e Jocasta como elementos separados e constituídos, levada onde o modelo edípico não chegaria. Mas nos perguntaríamos: nesses confins já não estaríamos tratando do mito narcísico? Sim. Contudo, frente às decussações, frente aos encontros e desencontros dessas duas dimensões, necessitamos refletir um pouco mais.

Deixando um pouco o campo da culpa, no início da década de setenta Kohut preconizou que futuramente o mito de Édipo, como modelo principal em psicanálise, seria ultrapassado pelo mito de Narciso. Na mesma direção, para André Green, o mito psicanalítico da contemporaneidade não seria mais o mito edípico e sim o mito hamletiano: “ser ou não ser” eis aí a nova questão. Que questão seria essa? Ora, sabemos que diz respeito à tentativa de nos dedicarmos às situações mais selvagens e precoces do desenvolvimento. Entretanto, o que seria o mais primitivo, o mais selvagem e precoce no desenvolvimento? Klein nos ensinou a ver um complexo de Édipo inicial, bem mais primitivo do que imaginávamos, e o conceito de castração generalizou uma experiência de separação que se tornou, desta forma, uma questão vivida desde sempre. Entretanto, Green (1980) diferencia a série vermelha da série branca da psicanálise, contrastando o sangramento, a cor vermelha, a idéia de mutilação e ferimento que acompanham o conceito de castração, com o matiz branco do ferimento narcísico, a perda sofrida na dimensão narcísica: “(...) esta destrutividade não tem qualquer relação com uma mutilação sangrenta; ela tem as cores do luto: preto ou branco. Preto como a depressão grave, branco como nos estados vazios aos quais se dá agora uma atenção justificada.” (p. 243). Concordaríamos com Bollas considerando as interpenetrações entre as dimensões edípicas e narcísicas da nossa constituição, levando em conta a selvageria da perda edípica e o silêncio e o esvaziamento da perda narcísica, salientando que falamos de uma relação absolutamente

especial: as desventuras das experiências narcísicas e edípicas vividas numa mesma história e, na maioria das vezes, com o mesmo objeto. O que seria, então, o mais selvagem e primitivo do desenvolvimento? Arriscamos que seria o “não ser” (aqui se entremostra a problemática da negatividade em psicanálise, como veremos), daí a consideração hameletiana de Green: certos pacientes correram o risco de não ser. Todos nos já corremos esse risco, mas em certos casos as marcas desse fracasso (nunca total, acreditamos), são visíveis. Nesse ponto, esse nosso diferente paciente em final de análise (se é que ela um dia termina) não iria encontrar a si próprio como naquele modelo edípico que comentamos. Ele encontraria a si próprio juntamente com seu ambiente – a mãe. Esse amálgama a partir do qual ele emergiu ou não conseguiu emergir. Ao final, portanto, um tanto diferente de Édipo, ele encontraria sua mãe. Sairíamos do modelo do homem culpado psicanalítico para o modelo da mãe culpada? Esperamos que não. Pois essa mãe teve um ambiente historicamente⁴³ formado e uma mãe, que por sua vez teve um ambiente e sua mãe, que teve um ambiente e sua mãe e assim por diante. Ao final encontraríamos a vida. Melhor dizendo, encontraríamos o homem, em sua tarefa de viver.

5.1) O trabalho do negativo e a estrutura enquadrante de André Green

Nesse item do nosso trabalho tentaremos nos aproximar do nosso tema através do conceito “trabalho do negativo” de André Green. Abordaremos as impossibilidades e dificuldades transferenciais, elementos intransferíveis e intransferibilidades, como um fracasso de uma das dimensões do trabalho do negativo. De todas as apreensões possíveis

⁴³ Não podemos nos confundir: nosso ambiente humano não é a paz e a estabilidade do algodãozinho úmido de onde brotará o feijão.

desse conceito, nos parece que é em suas relações com os destinos do objeto primário e a constituição consequente de uma estrutura enquadrante que poderemos nos aproximar daquilo que chamamos de intransferíveis no trabalho psíquico.

Sabemos que o aparelho anímico proposto por Freud, revisitado e reinterpretado por seus seguidores, possui diferentes tipos de funcionamento e processos nos diversos espaços de sua topologia. Desse modo, temos o processo primário, o processo secundário, as modalidades de defesa, o princípio do prazer, o princípio de realidade, os funcionamentos além do princípio do prazer, as realizações simbólicas, as não simbólicas, os destinos das pulsões etc. Para a presente discussão, iremos ressaltar uma das suas principais atribuições que permeia de alguma maneira todas essas formas de funcionamento: a capacidade de estabelecer semelhanças, diferenças, ligações e desligamentos e, a partir daí, efetuar trocas, substituições simbólicas. Essa capacidade está descrita desde o Projeto para uma Psicologia Científica (Freud 1895 [1950]), nas buscas de descarga, nos reconhecimentos dos objetos de desejo e, também, naquelas primeiras análises dos sonhos. Na Interpretação dos Sonhos (Freud, 1900) essas capacidades são descritas pelos mecanismos de deslocamento e condensação, e pela ação dos processos primários e secundários.

O trabalho do negativo não trata de uma única questão do corpo teórico e clínico da psicanálise, esse conceito se estende em diferentes direções abordando quase todo o campo psicanalítico. Isso só ocorre porque Green deu a esse conceito um estatuto constituinte e constituidor não só do acontecer psíquico como da própria instauração do psiquismo. Assim, poderíamos discutir sobre suas consequências para o campo das psicopatologias, suas relações com a teoria das representações, suas ramificações na técnica psicanalítica, sua onipresença em quase todos os conceitos da psicanálise etc. Iremos abordar sua relação com a origem da capacidade simbólica – aludindo à capacidade do psiquismo de efetuar

trocas, substituições simbólicas que nos referimos – e, também, sua relação com um de seus rebentos diretos, a transferência.

No plano semântico cumpre ressaltar que ao usarmos a palavra “negativo”, não se trata do adjetivo “negativo” embora Green (2006) em seu recenseamento sobre a presença do termo na obra de Freud, tenha ressaltado suas aparições adjetivas, por exemplo, nos comentários de Freud sobre alucinação negativa, transferências negativas, reações terapêuticas negativas etc. Green nos alertou para a presença e a importância do trabalho do negativo em vários momentos da literatura psicanalítica. Assim, apontou o conceito nas obras de Freud, Klein, Lacan, Winnicott e Bion. Se o autor chamou nossa atenção para a presença do fenômeno que o conceito engloba, em vários momentos da produção psicanalítica, essa disseminação, que poderia nos confundir, parece ter o objetivo de deixar claro que ele destacou uma dimensão de grande importância, tanto da literatura psicanalítica como do acontecer psíquico: a negatividade⁴⁴. Isso significa que ao cunhar a expressão o trabalho do negativo, ele chamou nossa atenção para os destinos de várias intercorrências psíquicas: o apagamento de certos eventos psíquicos, tornando-se não algo que desapareceu de todo o aparelho mental e deixou de produzir seus efeitos, mas algo que se tornou uma presença em forma negativa para certa região psíquica e que continua, mesmo que aparentemente ausente, atuando no funcionamento psíquico como um todo e gerando suas consequências. Ora, essa definição poderia muito bem ser aplicada ao recalque, à cisão e outros mecanismos de defesa do psiquismo. A possibilidade de um elemento passar a não existir, pelas formas de supressão que lidam (no plano psíquico) com aquilo que é indesejável em nós e, ainda assim, continuar a produzir seus efeitos, faz parte

da própria dicotomia entre o inconsciente e o consciente, postulada pela psicanálise. Qual seria, então, a novidade apontada por André Green?

Chegamos então à conclusão de que será talvez na teoria psicanalítica, através de alguns de seus conteúdos, que o negativo deve ser descoberto, mesmo sem mencionar o termo, quando então se propõe para nós uma análise que nos vai reservar muitas surpresas. Existem numerosos “traços” do negativo em Freud, por assim dizer, inconsciente de si mesmo, a começar pelo conceito de *in*-consciente. Mas muitas outras formas também carregam esse traço: o luto e a perda do objeto, evidentemente, as representações por suas relações com a pulsão, as identificações por suas relações com o desejo, e, *last but not least*, o imenso continente da pulsão de morte. (GREEN, 2008, p. 260)

Notamos, portanto, que podemos ver a presença do negativo em vários conceitos da psicanálise, ou seja, assim como devemos pensar nas dimensões conscientes e inconscientes do psiquismo, devemos considerar que há duas formas de presença e de acontecer psíquico: a forma positiva e a negativa. Parece estranho falarmos de uma forma positiva de presença psíquica, dado que esses elementos não são empíricos. Entretanto, quando falamos dessa positividade estamos aludindo àquilo que se revela, àquilo que constatamos presente (principalmente em termos representacionais) e que se evidencia em nossos modelos metapsicológicos psicanalíticos, coisas tais como os mecanismos de defesa e as instâncias psíquicas. A dimensão negativa diz respeito a essa outra forma de presença, uma presença em ausência, não constatável, não evidente, porém, atuante, dedutível e necessária para nossos entendimentos metapsicológicos e clínicos. Dessa forma, Green coloca os conceitos de defesa, tais como, recalque, forclusão, negação, cisão e rejeição (recusa), sob a mesma rubrica do trabalho do negativo chamando nossa atenção para o fato de que todos eles possuem uma dimensão negativa. Isso significa que todos eles, quando

⁴⁴ A questão da negatividade e do negativo em psicanálise foi estudada também por outros autores em diferentes momentos da produção teórica psicanalítica. Citamos aqui outras abordagens para quem se interessar pelo assunto: Férida (1978) e Kaës (2005).

utilizados, realizam certa negativização de algum elemento do psiquismo em sua relação com a positividade, também presente em algum outro espaço da tópica do aparelho. Desta forma, o recalcado torna-se o negativo que “trabalha” (para usarmos o termo do conceito) agindo no sintoma, o recusado torna-se o negativo que “trabalha” no fetiche, entre outros exemplos que poderíamos arrolar. Contudo, devemos fazer uma especificação com relação ao trabalho do negativo proposto por André Green. Em sua forma mais específica, esse conceito não trata da supressão daquilo que é indesejável em nós (embora nesses processos exista sempre uma dimensão negativa que se apresenta), antes, ele trata do apagamento espontâneo do objeto primário quando esse foi capaz de cumprir suas tarefas, próprias da identificação primária, junto ao bebê. O objeto primário não é negativizado por ser indesejável, ao contrário, quando mais indesejável ele for (por sua inadequação frente às funções de estimulação e contenção das pulsões) menos ele poderá se tornar negativo. Aqui, Green corrobora a constatação winnicottiana de que quanto mais falho for o objeto, menos ele poderá ser esquecido, mais presente ele será⁴⁵. Com relação à noção de trabalho, temos a constatação que essa presença em negativo opera apesar de estar negativizada, apresenta suas consequências e influências todo o aparelho psíquico. Pela sua própria forma de compreender o psiquismo pulsionalmente, queremos dizer, tendo como motor de sua dinâmica as pulsões, Green enfatiza a noção quase automática de trabalho que podemos apreender nas propostas de Freud sobre o funcionamento psíquico.

⁴⁵ Vejamos uma definição de Jaques André: “Uma mãe, bem entendido, é tanto mais única, insubstituível, não-descartável, quanto mais tenha sido depriving (aquela que priva), rejecting (aquela que rejeita). Tanto mais impossível de perder (de ‘objetalizar’) quanto menos ela tenha permitido que a perda dela mesma pudesse ser elaborada. E isto pode ter acontecido tanto por ser ela psicologicamente invasiva quanto por estar sempre ausente.” (ANDRÉ, 1999, p. 83).

O trabalho do negativo nos remete à pedra fundamental dos primeiros passos da possibilidade de simbolização⁴⁶: o objeto primário, instaurador dessa capacidade, ocupa um lugar fusional⁴⁷ de coexistência com o bebê possuidor de um psiquismo em processo de formação. Esse lugar, testemunho da identificação primária, sem distinção na díade mãe e bebê, deve ser deixado pelo objeto primário para que se instaure sua ausência e, a partir dela, a capacidade de geração de seus substitutos simbólicos. Isso está presente num grande número de teorias psicanalíticas, excetuando-se, relativamente, a teoria kleiniana para a qual há uma separação e uma relação objetal presente desde nascimento do bebê. Contudo, mesmo para Melanie Klein, existe um trabalho de projeções e introjeções iniciais, no decorrer do qual o bebê deverá suportar o distanciamento progressivo em sua relação com sua mãe, separações e distanciamentos continuamente negados pelo bebê no seu exercício de identificações projetivas. Do narcisismo ao jogo do carretel freudiano, da ilusão fusional à desilusão e transicionalidade de Winnicott, da *réverie* (da relação continente/contido) à função alfa autônoma de Bion, da reverberação empática às frustrações ótimas de Kohut, trata-se sempre da necessidade de uma ausência, da necessidade de uma falta, para que o bebê trabalhe. Desse trabalho do bebê, se dará o surgimento de uma tópica, a delimitação de um mundo interno, um espaço pronto para poder duplicar o mundo externo em termos

⁴⁶ Sobre as teorias da simbolização na psicanálise remetemos o leitor às seguintes obras: Freud (1920), Bion (1991 e 2004), Winnicott (1988), Ferenczi (1909 e o conceito de introjeção, o simbolismo e a ontogênese dos símbolos) Abraham e Torok (1995).

⁴⁷ Devemos ressaltar que essa fusão originária mãe/bebê, não possui o mesmo estatuto para os autores que estamos abordando. Certamente Winnicott é o autor que descreve essa indistinção primária de forma mais radical trabalhando no solo intersubjetivo transubjetivo, uma forma de alteridade anterior a qualquer possibilidade de separação eu/não-eu. Sobre esse tema remetemos os leitores ao texto Figuras da Intersubjetividade (Coelho Junior, N. E. e Figueiredo, L. C. (2004)). Outro exemplo sobre esse tipo de posicionamento encontramos em Balint (1993) para o qual o analista deveria ser como o ar, circundando de forma imperceptível seu paciente, estando ao mesmo tempo dentro e fora deste. Green assume uma perspectiva intermediária, para ele será após as vivências de oscilações eu/não-eu que poderá ocorrer a alucinação negativa da mãe e a instauração da estrutura enquadrante. Isso acontecerá apenas se esse trabalho inicial eu/não-eu tiver ocorrido de forma satisfatória, ou seja, um trabalho inicial de vivências de

representacionais. Porém, não se trata de uma falta, de uma frustração ou de uma ausência quaisquer, há em todas essas teorizações a idéia de uma intensidade moderada das frustrações ou de um intervalo calculado das ausências para que esse trabalho do bebê possa ocorrer. Acima dessas quantidades e qualidades ótimas presenciamos a desfiguração dos espaços psíquicos que começariam a se constituir.

Munido de suas pesquisas sobre o negativo em psicanálise, Green (1966-67, 1980, 2003, 2006, 2008 entre outros) mergulha nessas intercorrências tendo para acrescentar uma decupagem, quadro a quadro, desses processos, propondo novos modelos e novos conceitos. Nesse trabalho de escansão, ele primeiramente se deteve no fenômeno das primeiras ausências do objeto primário. Segundo ele, tudo se passa como se esses eventos proporcionassem um apagamento desse objeto, um esmaecimento de sua representação, ao qual ele deu o nome de alucinação negativa⁴⁸:

Quando condições são favoráveis à inevitável separação entre a mãe e criança, ocorre no seio do Eu uma mutação decisiva. O objeto materno se apaga enquanto objeto primário da fusão, para dar lugar aos investimentos próprios ao Eu, fundadores de seu narcisismo pessoal, Eu doravante capaz de investir seus próprios objetos distintos do objeto primitivo. Mas esse apagamento da mãe não a faz desaparecer realmente. O objeto primário torna-se estrutura enquadrante⁴⁹ do Eu abrigando a alucinação negativa da mãe. (GREEN, 1980, p. 265)

indiscriminações e de discriminações. Sua posição assemelha-se com a de Ogden (1996), este autor aposta numa dialética constante, que se coloca desde o início do nascimento, entre o estar-em-um e o estar separado.

⁴⁸ O termo originalmente não é de André Green, ele próprio nos remete ao texto de Freud Suplemento à Teoria dos Sonhos (Freud, 1917). O termo já era usado pela psiquiatria do início do século XX e Green retorna, mais especificamente, a uma nota de rodapé na qual Freud usa o termo: “Acrescento que uma tentativa de explicação da alucinação não deveria começar pela alucinação positiva, mas sim pela negativa.” (Freud, 1917, p. 87 – nota de rodapé 47). Green comenta: “No *Complemento metapsicológico dos sonhos*, ele se propõe, a respeito da alucinação, a inserir uma nota de rodapé que aparentemente tem a função de um incidente, mas que, de fato, é o germe de uma revolução teórica.” (Green, 2008, p. 267 – itálicos do autor). Entretanto, é nos desenvolvimentos de Green, que o termo ganhará o estatuto de um conceito constituidor do aparelho psíquico.

⁴⁹ O conceito de estrutura enquadrante será tratado por nós logo em seguida.

No trecho acima, podemos notar que a alucinação negativa ocorre no momento da passagem decisiva da relação de indiferenciação primária com o objeto primário, para a possibilidade de um investimento próprio, tanto no Eu, quanto no ambiente. Esse processo permite tanto a instauração do início da percepção egóica de um corpo próprio dotado de zonas erógenas, tomado como objeto de investimento pelo auto-erotismo, quanto à fundação de uma inicial apreensão de si mesmo fundando seu “narcisismo pessoal”:

O auto-erotismo nas portas do corpo marca a independência com respeito ao objeto; a alucinação negativa marca com a percepção total do objeto a colocação fora-de-mim deste, sucedida pelo *eu-não-eu* sobre o qual fundar-se-á a identificação. (...) *A mãe é tomada no quadro vazio da alucinação negativa, e torna-se estrutura enquadrante para o próprio sujeito. O sujeito edifica-se ali onde a investidura do objeto foi consagrada ao invés de seu investimento.* Tudo está então no lugar para que o corpo da criança possa vir a substituir o mundo externo. (Green, 1966-67, p. 135, itálicos do autor)

Aqui, Green condensa mais elementos relacionados à gênese da discriminação mãe/bebê e o início de vida deste como um ser separado dessa fusão inicial. O “auto-erotismo”, “a percepção total do objeto”, “as primeiras possessões não-eu”, “o início das possibilidades identificatórias”, a possibilidade de duplicação representacional (“o corpo da criança substituindo o mundo externo”), todas essas transformações estão presentes no evento da alucinação negativa. É a mãe enquanto objeto primário que será negativizada nesse momento. Teremos, então, sua presença negativa agindo no psiquismo, dando condições para que o bebê suporte a separação do objeto e consiga realizar suas novas tarefas de investimentos e representações simbólicas. A mãe estará presente em ausência, como uma concavidade surgida após a negativização de uma estrutura convexa, do convexo ao côncavo, assim se dá o novo estatuto da mãe após sua negativização. O apagamento do objeto primário que ocorre na alucinação negativa deixa como herança de sua antiga

presença, essa concavidade que passará a conter os novos investimentos autônomos que o bebê será capaz de fazer. Partindo do auto-erotismo, rumo aos investimentos próprios da libido objetal.

Essa concavidade, presença negativa e continente no psiquismo, será estudada por Green que apresentará detalhes de sua estrutura e de suas funções. A essa formação, ele dará o nome de estrutura enquadrante. A metáfora que o conceito abriga não ocorre por acaso. Realmente é como se uma pintura da mãe existisse para o apaziguamento e sustentação da existência do bebê. Do ponto de vista do bebê ele está dentro do quadro e não há diferenciação entre ele e a pintura. A partir de certo momento ele complexifica sua experiência indiscriminada com o quadro tendo as primeiras intuições de uma possível exterioridade. Nesse momento, começa a ocorrer o esmaecimento da imagem da mãe no quadro, até o ponto de seu completo apagamento. Nesse momento, ela encontra-se negativizada, em alucinação negativa, deixando, porém, a moldura e a tela em branco para as novas figurações que agora serão pintadas (projetadas, investidas) pelo próprio bebê. Essa moldura e essa tela formarão o espaço no qual o mundo representacional do bebê será projetado. As experiências de fusão e ilusão bem sucedidas engendrarão a alucinação negativa e a estrutura enquadrante, porém, esses eventos podem ocorrer no campo da patologia quando o que se verá será a formação ou a não formação de outros espaços e outras consequências geradas no mundo interno do bebê. Green (2006, p. 259) ressalta que: “A análise das formas de apresentações da alucinação negativa mostra que estas podem ocorrer tanto nas circunstâncias mais habituais quanto nos estados patológicos decisivamente distantes da normalidade.”

Assim, temos que o bebê winnicottiano herda a transicionalidade, o espaço potencial e a capacidade de brincar, do processo de desilusão e apagamento do seu objeto

primário; o bebê bioniano recebe o continente e a função alfa como espólio das funções de *rèverie* e de continência oferecidas pelo seu primeiro objeto; o bebê kleiniano herda, de suas primeiras relações projetivas e introjetivas com o seio bom e com o seio mau, o objeto total e a instalação do objeto bom; o bebê kohutiano (que na verdade é o menos bebê e mais criança de todos) levará consigo a herança de um narcisismo saudável, marca do sucesso das primeiras relações empáticas com seu objeto; e o bebê Greeniano herdará da separação com seu objeto primário a alucinação negativa deste e a estrutura enquadrante para seguir na tarefa de constituir sua subjetividade. Apesar de todas as diferenças entre esses eventos, destacamos que de uma forma ou de outra, eles estarão contribuindo para a base do exercício da capacidade simbólica, pois em todos eles vemos que o bebê está pronto para se relacionar com um mundo não-eu, pronto para a ausência do objeto e para a sustentação de um mundo interno. O sucesso dessas primeiras relações com o objeto primário trouxe uma configuração que mostra que ele (o objeto primário) está pronto para ser esquecido e ultrapassado pelos investimentos auto-eróticos e a conquista de investimentos em objetos substitutos:

Ora, o apagamento do objeto materno transformado em estrutura enquadrante é conseguido quando o amor do objeto é suficientemente seguro para desempenhar este papel de continente do espaço representativo. (...) O quadro oferece, em suma, a garantia da presença materna na sua ausência e pode ser preenchido com fantasias de todos os tipos, inclusive fantasias agressivas e violentas que não colocarão em perigo esse continente. O espaço assim enquadrado, constituindo o receptáculo do Eu, circunscreve, por assim dizer, um campo vazio a ser ocupado por investimentos eróticos e agressivos sob a forma de representações de objeto. Este vazio nunca é percebido pelo sujeito, pois a libido investiu o espaço psíquico. (GREEN, 1980, p. 265)

A estrutura enquadrante está intimamente ligada ao holding e ao espaço potencial de Winnicott e, também, ao continente de Bion, guardadas as devidas diferenças com relação

às questões pulsionais, muito mais enfatizadas pelo autor francês. Green salientou várias vezes as contribuições desses autores para o seu pensamento sobre o modelo de uma estrutura que sustenta o espaço psíquico, um lugar delimitado onde serão vividos, elaborados e expostos os elementos da subjetividade:

“(...) o que é da maior importância é a construção introjetada de uma estrutura de enquadramento, análoga aos braços da mãe no holding. Esta estrutura de enquadramento pode tolerar a ausência da representação porque dá sustentação ao espaço psíquico, como o continente de Bion. Enquanto a estrutura de enquadramento dá suporte à mente, a alucinação negativa pode ser substituída pela gratificação alucinatória do desejo ou pela fantasia. (GREEN, 2003, p. 83 e 84)

As analogias e homologias entre a estrutura enquadrante de Green, os braços da mãe no holding de Winnicott e o continente de Bion, devem ser detalhadas. Não podemos nos esquecer que o holding é pré-condição da estrutura enquadrante. Winnicott (1988) esclarece muitas vezes que o holding se realiza através da habilidade da mãe em “segurar” seu bebê, “sustentá-lo” nos braços ou mesmo no berço. O que está prioritariamente em jogo nessa tarefa é a oscilação saudável e necessária do bebê, de estados de integração para estados de não-integração e, posteriormente, para estados de desintegração. No decurso dessa tarefa, constroem-se sentimentos de segurança que dão ao bebê a confiança necessária no ambiente para sua caminhada rumo à sua independência com relação ao objeto primário. Então, no caso de Winnicott, temos um fenômeno de sustentação que incide sobre um self originalmente não integrado, com o objetivo de recolher e aglutinar suas partes, dando-lhe a sensação de unidade. Dessa troca saudável de estados integrados e não-integrados e de experiências de confiança, de “estar sendo seguro” pelo ambiente, resultam possibilidades de distanciamentos e diferenciações gradativas do bebê com sua mãe (ou o objeto que pode estar ocupando seu papel) dado que, no final das contas, a integração da criança está

garantida. Não se trata de um trabalho psicológico embora essa dimensão esteja presente no trabalho de holding sendo, ele mesmo, mais próximo de um fazer físico, porém, com consequências para o desenvolvimento psíquico, como salienta Winnicott (1988, p.177) “Em psicologia, é necessário que seja dito que o bebê cai em pedaços a menos que alguém o segure inteiro, e que o cuidado físico e o cuidado psicológico são a mesma coisa nesse estágio.”

A estrutura enquadrante é, nessa analogia, aquilo que dará o holding necessário aos elementos representacionais, afetivos e pulsionais vivenciados no psiquismo do bebê. Eles serão circunscritos nessa espécie de moldura de uma tela branca (abrigo da alucinação negativa da mãe) que os acolherá, dando-lhes a possibilidade de transformação em formas cada vez mais estruturadas e passíveis de compreensão e sentido. Mais próximo ao exemplo da estrutura enquadrante está o conceito de continente de Bion. Vemos que na citação Green, ao falar do continente de Bion, não usa uma relação de analogia, diz ele que a estrutura enquadrante é “como o continente de Bion”. Diferentemente do holding de Winnicott, o continente bioniano será um espaço de acolhimento de partes cindidas e projetadas do self do bebê. Essas partes encontrarão asilo e as transformações necessárias nesse continente, em um trabalho que deverá ser executado até que elas possam ser devolvidas ao bebê. Bion (1962, 1963) aproxima sua apresentação de um continente (pronto para receber as projeções do bebê) e um conteúdo (pronto para ser expulso para dentro desse continente) ao conceito de identificação projetiva de Melanie Klein (1946). Essas características afastam o conceito de continente de Bion do conceito de holding de Winnicott, por tratar (o primeiro) de questões relacionadas ao par projeção/introjeção e às formas de transformações de elementos brutos, sem nenhum trabalho de elaboração psíquica (elementos-beta, como definimos no capítulo 03), em elementos passíveis de

contenção e pensamento. Em seu exercício, essa relação continente e elementos a serem contidos, levará o bebê a uma crescente capacidade de elaboração de elementos psíquicos que inaugurará a sua capacidade de pensar. Quando tratamos do holding de Winnicott não estão em jogo mecanismos de projeção, introjeção, partes cindidas expelidas por serem insuportáveis para o bebê e transformações (elaborações inclusive de sentidos) desses conteúdos projetados. No caso de Bion, essa função de continente, exercida pela mãe, será introjetada pelo próprio bebê que, então, passará a conter, ele próprio, seu continente como uma função autônoma que o levará à conquista da capacidade de pensar. O continente que, no início, era um atributo externo ao bebê, torna-se um elemento de sua própria tópica.

A estrutura enquadrante de Green também aponta para um espaço que se tornará capaz de conter os elementos psíquicos do bebê. Contudo, o que diferencia essa estrutura do continente de Bion é que Green descreve uma complexa disposição pulsional que dá origem a ela. Os investimentos pulsionais auto-eróticos e narcísicos se tornam concomitante ao apagamento negativizador da mãe, os responsáveis pelo funcionamento da estrutura enquadrante. No início fusional mãe/bebê, esse investimento é muito mais materno do que do próprio bebê, nesse estágio os investimentos da mãe e do bebê não se diferenciam completamente, ao ir ocorrendo essa diferenciação, a mãe pode se afastar continuamente, seu bebê já é capaz de libidinizar seu espaço psíquico e a estrutura enquadrante será erigida ali “onde a investidura do objeto foi consagrada”. É essa consagração, marca do amor suficiente do objeto primário, que dá suporte e convoca o investimento do próprio bebê, agora capaz de fazê-lo e de criar seus objetos. Essa consagração estará representada no fundo da estrutura enquadrante pela alucinação negativa da mãe. É importante ressaltar a qualidade desse vazio, desse espaço em branco deixado pela alucinação negativa da mãe, pois a estrutura enquadrante, pronta para receber os

investimentos eróticos e agressivos do bebê, não o remete ao vazio em termos de angústias devastadoras. Essa angústia devastadora e esse vazio, sem nenhum devir que se entremostre, funcionam como se uma folha em branco fosse colocada na frente de alguém que não pode ou não sabe escrever, cabendo-lhe a tarefa de comunicar, através da escrita, suas necessidades. Nesse exemplo, o vazio e o espaço em branco, remetem sempre a uma noção de isolamento, abandono e desamparo, porém, vividos no nível do narcisismo retornando às ameaças do não-ser, do não-existir. Seria como se o apagamento da mãe não se desse em termos de alucinação negativa, naquela gradual conquista que leva em conta as possibilidades de individuação do bebê e, também, sua condição de estabelecer investimentos próprios, dos quais a realização alucinatória do desejo será o primeiro testemunho. O apagamento da mãe teria sido forçado ao bebê, ou cedo demais ou tarde demais, por razões sobre as quais ele não teria controle. Continuando nessa metáfora, nos casos mais afortunados que Green está apresentando, esse autor salienta que seu bebê já sabe escrever, então, a folha em branco passa a ser um universo de possibilidades infinitas, um espaço potencial (no sentido winnicottiano) pronto para abrigar processos de criação. Todos esses investimentos e essas libidinizações, fornecidos pela função narcisante do objeto primário, tornaram-no apto para essa tarefa que envolve tanto o campo das intensidades pulsionais, sua gênese e economia, quanto o campo das transformações representacionais de sentidos e significados.

Consequentemente, o que não podemos esquecer é que nenhuma destas estruturas é dada a priori, ao falar de negativização e de estrutura enquadrante, por exemplo, estamos falando do final de um trabalho bem sucedido no terreno das identificações primárias e estamos abordando os primeiros passos rumo à constituição de um psiquismo capaz de realizações simbólicas. Essas estruturas não são dadas a priori nem no sentido do

estruturalismo lacaniano, no qual a estrutura precede o sujeito, nem no sentido constitucional, sendo conquistas e tarefas a serem realizadas⁵⁰. Para nós, isso é de extrema importância, pois nos ajudará entender as intercorrências infelizes nos passos de formações dessas estruturas.

5.2 O objeto primário: ausências e presenças desmedidas

Todos os desenvolvimentos apresentados no item anterior (5.1) nos levam a pensar sobre as falhas possíveis nesses processos, questão que introduzimos no final daquela discussão. Vimos que a capacidade de criação de um mundo interno (com seus espaços delimitados, seu funcionamento e sua topologia) está ligada ao sucesso do trabalho do negativo e na conseqüente constituição de uma estrutura enquadrante. Esses elementos são indispensáveis para os processos de simbolização que engendrarão, entre outros rebentos, a transferência. Mais do que isso, também vimos que esses processos dependem da adequação do objeto primário (a mãe) frente a duas intercorrências principais: sua presença e sua ausência. Não se trata apenas de uma questão espacial, mas, também, de uma questão temporal que juntas poderiam ser formuladas da seguinte maneira: a qual distância essa mãe deve estar e por quanto tempo. Winnicott (1971) chamou nossa atenção para essa situação espacial e temporal calculando em minutos, horas e meses essas presenças e essas ausências:

⁵⁰ É estranho vermos Green propondo o termo estrutura para esse seu conceito, já que ele mesmo é um crítico feroz ao estruturalismo de Lacan. Aqui, então, torna-se necessária uma diferenciação. Parece-nos que a noção proposta por Green diz respeito a uma possibilidade de apreensão de uma estrutura que surge a posteriori, a qual é constituída junto com o sujeito e guarda as idiossincrasias próprias dessa indissociável relação. Não se

Talvez valha a pena tentar formular isso de um modo a que se conceda ao fator tempo seu devido peso. O sentimento de que a mãe existe dura x minutos. Se a mãe ficar distante mais de x minutos, então sua imago se esmaece e, juntamente com ela, a capacidade do bebê em utilizar o símbolo da união cessa. O bebê fica aflito, mas essa aflição é rapidamente *corrigida*, pois a mãe retorna em $x + y$ minutos. Em $x + y$ minutos, o bebê não se alterou. Em $x + y + z$ minutos, o bebê torna-se *traumatizado*. Em $x + y + z$ minutos, o retorno da mãe não pode corrigir o estado alterado do bebê. O trauma implica que o bebê experimentou uma quebra na continuidade da vida, é então que defesas primitivas começam a ser organizadas contra a repetição da ‘ansiedade impensável’ ou contra o retorno do agudo estado confusional próprio da desintegração da estrutura nascente do ego. (itálicos do autor - p. 97).

As considerações de Winnicott sobre a questão temporal relacionada à presença da mãe encontram-se espalhadas em sua obra. É de nosso conhecimento, entretanto, que elas dizem respeito à duração da preocupação materna primária, ao período de dependência absoluta do bebê, à fase fusional da identificação primária e ao período de ilusão, momentos nos quais a onipotência do bebê deve ser garantida pela mãe. Nesse mesmo período, a idéia de um meio, de um mundo não-eu, deve ser adiada por um intervalo de tempo específico, sustentado por essa presença constante e indissociável da mãe, na vivência dessa unidade primária mãe/bebê. Muitas críticas são destinadas a Winnicott, tentando expor sua faceta mais desenvolvimentista, quando o autor fala das tarefas a serem executadas no curso do amadurecimento emocional, datando os meses de sua ocorrência. Green (2003) diz que realmente não deveríamos datar esses fenômenos do desenvolvimento winnicottiano. Para nós, essa questão temporal na teoria de Winnicott deveria ser pensada em termos de um paralelismo temporal, no qual vários tempos concorrem simultaneamente e fases e funções do desenvolvimento são ultrapassadas e retomadas inúmeras vezes no prazo de uma vida⁵¹.

trata de uma supra-estrutura constituída à priori a qual definiria qualidades do sujeito pela relação que este guardaria com ela.

⁵¹ Com isso estamos rebatendo certos posicionamentos que fazem do trabalho de Winnicott uma obra absolutamente desenvolvimentista.

Essa habilidade adaptativa do objeto primário de proporcionar presenças e ausências ótimas irá ao encontro das habilidades do bebê de conquistar, paulatinamente, condições de suportar essas presenças e ausências de uma forma benéfica para a estruturação do seu psiquismo (como diria Green) ou, então, do seu ego ou self (no caso de Winnicott). Não se trata apenas de uma questão quantitativa em termos de distâncias e durações, está em jogo também uma dimensão qualitativa, ou seja, a mãe deve estar, longe ou perto, cumprindo as funções de um objeto primário relativas a essas distâncias e a esses lugares. No sentido greeniano falamos de uma condição materna de estimular/conter as pulsões e saber negativizar-se, no sentido winnicottiano, salienta-se a possibilidade de sustentar a onipotência e a criatividade primária do bebê, as desilusões e os fenômenos transicionais, necessários ao seu desenvolvimento. O trabalho do negativo, então, repousa sobre essa questão básica, assim como outras teorias sobre o desenvolvimento do psiquismo ou do self. Da mesma forma, o aparato psíquico freudiano, o aparelho para pensar os pensamentos de Bion, o narcisismo de Kohut, estarão assentados nessa díade presença/ausência do objeto primário: mãe. Contudo, sabemos que essa mãe, o objeto absolutamente necessário, como denominou Green (2006), nem sempre acerta em seu posicionamento e em suas funções, sabemos, ademais, que certos bebês nascem com necessidades especiais que dificultam ou impossibilitam completamente o trabalho de adaptação das mães. Não iremos nos ater a esse último ponto. Entretanto, formularemos a seguinte questão: dada a necessidade de se fazer presente e ausente na medida certa para a constituição das tarefas inaugurais do psiquismo, pensada em termos do trabalho do negativo, quais formações e/ou ocorrências psíquicas perceberíamos no excesso de presença e no excesso de ausência desse objeto absolutamente necessário?

Em 1980, Green descreveu uma forma de ausência materna designada por ele como “complexo da mãe morta”. Logo no início desse seu trabalho, o autor se apressa em esclarecer que não se trata de uma mãe efetivamente falecida, mas sim de uma mãe morta em seus investimentos libidinais na criança, uma mãe que retira esses investimentos por estar, ela mesma, absorva numa perda, numa morte, num luto intransponível. Com efeito, a depressão da própria criança (ou do adulto que buscou posteriormente análise), vítima dessa retirada de investimentos maternos, não se torna tão evidente a não ser pela presença de um núcleo frio instaurado no contato entre analista e analisando.

Esse (núcleo frio) seria a consequência de um desinvestimento materno brutal, que é inexplicável para a criança e subverte seu universo psíquico. Após tentativas baldadas de reparação, dominam os sentimentos de impotência. Instalam-se defesas completas que incluem o desinvestimento, em espelho, do objeto materno, reforçado por uma identificação inconsciente com a mãe morta. O resultado disso é o assassinato psíquico do objeto, cometido sem ódio. (Green in MIJOLLA, 2005, p.1114 – entre parênteses nosso)

Nesse quadro o assassinato psíquico do objeto, se dará também pela retirada de investimentos destinados a ele por parte da criança. Estamos aqui frente a um objeto interno que em suas funções psíquicas está morto. Essa morte pode acontecer em vários momentos da constituição psíquica da criança, pois, essa mãe, pode não ter estado morta desde sempre. As circunstâncias aqui se anunciam da seguinte maneira: quanto mais precocemente ocorrer essa morte, mais desvantajoso será para a criança. Relembramos agora a pergunta que citamos de Fédida (1988) sobre qual o campo se constitui na ausência desse objeto primário a partir do qual a transferência se dá. O que estamos mais aptos a responder é que existem diferentes tipos de ausências. Nesse momento falamos da mãe morta, de suas consequências sobre o psiquismo infantil e das suas relações com o trabalho

do negativo e a estrutura enquadrante. Vejamos as palavras de Green comentando seu próprio trabalho muitos anos depois:

A partir dessas constatações, André Green propôs a hipótese do destino do objeto primário como estrutura enquadrante do Eu que abriga a alucinação negativa da mãe. O complexo da mãe morta mostra a falência desse processo e condena as representações a inscrever-se numa dolorosa vacuidade que prejudica a capacidade delas se ligarem em vista de um pensamento pré-consciente. Ele opõe a angústia “vermelha” de castração ligada às vicissitudes das relações objetais, a qual se manifesta sobre o impacto das ameaças de mutilação corporal, às angústias “brancas” relacionadas com as perdas sofridas ao nível do narcisismo (alucinação negativa, psicose branca, luto branco), abrindo para a clínica do negativo. (idem, p. 1115 e 1116)

Essa “vacuidade dolorosa” na qual as representações serão inscritas trata, justamente, do não estabelecimento dos limites do espaço psíquico que se torna carente de investimentos narcisantes (tanto do objeto quanto do próprio sujeito) que poderiam libidinizar sua topologia. Nas palavras de Bion, não se constituiu o continente mental da própria criança, que daria continência para os elementos (beta e alfa) de sua atividade mental. Também fracassa a constituição do que Winnicott chamaria de espaço potencial, ou seja, uma região delimitada que abrigaria o brincar criativo e, posteriormente, a experiência cultural. Espaço que é criado (assim como a alucinação negativa e a estrutura enquadrante) durante a saída da fase de fusão com o objeto primário. Do ponto de vista dessa nossa discussão, o brincar criativo seria a capacidade do jogo simbólico e da transferência. A falha, então, na concepção da estrutura enquadrante e na negativização da mãe, elimina a criação desses espaços libidinizados próprios para abrigar o mundo psíquico: as representações, as simbolizações, as identificações, projeções, condensações, deslocamentos, os sonhos e os pensamentos⁵². Malogra, principalmente, as possibilidades

⁵² Apresentamos propositalmente elementos da primeira e da segunda tópica freudiana, numa referência ao trabalho executado por Green de junção destas duas fases do pensamento de Freud.

de ligação das representações no interjogo de atrações e repulsões próprios de um psiquismo com espaços, instâncias e processos estabelecidos. Ao invés deste interjogo, de atrações e repulsões, próprios da simbolização e da transferência, instalam-se uma espécie de “errância” e “vagar” dessas representações, prontas para se ligarem em torno de um eixo qualquer que lhe possa fornecer algum sentido ou coesão. Esse eixo pode ser conseguido (por exemplo) em torno de um objeto interno ou externo independentemente das suas qualidades, é o que se observa nesses estados em termos de uma intensa dependência narcísica de objetos muitas vezes terríveis, porém, ainda assim, impossíveis de serem abandonados. A perda do objeto nesse contexto é igualada à perda do próprio narcisismo, ou seja, a perda da mãe significou em alguma medida também a perda (morte) de si mesmo. Esse tipo de relação objetal será revivido nas relações posteriores cada vez que uma possibilidade de abandono surgir no horizonte. Novamente, será a criança desesperada, ameaçada de extinção, que se desmanchará no divã tentando dar conta de uma dor testemunha do transbordamento pulsional em busca de ligações a qualquer custo⁵³. A continuidade de sua existência, sua sobrevivência após esses abandonos atuais, lhe trará muito pouca ou, verdadeiramente, nenhuma aprendizagem. Apenas será reinvestido aquele núcleo frio, os mesmos estados vazios do self a serem preenchidos pelas mais diversas formas de compulsões e atuações dentro e fora do setting.

Nos casos mais bem sucedidos, o espaço no qual as representações se organizam é dado pela alucinação negativa da mãe, postada no fundo da estrutura enquadrante. Definiremos bem que não falamos da figura da mãe impressa sobre a tela branca da

⁵³ Aqui nos referimos desde as ligações mais simbólicas (que efetivamente não podem operar nesse cenário de transbordamento) até as ligações não simbólicas: ligações cegas como vemos em certas compulsões e somatizações, sem referência à fantasmática simbólica dos sonhos e dos sintomas neuróticos. No limite temos as tentativas apenas evacuativas tais como as identificações projetivas e as excorporações.

estrutura enquadrante. Esse seria o caso de um objeto interno que não pode ser esquecido, não pode ser negativizado e que saturaria o espaço em branco da estrutura enquadrante. Falamos de uma mãe negativizada, de uma “ausência num fundo de presença”, mas presente como potência contentora, apaziguadora, organizadora e libidinizadora do espaço mental, coincidindo em muito com as definições da conquista do objeto bom kleiniano, com a diferença de que o objeto negativizado de Green não tem o destino da introjeção.

Temos, portanto, que o complexo da mãe morta pode instalar-se exatamente no momento do processo de estabelecimento da alucinação negativa da mãe e da estrutura enquadrante. Ocorre, nesses casos, algo singular: o objeto primário não está lá, presente no psiquismo, para que ocorra sua negativização. A mãe, o objeto absolutamente necessário, encontra-se morto, ou melhor, não se encontra mais como representação no espaço psíquico, não sendo, então, encontrado para o estabelecimento da alucinação negativa em sua forma benéfica e constituidora para o psiquismo. No processo da identificação primária a positividade do objeto é tão importante quanto sua negatividade⁵⁴ e, a sua não presença positiva impede justamente sua negativização, na passagem para as identificações secundárias. Só pode sofrer uma alucinação negativa aquele objeto que esteve lá positivamente. Na falta dessa presença primordial não há o que ser negativizado, o espaço psíquico torna-se um órfão adotado por si mesmo, porém, sem as heranças estruturais e as funções com as quais precisamos contar, tornando-se uma espécie de terreno baldio pronto para ser tomado por quem chegar. Parece que, nesse contexto, tornar-se-á realmente impossível abrimos mão daquilo que nunca tivemos (o objeto absolutamente necessário em suas funções) ou executarmos aquilo para que nunca tivemos ajuda (investimentos

⁵⁴ Negatividade, por exemplo, quando ele não se faz presente para criança como uma alteridade, pois se diluiu como ambiente.

próprios do auto-erotismo, do narcisismo e das relações objetais) ou, ainda, inventar aquilo que nunca criamos, pois não houve o apoio do objeto primário. Esse último, portanto, nunca mais poderá ir embora, paradoxalmente, porque nunca esteve ou esteve muito pouco. O indivíduo, dessa forma, se torna refém e dependente de uma positividade inegociável do objeto, o que impedirá o desenvolvimento de um psiquismo saudável. O objeto (analista ou quem quer que seja) terá que estar sempre presente positivamente, e não só estar presente, mas também, poder ser tocado, estar em ressonância íntima e, no mais das vezes, indiscriminado. Porém, nada disso apaziguará suas suspeitas com relação a esses objetos, tornando sempre latentes, as angústias de abandono e intrusão.

Assim sucede quando o objeto se encontra em uma situação de excesso de presença pelo mesmo motivo de sua falta. (...) Paradoxalmente, esse excesso de presença do objeto não gera representação, ao contrário, gera todas as formas de desenlace extra-representacionais: passagem ao ato, conduta perversa, toxicomania, irrupção depressiva, momento delirante, crise psicossomática etc. É evidente que nesse momento a transferência se encontre muito maltratada. (GREEN, 2006, p. 387).

A angústia de intrusão se dá pela mesma via da angústia de separação. Esse objeto, tomado positivamente, engolfado pelo self carente de limites internos e externos, torna-se, por sua presença maciça e sem mediações, excessivo, um virtual abusador, um potencial objeto traumatizante e um possível objeto mau. O paradoxo é que só é possível e imprescindível ter o objeto positivamente e, por isso mesmo, é impossível lhe tolerar. Dá-se a angústia de um mundo com mínimas possibilidades de estabilidades, mediações, simbolizações e transferência. O que percebemos é que essa mesma ausência do objeto primário, que impede sua negativização, pode ser vivida psiquicamente como um excesso de presença. A ausência se torna tão contundente que é impossível não a sentir como uma presença constante. Isso se de tal maneira que, a presença dessa falta, torna-se algo que não

se ausenta e toma a forma de excessos pulsionais, de objetos devastadores, angústias, dor e sofrimento psíquico. Aqui valeria retomarmos a máxima radical de Bion de que não existe objeto bom ausente, somente objeto mau presente. Isso significa que em certas constelações psíquicas, quando o objeto bom se ausenta ele muda de sinal e, rapidamente, o psiquismo é invadido pela presença de um objeto mau. Portanto, há uma convergência entre esses dois pólos e, nesse momento do nosso trabalho, apenas didaticamente estamos propondo uma separação entre ausências e presenças desmedidas.

Green sempre descreveu a tenacidade com que o sujeito luta para manter aprisionada sua mãe morta, não podendo jamais confiar em sua negativização, encerrado em sua positividade que o condena a uma eterna vigilância de seus objetos prontos para abandoná-lo, sabendo que sua negativização impossível corresponderia ao seu desaparecimento radical e à morte de ambos:

No entanto, se um trauma tal como o luto branco sobrevém antes que a criança tenha podido constituir esse quadro de maneira suficientemente sólida, não é um lugar psíquico disponível que se constitui no Eu. Este último está limitado pela estrutura enquadrante, mas esta circunscreve então um espaço conflitivo que se esforça por manter cativa a imagem da mãe, lutando contra seu desaparecimento, vendo reavivarem-se alternadamente as marcas mnêmicas do amor perdido com nostalgia e as da experiência da perda, que se traduz pela impressão de uma dolorosa vacuidade. (GREEN, 1980 p. 265 e 266)

A experiência do vazio sem forma ou expectativa (radicalmente contrária à da alucinação negativa), a vivência do nada sem possibilidade de devir transferencial, se torna o mote de um Eu crivado de perdas e abandonos, para sempre desconfiado de seus objetos, pois a positividade destes não pode garantir a perene presença vivida na alucinação negativa da mãe. Essa descrição de Green nos comunica que até se tornou possível uma estrutura enquadrante, mas essa tem suas funções completamente distorcidas pelo advento

de um luto branco (da mãe e do próprio indivíduo) que se sobrepôs ao trabalho do negativo. Mais uma vez, vemos o Eu retendo desesperadamente a mãe, condenando-se, assim, a uma dependência de sua positividade que lhe acarretará uma incerteza obsessiva sobre a experiência amorosa. Mais adiante no texto ele nos encaminha para outra descrição:

Assistimos ao fracasso da experiência de separação individualizante (Mahler) onde o jovem Eu, em vez de constituir o receptáculo dos investimentos posteriores à separação, luta para reter o objeto primário e revive repetidamente sua perda, o que provoca, ao nível do Eu primário confundido com o objeto, o sentimento de uma depreciação narcisista que se traduz fenomenologicamente pelo sentimento de vazio, tão característico da depressão, que é sempre o resultado de uma ferida narcisista com desperdício libidinal. Neste momento, como postulamos, toda a libido está marcada pelo narcisismo, e será, portanto, sempre uma perda narcísica vivida ao nível do Eu. (idem, p. 267)

Ora, essa tentativa de reter o objeto primário pressupõe uma experiência com ele, ainda que fundamentalmente deficiente. Nessas citações notamos, também, o paradoxo ausência/presença ao qual nos referimos: pela sua ausência radical, o objeto absolutamente necessário, torna-se absolutamente presente, torna-se um excesso intrusivo, vivido das mais variadas formas. Talvez o que Green esteja tentando nos alertar, salientando sempre essa luta para não se desfazer desse objeto, seja o fato de que sempre haverá (pois sempre houve) uma relação com o objeto primário, que uma ausência sua total só pode ser pensada por nós hipoteticamente. Houve necessariamente um útero e houve uma mãe, ou houve quem a substituísse, não esquecendo, é claro, sua dimensão de negatividade. Entretanto, ausências contínuas desfizeram qualquer segurança sobre sua presença, mais do que isso, as tarefas iniciais que descrevemos, citando Winnicott, no capítulo 4, as tarefas que lançam o bebê para sua transicionalidade, que criam um mundo simbólico e transicional, que sustentam o self em suas experiências de presença e ausência, sim e não, existência e não-

existência, não se estabeleceram. Não se estabeleceu, pois, a alucinação negativa, por consequência:

Quando a positividade dos objetos – tal como pressupostas nas teorias das relações objetais – converte-se efetivamente em elemento dos processos de subjetivação, vale dizer, quando o ‘objeto absolutamente necessário’ não se deixa esquecer – seja porque nunca pode ser bem encontrado, seja porque não tolera as próprias falhas e as separações etc. – ele, com seu excesso, produz uma intrusão intolerável e não dá lugar à representação e ao pensamento, à nostalgia e ao desejo, pois em todos esses processos o objeto deve estar ausente. Na presença maciça e contínua do objeto primário, não se dão os processos de simbolização. (Figueiredo e Cintra *in* Cardoso, 2004, p. 23)

Por consequência, nas palavras de Green (2006, p. 387) “(...) neste momento a transferência se encontra muito maltratada.”. Temos razões para supormos tal destino para a transferência. O objeto primário deveria ser negativizado, recalcado e entregue às suas funções de atração e repulsão na escolha dos objetos substitutos (os objetos secundários), ou seja, ele seria uma espécie de cotejador, um princípio regulador, imperceptível, invisível, negativizado. Como esse objeto absolutamente necessário poderia desempenhar essas funções se ele se encontra ou positivado no psiquismo, ou então, ausente causando um vazio desestruturador? Estando presente ou ausente de forma desmedida, para além ou aquém dos níveis ótimos necessários a esses processos, um estado de intransferibilidade fatalmente se fará presente. Um indivíduo paralisado em seu devir transferencial: sequestrado, fagocitado por um objeto onipresente, ou estático, assombrado, engolfado por um vazio anterior a qualquer processo de esvaziamento. Nesse ponto vale ressaltar que a transferência se encontra tão maltratada que estaríamos trabalhando num campo que pouco se parece com o transferencial, operando “(...) num extremo último pela exclusão da transferência.” (Green, 2006, p. 376). Assim, Figueiredo (2003) e Figueiredo e Cintra (*in* Cardoso, 2004) ressaltam a conveniência e a coerência de:

(...) reservar o conceito de ‘transferência’ para os casos de neuroses e deles discriminar outras modalidades ou dimensões de relações entre o paciente e seu analista. Pois não se trataria aqui de procurar o velho no novo objeto, confundindo-os parcialmente nessa área de sobreposição entre realidade e fantasia. Trata-se de procurar objetos capazes de responder às necessidades mais básicas de constituição psíquica e a compulsão a repetir está operando no regime além do princípio de prazer-desprazer. (2004, p. 24 e 25).

A busca nessas condições psíquicas ainda é por aquele objeto primário que se tornou morto ou absolutamente deficiente em suas funções. Aqui o sujeito continua aquém do jogo transferencial, esperando por aquele objeto absolutamente necessário que faria, através de sua negativização, com que o jogo transferencial começasse. O analista perceberá que, nessas situações, não se compõe um campo transferencial com seus disfarces charmosos, suas insinuações, seus deslocamentos, suas falsas alianças, seu brincar entre o verdadeiro e falso, entre a realidade e fantasia; antes, ele se verá coagido a ter que desempenhar aquelas funções específicas do objeto primário. Sem a transitividade e as reversibilidades necessárias ao campo transferencial, sem a esperança e a confiança indispensáveis aos pólos presença e ausência, apenas a sujeição, a tirana subversão dos objetos, podem operar. O analista não será investido a partir das reminiscências e obliquidades daquele primeiro objeto, ele será tomado como sendo o próprio objeto primário, dentro de uma concretude e de uma positividade que impedem o jogo simbólico e transferencial.

A constituição da atividade de representação pressupõe que o psiquismo se desprenda de seu modelo orgânico para tornar-se a metáfora deste; em todo caso, constitui a condição de possibilidade do processo associativo, do deslizamento simbólico de uma representação para outra. É também a condição de possibilidade de transferência analisável: se o analista (talvez mesmo o divã) é a mãe – e não a repetição de uma das suas figuras – a distinção da transferência como transferência e, portanto, sua análise, são, no mínimo, contrariadas. (ANDRÉ, 1999, p. 76)

Temos, então, as seguintes possibilidades. Em termos de presenças desmedidas, todas essas tentativas de aprisionar o objeto primário, que justamente por suas faltas não pode ser abandonado, fatalmente levarão à experiência de uma presença desmedida dada a positividade de seu estado. O próprio objeto que não aceita se ausentar e se negativizar, que não desocupa o lugar que seria libidinizado pelos novos investimentos do Eu em objetos substitutos e transferenciais, impedirá também sua própria negativização pelo mesmo excesso de presença. Esse objeto tenta ocupar a posição, mutuamente excludente, de objeto primário e secundário para o sujeito, ocorrendo a obturação do espaço psíquico em termos de estrutura enquadrante e a paralisação do processo transferencial. Em termos de ausências desmedidas, temos que o objeto que não se fez presente para ser negativizado, estando morto em suas funções primárias, condena o Eu à experiência de um vazio impossível de produzir saídas representacionais, simbólicas e transferenciais. Um vazio que é um nada estéril, morto, asséptico e incapaz de criação. Por essa mesma via chegamos, de novo, às possibilidades dos excessos de presença, pois essa experiência de ausência pode levar precisamente aos excessos de presença, às vivências de intrusão e à dependência da positividade dos objetos, desenhando, desta forma, o paradoxo que tentamos demonstrar entre presenças e ausências.

Teríamos, também, outra possibilidade de ausência, essa muito mais possível em termos hipotéticos e teóricos do que em nossa experiência clínica. Falamos de uma ausência absoluta do objeto absolutamente necessário, um não existir desde sempre que inviabilizaria em nossa opinião, possivelmente, o próprio existir humano. Trabalharemos um exemplo de Fernando Pessoa citado no trabalho de N. da Silva Junior (2004). O autor

cita Bernardo Soares (um heterônimo de Fernando Pessoa) como um exemplo de ausência absoluta de objeto primário e das possíveis consequências dessa experiência.

Cheguei hoje, de repente, a uma sensação absurda e justa. Reparei, num relâmpago íntimo, que não sou ninguém. Ninguém, absolutamente ninguém. Quando brilhou o relâmpago, aquilo que supus uma cidade era um plaino deserto; e a luz sinistra que me mostrou a mim não revelou céu acima dele. Roubaram-me o poder de ser antes que o mundo fosse. Se tive que reencarnar, reencarnei sem mim, sem ter eu reencarnado. Sou os arredores de uma vila que não há, o comentário prolixo a um livro que não se escreveu. Não sou ninguém, ninguém. Não sei sentir, não sei pensar, não sei querer. (...) Eu, verdadeiramente eu, sou poço sem muros, mas com a viscosidade dos muros, o centro de tudo com nada à roda. (...) Poder saber pensar! Poder saber sentir! Minha mãe morreu muito cedo, e eu não a cheguei a conhecer. (Pessoa, apud N. da Silva Junior, 2004, p. 06)

Trata-se, pois, de uma forma de ausência impossível de se conceber. É como se a mãe, o objeto absolutamente necessário, tivesse morrido muito antes do nascimento do próprio bebê pessoano e como se o convite para participar do mundo humano, próprio do objeto primário, não tivesse ocorrido. Entretanto, ele entra no mundo humano como uma espécie de penetra não intencionado, um estrangeiro fortuito que chegou, sem saber exatamente como, a um lugar qualquer. Um indivíduo que irá se indagar o tempo todo sobre o que é ele, o que é esse mundo e o que são as pessoas. Não se instalou uma patologia severa, uma forma de autismo, como poderíamos esperar. O “autismo” aqui presente se dá pela qualidade da produção onírica e simbólica de Bernardo Soares ocorrer apenas a partir de si mesmo, percorrer sua subjetividade e ser remetida apenas a si mesmo, sem a interlocução (que sempre comporta um outro ausente) própria dos sintomas, dos sonhos e da transferência, não há chances para esse bebê, não há simbolismo pleno de objetos, transicionalidade, nem transferência possíveis.

Nada de brincadeiras de luz e sombra, nada de esconde-esconde, nada de Fort-da, nada de enganos jubilatórios. A mãe morta jamais alcançou a condição de se tornar um ausente, o que terá consequências fatais para esse bebê, a saber, a impossibilidade de se constituir uma transferência. (N. da Silva Junior, 2004, p.8) (...) O outro “real” não será, pois, para Pessoa, a possibilidade primeira de retomar o infantil, e a transferência nessas condições se torna não precária, mas talvez impossível. Não há ausente na ausência de falso reconhecimento; e a não-aliança como origem inultrapassável jamais permitirá falsas alianças ulteriores. (...) A existência pessoana jamais firmou aliança com ninguém, e a própria temporalidade fortuita e regularmente híbrida da transferência – como quando o silêncio presente do analista se associa às ausências infantis – não é mais possível. (idem, p.10)

Essa mãe da qual trata o exemplo de Bernardo Soares não existiu, por isso mesmo nunca se tornou um ausente negativizado capaz de engendrar a transferência. Dois pólos objetivos são necessários para a transferência – um pólo de partida e um pólo de chegada do que está sendo transferido – e, esse determinado elemento comum entre eles, constituído através dos processos de atração e repulsão que comentamos, fará o trajeto de um pólo ao outro. Nesse momento, as dimensões existência e não existência, realidade e fantasia, passado e presente, objeto interno e externo, eu e não-eu, fora e dentro, sim e não, se sobrepõem numa cadência e transitividade que Winnicott chamou de brincar. Porém, nesse exemplo que estamos discutindo, nada disso se configurou dada a falta do pólo de partida para que esse brincar se estabelecesse. A questão, então, não é sobre a qualidade e quantidade de presenças e ausências do objeto primário e sim sua não existência. Não faz sentido pensarmos numa luta possível para retê-lo em presença como nos casos anteriores, ele simplesmente não há, e o desequilíbrio das relações objetivos futuras será substituído pela impossibilidade dessas relações.

As palavras de Bernardo Soares nos ajudam a pensar uma vez mais sobre as questões entre a capacidade simbólica e a transferência. Isso porque seu texto é repleto de simbolismos e metáforas e, ainda assim, vimos à impossibilidade de se estabelecer a transferência. O intransferível e a intransferibilidade, como queremos abordar, diz respeito

a uma impossibilidade simbólica específica: aquela presente na transferência. Clinicamente isso se mostra pelos pacientes que encontramos paralisados por objetos intransferíveis e intransferibilidades que redimensionam a fala analítica num campo sem os ruídos dos objetos de seu psiquismo infantil - objetos esse que seriam encenados e reencenados na situação analítica, transferidos, reeditados e elaborados na figura do analista e em todos os elementos que compõem o setting. Esses mesmos pacientes podem apresentar suas capacidades simbólicas preservadas, ou seja, trabalham com símbolos podendo abrir mão dos elementos concretos que os símbolos representam, pois isso pode ocorrer sem que a transferência seja aliciada. A transferência apesar de ser simbólica envolve uma relação objetal com os objetos do inconsciente e é essa relação objetal que pode estar obliterada. Não se trata de um simbolismo qualquer, está em jogo uma relação com o objeto primário, uma relação que contém todas as vicissitudes de encontros e desencontros que comporão essa história e que definirão aquilo que poderá alçar os desenvolvimentos transferenciais e aquilo que permanecerá intransferível. Podemos, então, encontrar uma intransferibilidade total num psiquismo com a capacidade simbólica estabelecida, porém, o contrário não é verdadeiro, se a capacidade simbólica não for conquistada não haverá, de fato, transferência possível.

6) CONSIDERAÇÕES FINAIS.

... mas se deixou levar pela convicção de que os seres humanos não nascem para sempre no dia em que as mães os dão à luz, e sim que a vida os obriga outra vez e muitas vezes a se parirem a si mesmos. (Gabriel Garcia Marquez)

Após todo o percurso desenvolvido nos capítulos desta tese, mais do que conclusões acabadas, essas considerações finais se tornam uma oportunidade de retomarmos em síntese nossas indagações e principais inquietações, analisando o quanto pudemos nos aprofundar e sermos transformados ao final desse trabalho. Outro ponto de especial importância se dá na avaliação de quais direções e caminhos se insinuam como aberturas a partir dos nossos estudos, para a continuidade desse trabalho em outras pesquisas e em outros momentos da nossa formação. Para essa nossa última discussão retomaremos do início, desde a dedicatória e a primeira citação em epígrafe que abriram esse trabalho e balizaram uma postura ética que nos acompanhou em toda nossa jornada.

Se para Green (1999) o psicanalista escreve para dar continuidade a sua auto-análise, qualquer consideração final a respeito desse trabalho não pode deixar de lado esse fator insistente: que, ao término dessa travessia, nos deparamos com algumas lições para a teoria e a clínica psicanalítica e, também, nos deparamos com nós mesmos. “Nós”, resultado da nossa história pulsional, transicional, individualizante e identificatória; e “nós”, como analistas, frente ao outro que nos propusemos a cuidar. Isso não é novidade no campo psicanalítico, mas nos aparece como um recalcado trabalhoso esse lugar dúbio de sujeito e objeto, analista e paciente, curador e ferido, nos caminhos e descaminhos (que são vários) que o trabalho de psicanalista nos apresenta e com os quais ele nos desafia. Por essa perspectiva, a separação tantas vezes ensurdecadora entre teoria e clínica ou, teoria e

prática, perde sua força e seu sentido. A “prática teórica”, a qual somos impulsionados compulsivamente, quer no papel de escritor ou leitor, será sempre clínica. Não porque fale diretamente de pacientes em atendimento, mas pelo fato de que estarão em jogo, pelo menos, dois inconscientes em seus processos ininterruptos de subjetivação: o do leitor e do escritor. Levamos em conta a impossibilidade de isenção do escritor ou leitor enquanto pesquisador e objeto (ainda que indireto) de sua pesquisa em psicanálise, isso se ele pretender que seu trabalho tenha alguma espessura psicanalítica. Somos compulsivos por essa prática teórica porque esse tipo de necessidade do psicanalista diz respeito à sua formação e, mais que isso, trata-se da cura (em todos os sentidos da palavra) do psicanalista em sua tarefa diária de tratar e perscrutar a dor do outro. Mais do que qualquer outra coisa, o psicanalista necessita de cura. Ainda que quiséssemos não há como escapar, trata-se de um fazer constante da nossa auto-análise que remonta e reedita não só nossas “questões fundamentais”, mas também trabalha sobre aquele resto sem transitividade, sem transicionalidade, intransferível, que se cristalizou no dia-a-dia das nossas desventuras primárias libidinais e do nosso trabalho psicanalítico. Piera Aulagnier fala de forma muito feliz de um trabalho teórico produzido a partir desse entranhamento da subjetividade do psicanalista, assim como de uma prática clínica na qual estará sempre em atividade uma “teorização flutuante”.

Quanto mais o tempo passa, mais penso que embora acreditemos, de boa fé, que as questões que sucessivamente privilegiamos em nosso itinerário teórico dependem da importância adquirida por determinado fenômeno clínico, determinada leitura nova, na verdade apenas retomamos, sob outras formas, o que eu chamaria as “questões fundamentais” próprias de cada analista. (...) cada analista – como provam os escritos – vai privilegiar, nas suas contribuições teóricas e na sua experiência clínica os elementos que lhe permitirão aprofundar *suas* “questões fundamentais”. (Aulagnier, 1989, p.11 – itálico da autora).

Como poderia ser diferente? Nós mesmos que aprendemos a perscrutar as cadeias associativas, os processos de atração, ligação e repulsão inconscientes que comandam e determinam nossa busca de objetos substitutos e nossas realizações no mundo, não poderíamos ser os únicos isentos a esses processos. Nenhum teórico escreve apenas sobre teoria em psicanálise. Não podemos esquecer que a psicanálise começou assim, a partir de um quiasma entre teoria e prática, *A Interpretação dos Sonhos* de Freud (1900) é um exercício declarado de teorização e auto-análise. Green (1999) salienta que não se sente “apenas” feliz quando esse engano é cometido; no seu caso e ele é chamado de teórico da psicanálise, justamente ele que declara que se escreveu algo de útil para psicanálise foi pela sua opção de se fechar com seus pacientes em seu consultório e dedicar-se integralmente as suas análises. Certamente, não queremos dizer que todo o texto psicanalítico deveria ser declaradamente autobiográfico, não se trata de esperar relatos confidenciais ou reelaborações explícitas do passado infantil de cada um, não há necessidade dessas atitudes deliberadas, pois nosso inconsciente fará silenciosamente, queiramos ou não, o trabalho por nós. Cabe apenas reafirmarmos a natureza da tarefa psicanalítica, seja na prática escrita, teórica ou na prática clínica.

A cura, que representa esse passo, é resultado não só dos efeitos terapêuticos do ato de colocar em palavras aquilo que nos era presente, incômodo e avesso à fala. Trata-se igualmente, da possibilidade de tornar a ouvir, agora munido de outros entendimentos e de outras metáforas, os eventos dolorosos e os pequenos traumatismos gerados na escuta e no confronto cotidiano de uma alteridade interna e externa, por vezes, inominável. A cura embutida na conquista desse trabalho também diz respeito à pluralidade de significados⁵⁵ dessa palavra, como por exemplo, a recuperação de uma forma, o processo de maturação,

um método de tratamento, o cuidar, a preparação, a transformação e a purificação: a cura de uma lesão; a cura do queijo, dos chouriços; a cura de uma doença incurável; o curador de uma obra, o curador jurídico; a cura da madeira, do fumo, do couro; a cura da roupa no varal. Todos esses processos de cura estiveram presentes durante o longo período de elaboração desse trabalho, testemunhando os movimentos, as transformações, as simbolizações e as elaborações que foram ocorrendo durante sua realização. Poderíamos dizer que naqueles lugares onde, justamente, intransferíveis, esses processos se interrompem, uma cura pode entrar em operação.

Nossa proposta foi de uma pesquisa que surgiu do questionamento da impossibilidade transferencial na clínica contemporânea, para isso estipulamos a díade o transferível e o intransferível. Perguntávamos se, de acordo com os quadros psicopatológicos da clínica dos dias de hoje e frente aos avanços metapsicológicos e clínicos da psicanálise atual, não seria propício e fecundo pensarmos, levando em conta a dimensão do psiquismo que não entra na transferência, em elementos intransferíveis e em intransferibilidades. Desta forma, propusemos o termo intransferível. Esse termo recobriria tudo aquilo que no psiquismo não se dispõe à transferência, não chega a ganhar o estatuto de desenvolvimento psíquico que proporciona a possibilidade transferencial. Apresentamos em nossa Introdução uma discussão a partir de um panorama das relações entre a prática psicanalítica e a atividade transferencial, tentando deixar claro que essa relação, apesar de ser muitas vezes considerada dada e inquestionável por nós, parte do pressuposto de um psiquismo elaborado, funcionando em todos os seus processos de transformações, aberto para a possibilidade de reedições próprias da transferência. Nosso objetivo nesse primeiro

⁵⁵ Fabio Hermann (2003) também chama atenção para os sentidos da palavra cura.

momento era salientar que nem sempre encontramos essas possibilidades de funcionamento.

Antes de nosso mergulho nos textos de Freud *Formulação Sobre os Dois Princípios do Acontecer Psíquico* (1911) e *Além do Princípio do Prazer* (1920), utilizamos o espaço da Metodologia para discutirmos, além de nosso plano ético de leitura, como pensávamos a presença da metapsicologia em nosso trabalho. Ficou claro que apesar de não podermos levar à risca o método de leitura desconstrutivista, importaríamos várias de suas lições para nossa estratégia de pesquisa e nos guiaríamos por elas por serem muito mais aptas a prática teórica psicanalítica. Com a ajuda de Fedida, Laplanche, entre outros, consideramos a forma de dialogarmos com metapsicologia freudiana por dois vértices específicos: utilizando-a como produtora de inteligibilidades e de metáforas sobre nosso objeto de pesquisa, para o progresso da nossa discussão. Pouca coisa em psicanálise é tão auspiciosa e reveladora quanto o diálogo com a obra de Freud e foi assim que consideramos, também, os autores posteriores a Freud que trabalhamos nessa tese, como trabalhadores que se debruçaram sobre o legado de Freud deixado a nós *Além do Princípio do Prazer*. Por isso nos dedicamos a esse texto, trabalhando-o no sentido de extrair dele todas as informações, ilações e intuições possíveis sobre nosso campo de pesquisa. Encontramos, então, nesse texto, a possibilidade de pensarmos metaforicamente em um principado do prazer/desprazer, em uma estremadura e em uma terra de ninguém. Nosso objetivo foi demonstrar lugares ou elementos psíquicos que funcionam dentro do princípio do prazer no qual as possibilidades simbólicas e transferências atuam, outros na fímbria de suas articulações e um campo alheio a esse princípio, composto por elementos refratários às leis que regem o psiquismo em suas qualidades mais elaboradas.

Isso nos preparou para duas formas de pesquisa sobre o intransferível, uma que levava em consideração a entificação desses elementos em termos de objetos psíquicos, e outra que dizia respeito a um estado de intransferibilidade. O objetivo do capítulo três foi recuperar na literatura psicanalítica a descrição de elementos que diferiam dos elementos transferenciais que operam sem problemas no campo representacional e simbólico, com os quais estamos mais familiarizados. Demonstramos o quanto esses elementos já haviam sido visitados pelos autores da psicanálise e o quanto eles guardavam de proximidade com aquilo que postulávamos como intransferíveis. Percebemos que cada um deles possuía uma relação problemática, senão impossível, com a transferência, o que fortaleceu nossa hipótese sobre a importância dessa dimensão que queríamos isolar e apresentar.

Nosso passo seguinte foi trabalhar sobre a noção de intransferibilidade. Não estávamos mais pensando em objetos enquistados no psiquismo distantes de qualquer processo de elaboração e que, apesar disso, produziram seus efeitos perturbadores e turbulentos para o sujeito. Diferentemente, avistávamos a intransferibilidade por duas entradas específicas, porém, interdependentes. Primeiramente a intransferibilidade como consequência de funções, processos e continuidades que não se estabeleceram. Para essa primeira entrada, trabalhamos com os conceitos winnicottianos de self, de brincar e de transicionalidade, demonstrando como nossa díade transferível/intransferível poderia ser pensada nos termos brincar/impossibilidade de brincar, o transicional/não transicional. Mergulhamos na noção de amadurecimento emocional de Winnicott para pensarmos as tarefas necessárias na relação entre o bebê com seu ambiente (mãe), para o estabelecimento dessas capacidades do brincar e da transicionalidade. Tentamos verificar a ocorrência de falhas e de sucessos nessas tarefas. Ficaram claras as consequências desses fracassos para o estabelecimento não só da impossibilidade transferencial posterior, mas para o próprio

surgimento do mundo simbólico que, em virtude disso, se encontraria comprometido. Aqui a intransferibilidade se apresenta como um campo de experiências morto em suas potencialidades relativas ao brincar. Toda a versatilidade, reversibilidade e transitividade próprias do brincar e da transicionalidade se paralisam frente a uma perda inicial de ligação e trânsito entre os pólos do ser e do não ser presentes nas primeiras atividades do bebê. Foram anulados, também, pelo fracasso dos processos iniciais de criatividade primária, posse e utilização do objeto transicional.

A segunda forma de intransferibilidade que estudamos foi a que trata de uma relação especial com o objeto primário. Uma relação na qual a abertura para as trocas e buscas dos objetos secundários substitutos está comprometida. Nesse ponto, nos aproximamos mais especificamente das problemáticas das relações objetais, ou seja, das formas de apego e abandono, idílio e angústia, investimentos de amor e ódio, fantasias e defesas existentes nas primeiras relações do bebê com seu objeto. Abordamos esse tema através do conceito de negativo e de estrutura enquadrante de André Green: a negativização problemática ou ausente do objeto primário gerando a impossibilidade do seu abandono. Observamos que esse objeto que não podendo ser perdido, negativizado, também não pode ser conquistado enquanto estrutura enquadrante. Ao se recusar a morrer, esse objeto não pode ser perdido para poder ser recuperado psiquicamente vivo em termos simbólicos; vivo, inclusive, como potência geradora de simbolizações nas funções da estrutura enquadrante. Pudemos perceber que esse objeto, que não pode ser abandonado em sua positividade e que não se tornou confiável e presente para sua negativização, não pode abrir o psiquismo infantil para as conquistas dos seus objetos secundários. Todas as tentativas transferenciais se mostrarão deficientes ou realmente impossíveis, dada as angústias de

separação e intrusão vividas a cada ameaça de abandono pelo simples distanciamento do objeto primário, o objeto absolutamente necessário.

Seguindo o nosso plano inicial, fomos nos dando conta de várias abordagens, em diferentes autores e diferentes momentos do desenvolvimento da pesquisa psicanalítica, que trataram da problemática da impossibilidade da transferência, porém, sem delimitar um campo ou eventos específicos dessas intercorrências, as intransferibilidades e os intransferíveis. Restaram-nos várias indagações que não pudemos dar conta no espaço desse trabalho, mas que poderão ser retomadas em outras oportunidades. Talvez a principal delas diga respeito ao estatuto desses objetos ou estados na criação do espaço psicanalítico, ou seja, se com eles nos aproximamos de um “fundo concreto humano” (como nas palavras de Torok, página 110, em nosso texto), lugar onde as primeiras derivações simbólicas, os primeiros disfarces do inconsciente ainda não operaram, quais seriam as contribuições de suas concretudes para o entendimento da fala e da escuta da dor do outro? Agora que pudemos compreender um pouco mais as dimensões metapsicológicas e psíquicas desses elementos, poderíamos nos dedicar ao exame da operação desses elementos no espaço analítico. Se eles obliteram ou abrem as possibilidades desse espaço para outros horizontes.

Para finalizar salientamos que procuramos escrever essa tese o tempo todo no limite de nossas palavras, procurando expandir esse limite no doloroso, porém, salutar processo de procura e pesquisa de novas falas, novos entendimentos e novas metáforas. Principalmente por tratarmos do intransferível e de intransferibilidades, situações que por si mesmas testemunham sempre uma carência de tratamento, uma falha da subjetivação, uma ausência de cuidado, em todas as dimensões do fazer psicanalítico. Assuntos sempre difíceis nos quais somos convocados a nos aproximarmos daquilo que a maioria não quer ficar perto. Contudo, por termos aprendido a fazer isso, estamos certos de que tratamos e

fomos tratados em todo esse percurso de escrita. Por isso escrever faz bem, e podemos de alguma maneira dizer que nos sentimos, ao final desse trabalho, um pouco mais *curados*.

7) REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAHAM, N. ; TOROK, M. *A Casca e o Núcleo*. São Paulo: Escuta, 1995.
- _____. A Tópica Realitória In: _____. *A Casca e o Núcleo*. São Paulo: Escuta, 1995b.
- _____. Luto ou Melancolia. In: _____. *A Casca e o Núcleo*. São Paulo: Escuta, 1995c.
- _____. “O Objeto Perdido – Ego”, Notações Sobre a Identificação Endocríptica. In: _____. *A Casca e o Núcleo*. São Paulo, Escuta, 1995d.
- ABRAHAM, N. Pequenas Anotações Sobre o Fantasma. In: ABRAHAM, N. ; TOROK, M. *A Casca e o Núcleo*. São Paulo, Escuta, 1995f.
- ANDRÉ, J. O objeto único. In: *Caderno de Psicanálise*. SPCRJ, Rio de Janeiro, v.15, n. 18, 1999.
- AULAGNIER, P. *O Aprendiz de Historiador e o Mestre-Feiticeiro – Do Discurso Identificante ao Discurso Delirante*. São Paulo: Escuta, 1989.
- BALINT, M. *A Falha Básica – Aspectos Terapêuticos da Regressão*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- BARANGER, W. ; BARANGER, M. *Posicion e Objeto en la Obra de Melanie Klein*. Buenos Aires: Kargieman, 1976.
- BION, W. R. *Learning from Experience*. London: Medical Books, 1962.
- _____. *Elements of Psychoanalysis*. London: Karnac Books, 1963/1989.
- BOLLAS, C. *Hysteria*. Rio de Janeiro: Escuta, 2000.
- _____. Em entrevista à SPPA in: CALICH, J. C. e BERLIM, G. I. (org.) *Sobre Psicanálise & Psicanalistas – 1º Livro de Entrevistas da Revista de Psicanálise da SPPA*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

DE MARTINI, A. *A Metapsicologia dos Descentramentos Entre Sujeito e Objeto na Obra de Freud*. Dissertação de mestrado defendida em fevereiro de 2006. IPUSP - Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

FAIRBAIN, R. *Estudos Psicanalíticos da Personalidade*. Lisboa: Vega Universidade 2ª ed., 2000.

FEDIDA, P. *A Clínica Psicanalítica: Estudos*. São Paulo: Escuta, 1988.

_____. *L'absence*. Paris: Gallimar, 1978.

_____. *Nome, Figura e Memória. A Linguagem na Situação Psicanalítica*. São Paulo: Escuta, 1991.

FERENCZI, S. Transferência e Introjeção. In: _____. *Obras Completas vol. II*. São Paulo: Martins Fontes, 1909/1993.

_____. O Conceito de Introjeção. In: _____. *Obras Completas vol. II*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

_____. O Sonho do Bebê Sábio. In: _____. *Obras Completas vol. III*. São Paulo: Martins Fontes, 1923/1993.

_____. Princípio do Relaxamento e da Neocatarse. In: *Obras Completas vol. IV*. São Paulo: Martins Fontes, 1930/1993.

_____. Confusão de Língua entre os Adultos e a Criança – A Linguagem da Ternura e da Paixão. In: _____. *Obras Completas vol. IV*. São Paulo: Martins Fontes, 1932a/1993

_____. *Diário Clínico*. São Paulo, Martins Fontes, 1993

_____. As Patoneuroses. In: _____. *Obras Completas vol. II*. São Paulo, Martins Fontes, 1933/1993.

FERRO, A. *Na Sala de Análise*. Rio de Janeiro: Imago, 1998.

FIGUEIREDO, L. C.; CINTRA, E. M. U. Lendo André Green: o Trabalho do Negativo e o Paciente Limite. In CARDOSO, M. R. (org.) *Limites*. São Paulo: Escuta, 2004.

FIGUEIREDO, L. C. *Palavras Cruzadas Entre Freud e Ferenczi*. São Paulo: Escuta, 1999.

_____. *Psicanálise: Elementos para Clínica Contemporânea*. São Paulo: Escuta, 2003.

_____. *As Diversas Faces do Cuidar – Novos Desafios de Psicanálise Contemporânea*. São Paulo: Escuta, 2009.

FREUD, S.; BREUER, J. Estudios Sobre la Histeria. In: _____. *Obras Completas Sigmund Freud* – Traducción directa del alemán de José L. Etcheverry. vol. II. Buenos Aires: Amarrortu Editores, 1893-95/1990.

FREUD, S La Interpretación de los Sueños In:_____. *Obras Completas Sigmund Freud* – Traducción directa del alemán de José L. Etcheverry. vol. IV y V. Buenos Aires: Amarrortu Editores, 1900/1990.

_____. Fragmento de Análisis de un Caso de Histeria. In:_____. *Obras Completas Sigmund Freud* – Traducción directa del alemán de José L. Etcheverry. vol. VII. Buenos Aires: Amarrortu Editores, (1905 [1901])/1990.

_____. El Creador Literario y el Fataseo. In:_____. *Obras Completas Sigmund Freud* – Traducción directa del alemán de José L. Etcheverry. vol. IX. Buenos Aires: Amarrortu Editores, 1908 [1907]/1990.

_____. A Propósito de un Caso de Neurosis Obsesiva In:_____. *Obras Completas Sigmund Freud* – Traducción directa del alemán de José L. Etcheverry. vol. X. Buenos Aires: Amarrortu Editores, 1909/1990.

_____. Formulações Sobre os Dois Princípios do Acontecer Psíquico. In: _____. *Obras Psicológicas de Sigmund Freud*. v. 1 – Escritos Sobre a Psicologia do Inconsciente. Coordenação geral da tradução de Luiz Alberto Hanns. Rio de Janeiro: Imago, 1911/2004.

_____. Sobre la Dinámica de la Tráferencia. In:_____. *Obras Completas Sigmund Freud* – Traducción directa del alemán de José L. Etcheverry. vol. XII. Buenos Aires: Amarrortu Editores, 1912/1990.

_____. Recordar, Repetir y Reelaborar (Nuevos Consejos Sobre la Técnica del Psicoanálisis II). In:_____. *Obras Completas Sigmund Freud* – Traducción directa del alemán de José L. Etcheverry. vol. XII. Buenos Aires: Amarrortu Editores, 1914/1990.

_____. O Inconsciente. In: _____. *Obras Psicológicas de Sigmund Freud* .v. 2 – Escritos Sobre a Psicologia do Inconsciente. Coordenação geral da tradução de Luiz Alberto Hanns. Rio de Janeiro: Imago, 1915/2006.

_____. Doctrina General de las Neurosis – 27ª. Conferencia Tráferencia. In:_____. *Obras Completas Sigmund Freud* – Traducción directa del alemán de José L. Etcheverry. vol. XVI. Buenos Aires: Amarrortu Editores, 1917 [1916-17]/1990.

_____. Suplemento Metapsicológico à Teoria dos Sonhos. In: _____. *Obras Psicológicas de Sigmund Freud* v. 2 – Escritos Sobre a Psicologia do Inconsciente. Coordenação geral da tradução de Luiz Alberto Hanns. Rio de Janeiro: Imago, 1917/2006.

_____. Além do Princípio do Prazer. In: _____. *Obras Psicológicas de Sigmund Freud* v. 2. – Escritos Sobre a Psicologia do Inconsciente. Coordenação geral da tradução de Luiz Alberto Hanns. Rio de Janeiro: Imago, 1920/2006.

_____. Psicología de las Massas y Análisis del Yo. In:_____. *Obras Completas Sigmund Freud* – Traducción directa del alemán de José L. Etcheverry. vol. XVIII. Buenos Aires: Amarrortu Editores, 1921/1990.

_____. O Eu e o Id. In: _____. *Obras Psicológicas de Sigmund Freud* v. 3 – Escritos Sobre a Psicologia do Inconsciente. Coordenação geral da tradução de Luiz Alberto Hanns. Rio de Janeiro: Imago, 1923/2007.

_____. A Cisão do Eu no Processo de Defesa. In: _____. *Obras Psicológicas de Sigmund Freud* v. 3 – Escritos Sobre a Psicologia do Inconsciente. Coordenação geral da tradução de Luiz Alberto Hanns. Rio de Janeiro: Imago, 1940[1938]/2007.

GARCIA-ROZA, L. A. *O Mal Radical em Freud*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

GREEN, A. Um, Outro, Neutro: Valores Narcisistas do Mesmo. In: _____. *Narcisismo de Vida Narcisismo de Morte*. São Paulo, Escuta, 1976/1988.

_____. A Mãe Morta. In: _____. *Narcisismo de Vida Narcisismo de Morte*. São Paulo: Escuta, 1980/1988.

_____. *Narcisismo de Vida Narcisismo de Morte*. São Paulo: Escuta, 1988.

_____. *Conferências Brasileiras de André Green – Metapsicologia dos Limites*. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

_____. *O Desligamento – Psicanálise, Antropologia e Literatura*. São Paulo, Imago, 1994.

_____. *De Locuras Privadas*. Buenos Aires: Amarrortu, 2001.

_____. *Um Psicanalista Engajado: Conversas com Manoel Macias*. São Paulo, Casa do Psicólogo, 1999.

_____. *André Green e a Fundação Squiggle*. São Paulo: Roca, 2003.

_____. *El Trabajo de lo Negativo*. Buenos Aires: Amorrortu, 2006.

_____. *Orientações para uma Psicanálise Contemporânea*. Rio de Janeiro: Imago. São Paulo, SBPSP Departamento de Publicações, 2008.

GREENBERG, J. R.; MITCHELL, S. A. *Relações Objetais na Teoria Psicanalítica*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

HANNS, L. *A Dicionário Comentado do Alemão de Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

KAËS, R. *Os Espaços Psíquicos Comuns e Partilhados – Transmissão e Negatividade*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

KLEIN, M. Simpósio Sobre a Análise de Criança. In: _____. *Obras Completas de Melanie Klein*, Amor, Culpa e Reparação e Outros Trabalhos. v I. Rio de Janeiro: Imago, 1927/1996.

_____. Estágios Iniciais do Conflito Edipiano. In: _____. *Obras Completas de Melanie Klein*, vol. I – Amor, Culpa e Reparação e Outros Trabalhos. Rio de Janeiro: Imago, 1928/1996.

_____. Sobre o Desenvolvimento do Funcionamento Mental. In: _____. *Obras Completas de Melanie Klein – Inveja e Gratidão e Outros Trabalho*. . vol. III Rio de Janeiro: Imago, 1991.

KOHUT, H. *Como Cura a Psicanálise?* Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

_____. *Análisis Del Self – El Tratamiento Psicoanalítico de los Transtornos Narcisistas de la Personalidad*. Buenos Aires: Amorrortu, 2001.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS *Vocabulário da Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

LAPLANCHE, J. *A Angústia – Problemáticas I*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. Em entrevista à SPPA in: CALICH, J. C.; BERLIM, G. I. (org.) *Sobre Psicanálise & Psicanalistas – 1º Livro de Entrevistas da Revista de Psicanálise da SPPA*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

_____. *Novos Fundamentos para a Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LATOUR, B. *Jamais Fomos Modernos*. Rio de Janeiro: 34, 1994.

LITTLE, M. *Ansiedades Psicóticas e Prevenção Registro Pessoal de uma Análise com Winnicott*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

MADUENHO, A. *Intrasubjetividade e Intersubjetividade: Uma Leitura dessa Questão Teórico/Clínica no Campo Psicanalítico – Freud e os Autores Contemporâneos*.

- Dissertação de Mestrado. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo: S.N., 2003.
- MEZAN, R. *Freud: a Trama dos Conceitos*. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- _____. *Interfaces da Psicanálise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- MORIN, E. *Ensaio de Complexidade*. 3ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2002
- MONZANI, L. R. *Freud o Movimento de um Pensamento*. Campinas: UNICAMP, 1989.
- MIJOLLA, A. *Dicionário Internacional de Psicanálise: Conceitos, Noções, Biografias, Obras, Eventos, Instituições*. Rio de Janeiro: Imago, 2005
- MILLER, J. H. *A Ética da Leitura*. Rio de Janeiro: Imago, 1995.
- OGDEN, T. *Os Sujeitos da Psicanálise*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996.
- PETOT, J. M. *Melanie Klein II*. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- _____. *Melanie Klein I*. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- PESSANHA, J. G. *Certeza do Agora*. Cotia: Ateliê Editorial, 2006.
- POLITZER, G. *Crítica dos Fundamentos da Psicologia – A Psicologia e a Psicanálise*. Piracicaba: UNIMEP, 1998.
- PRADO, ADÉLIA. *Poesia Reunida*. São Paulo: Siciliano, 1991.
- SILVA JUNIOR, N. O Lugar de Ninguém. Ausência e Linguagem na Situação Analítica. *Percurso Revista de Psicanálise*, v. 31/32. São Paulo, 2004.
- SOUZA, O. Trauma, Defesa e Criatividade. Rio de Janeiro: *Tempo Psicanalítico* v.35, 2003.
- TOROK, M. Doença do Luto e Fantasia do Cadáver Saboroso. In: ABRAHAM, N. ;
- TOROK, M. *A Casca e o Núcleo*. São Paulo: Escuta, 1995a.

_____. História de Medo, o Sintoma Fóbico: Retorno do Recalcado ou Retorno do Fantasma? In: ABRAHAM, N. ; TOROK, M. *A Casca e o Núcleo*. São Paulo: Escuta, 1995g.

WINNICOTT, D. W. Primitive Emotional Development. In: _____. *Through Paediatrics to Psychoanalysis – Collected Papers*. London: Karnac Books and the Institute of Psycho-Analysis, 1945/1992.

_____. Paediatrics and Psychiatry. In: _____. *Through Paediatrics to Psychoanalysis – Collected Papers*. London: Karnac Books and the Institute of Psycho-Analysis, 1948/1992.

_____. Transitional Objects and Transitional Phenomena. In: _____. *Through Paediatrics to Psychoanalysis – Collected Papers*. London: Karnac Books and the Institute of Psycho-Analysis, 1951/1992.

_____. Psychoses and Child Care. In: *Through Paediatrics to Psychoanalysis – Collected Papers*. London: Karnac Books and the Institute of Psycho-Analysis, 1952/1992.

_____. Metapsychological and Clinical Aspects of Regression within the Psycho-Analytical Set-Up. In: _____. *Through Paediatrics to Psychoanalysis – Collected Papers*. London: Karnac Books and the Institute of Psycho-Analysis, 1954/1992.

_____. Withdrawal and Regression. In: _____. *Through Paediatrics to Psychoanalysis – Collected Papers*. London: Karnac Books and the Institute of Psycho-Analysis, 1954/1992.

_____. Clinical Varieties of Transference. In: _____. *Through Paediatrics to Psychoanalysis – Collected Papers*. London: Karnac Books and the Institute of Psycho-analysis, 1995-6/1992.

_____. The Antisocial Tendency. In: _____. *Through Paediatrics to Psychoanalysis – Collected Papers*. London: Karnac Books and the Institute of Psycho-Analysis, 1956/1992.

_____. Ego Distortion in Terms of True and False Self. In: _____. *The Maturation Processes and the Facilitating Environment – Studies in the Emotional Development*. London: Karnac Books, 1960/1990.

_____. The Aims of Psycho-Analytical Treatment. In _____. *The Maturation Processes and the Facilitating Environment – Studies in the Emotional Development*. London: Karnac Books, 1962/1990.

_____. O Medo do Colapso. In. *Explorações Psicanalíticas*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1963/1994.

_____. *Playing and Reality*. London: Routledge, 1971/1994.

_____. *Human Nature*. London: Free Association Books, 1988.